SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DOUGLAS PEREIRA RODRIGUES

A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE AZEVEDO AMARAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A IDEOLOGIA NACIONALISTA DO ESTADO NOVO

GOIÂNIA- GO
2018

sistema de bibliotecas ufg

PRPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[x] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Douglas Pereira Rodrigues

Título do trabalho: A trajetória intelectual de Azevedo Amaral e sua contribuição para a ideologia nacionalista do Estado Novo.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Douglas P. Rodrigues
Assinatura do(a) autor(a)[2]

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)[2]

Data: 01 / 10 / 2018

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- *Solicitação de registro de patente;*
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

[2] A assinatura deve ser escaneada.

DOUGLAS PEREIRA RODRIGUES

A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE AZEVEDO AMARAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A IDEOLOGIA NACIONALISTA DO ESTADO NOVO

Dissertação apresentada ao PPGH-UFG como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.
Linha de pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.
Orientador: Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa.
Coorientador: Prof. Dra. Ana Lúcia Vilela.

Goiânia, agosto de 2018.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

, DOUGLAS PEREIRA RODRIGUES
A trajetória intelectual de Azevedo Amaral e sua contribuição para a ideologia nacionalista do Estado Novo [manuscrito] / DOUGLAS PEREIRA RODRIGUES . - 2018.
122 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Elio Cantalício Serpa; co-orientador Dr. Ana Lúcia Vilela.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2018.
Bibliografia.

1. Estado Novo. 2. Ideologia. 3. Nacionalismo. 4. Intelectuais. I. Cantalício Serpa, Elio, orient. II. Título.

CDU 94(81)"1889/..."

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PPGH
PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA UFG

UFG

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Douglas Pereira Rodrigues**. Aos 03 (três) dias do mês de setembro de dois mil e dezoito (2018), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Douglas Pereira Rodrigues**, cujo título foi **"A trajetória intelectual de Azevedo Amaral e sua contribuição para a ideologia nacionalista do Estado Novo"**. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº054/18-PPGH, de setembro de 2018, pelos seguintes Professores Doutores: **Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa (Presidente), Prof. Dr. Eduardo José Reinato (PUC), Profa. Dra. Ana Lucia Vilela (UFG)** e, como suplentes, **Prof. Dr. Eduardo Gusmão Quadros (PUC/GO) e Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon (UFG).** Os Examinadores arguiram na ordem acima citada. Às 15 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido a candidata: Aprovado

Prof. Dr. Eduardo José Reinato (PUC) Ass.: .....

Decisão (Aprovado)

Profa. Dra. Ana Lucia Vilela (UFG) Ass.: .....

Decisão (aprovado)

Presidente da Banca Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa (Presidente), Ass.: .....

Decisão (Aprovado)

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Marco Aurélio Fernandes Neves, secretário do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Sub-Coordenador: .....

Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro

Secretário: .....

Marco Aurélio Fernandes Neves

AGRADECIMENTOS

Decorridos mais de dois anos de nosso ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da UFG – PPGH-UFG, estamos no momento da defesa de nossa dissertação e de agradecer a todos e a todas que conviveram conosco nesse tempo de descobertas e conhecimento.

Assim, agradecemos...

Ao PPGH-UFG pela acolhida no mestrado em 2016, propiciando-nos contatos diversos com os professores e professoras do departamento e de outras instituições do país e no exterior.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ – pelos meses de financiamento da pesquisa via bolsa de estudos.

A meusorientadores, Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa e Prof. Dra. Ana Lúcia Vilela, pela paciência, confiança e profissionalismo.

À minha namorada Emanuelle Bianca Dallara, pelo apoio em todos os momentos dessa difícil caminhada e por me encorajar todos os dias pra que eu pudesse terminar esse trabalho.

A todos meus amigos, pelo apoio nos momentos difíceis e principalmente pelos momentos de descontração e lazer.

A todos e a todas, muito obrigado!!

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Sônia Maria Rodrigues da Silva, pela ajuda e motivação em todos os momentos da minha vida.

“As ideologias são liberdade enquanto se fazem, opressão quando estão feitas”

J.P. Sartre

RESUMO

A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE AZEVEDO AMARAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A IDEOLOGIA NACIONALISTA DO ESTADO NOVO

O objetivo central desse trabalho é fazer uma análise da ideologia nacionalista do Estado Novo através da trajetória intelectual de Azevedo Amaral. Buscamosa partir de seus escritos tanto em revistas como em seus livros, discutir como foi construído alguns aspectos fundamentais da ideologia nacionalista do período. Esses aspectos são: a propaganda política, largamente utilizada para legitimar o regime, e a elaboração de uma teoria de Estado, que enquanto corpo de ideias políticas, explicava o funcionamento e organização do Estado Novo.

Palavras-Chave: Estado Novo, Ideologia, Intelectuais, Nacionalismo.

ABSTRACT

THE INTELLECTUAL TRAJECTORY OF AZEVEDO AMARAL AND ITS CONTRIBUTION TO NATIONALISM IDEOLOGY OF THE NEW STATE

The central objective of this work is to analyze the nationalist ideology of the New State through the intellectual trajectory of Azevedo Amaral. We sought from his writings both in magazines and in his books, to discuss how some fundamental aspects of the nationalist ideology of the period were constructed. These aspects are: political advertising, widely used to legitimize the regime, and the elaboration of a state theory, which as a body of political ideas, explained the functioning and organization of the New State.

Keywords: New State, Ideology, Intellectuals, Nationalism.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO		10
CAPÍTULO 1 – AZEVEDO AMARAL: JORNALISMO EPROPAGANDA POLÍTICA		15
1.1	Trajetória Jornalística de Azevedo Amaral	20
1.2	Azevedo Amaral e sua breve passagem na revista *Cultura Política*	25
1.2.1	Crise da Primeira República e o problema da representação política	31
1.2.2	Da crise à Revolução de 30: a "autêntica revolução brasileira"	36
1.3	A revista *Novas Diretrizes* eo ápice da propaganda do Estado Novo	43
1.3.1	O novo "homem brasileiro"	51
CAPÍTULO 2 – O NACIONALISMO AUTORITÁRIO DE AZEVEDO AMARAL: CAMPO INTELECTUAL E TEORIA DE ESTADO		60
2.1	Caráter", "Ideia" ou "Sentimento" Nacional?	66
2.2	O campo intelectual: os intelectuais e suas relações com o Estado	77
2.3	Antiliberalismo como convicção	86
2.4	Ideologia de Estado e a nova democracia autoritária	92
2.5	Corporativismo: a síntese do nacionalismo autoritário	99
2.6	Da legitimação do "Estado-Ordem" à legalização do autoritarismo	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS		114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		116

APRESENTAÇÃO

A historiografia, a partir da década de 1970,se debruçou sobre o Estado Novo na tentativa de compreender a natureza de seu funcionamento e suas raízes históricas. A política de massas no Brasil estava intimamente ligada, como em outras partes do mundo, com a crítica ao sistema liberal, considerado incapaz de solucionar os problemas sociais. Nesse sentido, a questão social colocou-se, desde então, no centro das críticas ao liberalismo.

A historiografia volta-se para o Estado Novo, pois as pesquisas de até então se colocavam no limite em que prevalecia a concepção de que o distanciamento no tempo era imprescindível para uma boa pesquisa historiográfica. Porém, devido às grandes transformações que ocorreram no período, os historiadores começaram a mostrar interesse sobre o tempo presente, tentando pensar o Estado Novo a partir de novos ângulos.

Como aponta Maria Helena Capelato (2003)[1], a partir dos anos de 1980, o Estado Novo se tornou um grande alvo dos historiadores porque coincidiu com o processo de redemocratização do país. A motivação das pesquisas acerca desse período estava relacionada às tentativas de compreensão mais aprofundada do fenômeno do autoritarismo no Brasil, que havia pensado o país como "cordial" e "pacífico".

O regime militar teria contribuído para o questionamento desse mito e incentivou historiadores e estudiosos do tema a revisitarem um passado ainda recente, a era Vargas, buscando identificar, nesse período, fórmulas autoritárias cujas características persistiam na cultura brasileira, mesmo após sua dissolução.

De acordo com a autora, a ênfase recaiu sobre as décadas de 1930 e 1940. Houve uma busca por novos temas e objetos de investigação como: cultura política; mundo do trabalho; novas formas de controle social; papel da polícia política e da repressão; organização DIP e suas práticasde propaganda e de censura; política cultural do Estado atuando sobre produções artísticas como música, artes plásticas, cinema; significado dos imaginários sociais criados e recriados na época através da manipulação de símbolos, emblemas, sinais, criação de mitos, cerimônias cívicas e esportivas e demais espetáculos do poder; importância dos meios de comunicação e seu uso político, realizando trabalhos sobre a

[1] CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In: O tempo do nacional-estatismo: Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Org. Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Págs.109-143.

imprensa, rádio, documentários, revistas, livros e demais publicações; políticas de imigração; preconceito racial e social; educação e ensino; atuação da Igreja, dentre outros.

Do nosso ponto de vista, o estudo do Estado Novo e de suas práticas políticas centradas na ideologia nacionalista são importantes para entender certas permanências na atual conjuntura política brasileira, que vive sob o recrudescimento de políticas extremamente autoritárias, legitimadas e legalizadas através de um discurso que prega o bem comum da nação.

Segundo o historiador John Breuilly (2000)[2],o mais importante em qualquer estudo ou abordagem sobre o nacionalismo é explicar porque essa ideologia se tornou importante nos contextos em que foi produzida. É justamente esse ponto que nos interessou, isto é, pensar como a ideologia nacionalista contribuiu para o processo de legitimação do Estado Novo.

De acordo com o autor, existem pelo menos quatro formas de se abordar a ideologia nacionalista pela historiografia: a *primordialista*, a *funcionalista*, a *narrativa* e a *moderna.*A abordagem *primordialista* é a forma mais "crua" das quatro abordagens. A ideia fundamental dessa abordagem é a de que a nação existe há muito tempo. Sua história remonta há séculos, onde houve períodos em que a nação conheceu a grandeza e teve seus heróis e fases áureas, inspiradores dos membros da nação do presente. Os intelectuais nacionalistas lançam mão de mitos e símbolos herdados do passado e o tecem com uma trama de argumentos destinados a criar uma identidade nacional e justificar suas reivindicações nacionais. Porém, é bastante difícil correlacionar seu grau de sucesso com a importância objetiva desses mitos e símbolos.

A *funcionalista* se refere a um conjunto de funções quea ideologia nacionalista deverá levar em conta. A primeira dessas funções é a de que o nacionalismo supre uma carência de identidade, principalmente as causadas pela descrença religiosa ou pelo desgaste das tradições. Isso acontece, por exemplo, quando as pessoas são retiradas de suas aldeias, separadas de suas famílias, deslocadas para outros contextos, isto é, quando as pessoas são desterritorializadas. Nesse sentido, o nacionalismo poderia proporcionar uma identidade no meio da mistura de grupos étnicos e linguísticos.Outra função bastante enfatizada por essa abordagem é a de que o nacionalismo promove a modernização. De acordo com o autor, não há dúvida de que ele foi usado nessa perspectiva e, muitas das vezes, contrário à modernização. Nesse sentido, deve-se pensar que o nacionalismo foi um aspecto da modernidade europeia, depois, quando já se discutia a questão da modernidade e do

[2] BREUILLY, John. BALAKRISHNAN, Gopal (Coautor). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

nacionalismo separadas, é que se pode pensar tentativas de relacionar nacionalismo com a modernidade.

Outra abordagem apontada por John Breuilly (2000) é a *narrativa*. Esta narra a história de uma nação a partir de uma "história nacional". O autor cita, por exemplo,os textos que contam a história da Alemanha, que se inicia desde o Sacro Império Romano nos séculos XVIII e XIX. O nacionalismo enquanto narrativa consiste em mostrar como as instituições tradicionais desmoronaram, com maior ou menor rapidez, frente às forças modernas.A forma narrativa pressupõe um começo, meio e fim, se tornando um componente importante do movimento nacional, apresentando-o como uma forma de progresso que deverá materializar-se no futuro. De acordo com o autor, essa abordagem é muito frágil, pois parte do pressuposto que a história do mundo moderno é a história da "ascensão" do "moderno" e da "queda" do "tradicional".

Por fim, John Breuilly (2000) considera que o mais importante quando se trata de estudar as ideologias nacionalistas é compreender a produção e a circulação dessas ideias a partir das transformações das elites e do poder. Trata-se de pensar as transformações da natureza do poder enfocando a produção e a aceitação pública das políticas nacionalistas.Em outras palavras, pensa-se o problema da representação política e como o nacionalismo se insere nessa discussão. Outro aspecto dessa abordagem é considerar que a política nacionalista tende a criar um conjunto coerente de doutrinas, ideias e sentimentos. As exigências da ação política, seja ela de movimentos oposicionistas ou dos governos, disciplinam as ideias e as direcionam para objetivos práticos, bem como canalizam sentimentos, projetos e ações em uma direção particular. Essa perspectiva *moderna* pensa o nacionalismo em relação ao lugar da "ideia nacional" na modernidade.

Esse trabalho se insere justamente nessa última perspectiva, que aborda o problema da ideologia nacionalista do Estado Novo a partir da circulação, da divulgação e da produção de ideias e de discursos. Para isso, utilizamos como fonte principal a trajetória intelectual de Azevedo Amaral. Nosso interesse foi evidenciar, a partir de seus escritos,tanto em revistas, como em seus livros, como foi construído alguns aspectos fundamentais da ideologia nacionalista do período, tais como:a propaganda política, largamente utilizada para legitimar o regime, e uma teoria de Estado, que, enquanto corpo de ideias políticas,explicava o funcionamento e organização do Estado Novo.

Azevedo Amaral foi um intelectual que dedicou grande parte de sua vida ao jornalismo político de sua época. É visto pela historiografia e pela ciência política como um

dos ideólogos varguistas mais importantes do período[3].Foram diversas passagens por importantes jornais e revistas, que renderam uma vasta produção escrita. Os anos de 1930 foram o auge de sua produção intelectual; escreveu cerca de seis livros, o que intercalava com uma série de publicações diárias na imprensa da época.

Buscamos,então, pensar uma abordagem que levou em consideração tanto os aspectos individuais, quanto coletivos da circulação de suas ideias, isto é, além de produzir uma narrativa que evidenciou a sua trajetória intelectual de forma individual, através de suas passagens nas revistas *Cultura Política* e *Novas Diretrizes*, procuramos também analisar a circulação de suas ideias em um *campo intelectual*, que discutiu amplamente sobre a organização e funcionamento do Estado mediante um conjunto de ideias políticas que se traduziram em uma teoria de Estado.

Nesse sentido, essa dissertação se estrutura em dois capítulos, que visam, através da trajetória individual/coletiva de Azevedo Amaral, chegar a uma compreensão de alguns aspectos fundamentais da ideologia nacionalista do período em questão.

O primeiro capítulo, intitulado "Azevedo Amaral: Jornalismo e Propaganda Política",apresenta um resumo da trajetória do autor por meio dos jornais e revistas do período. Procuramos relacionar seus escritos nessas revistas com a historiografia e com o contexto da época, no sentido de compreender como eles expressavam, através da propaganda política, a ideologia nacionalista do regime.

O segundo capítulo, intitulado "O nacionalismo autoritário do Estado Novo: Campo intelectual e Teoria de Estado",relaciona as ideias de Azevedo Amaral com outros intelectuais, no sentido de enriquecer o debate sobre as teorias de Estado formuladas a partir de um conjunto de teses que buscavam explicar o funcionamento e a organização do Estado Novo. Questões como a crítica antiliberal, autoritarismo, corporativismo e democracia entravam nessa discussão. Nesse capítulo, tentamos mostrar, a partir de seus escritos e também de seus pares, que essas questões estavam em relação. Assim, apresentamos uma

[3]Ver: PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilhadores e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte** (1920-1940). São Paulo; Ed.34, 2000. PINTO, João Alberto da Costa. **O nacionalismo corporativista de Caio Prado Júnior**. Goiânia: Cânone Editorial, 2013. PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Editempo, 2007. LAMONIER, Bolívar. **Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República**. **Uma interpretação**. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, 2 v. P. 343-374. SOUZA, Ricardo Luiz de. **Os Caminhos da Modernidade em Azevedo Amaral.** In: Sociedade e Cultura. Goiânia: UFGO, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2005. OLIVEIRA, Lippi Lúcia. **O pensamento de Azevedo Amaral.** In: Ideologia e Poder. Org. Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso, Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Págs. 48 – 62.

leitura que procura mostrar que esses conceitos se conectam e gravitam em torno de uma ideologia nacionalista.

A dissertação se desenvolverá, assim, através dos aspectos relacionados sinteticamente acima. A pesquisa se efetivou através da análise historiográfica a respeito do período, utilizando como aparato teórico a noção de campo intelectual de Pierre Bourdieu (2004) e a perspectiva moderna do nacionalismo de John Breuilly (2000). As fontes utilizadas foram alguns editoriais das revistas *Cultura Política* e *Novas Diretrizes*¸ disponibilizados *online* no site da Biblioteca Nacional,bem como os livros *Estado autoritário e a realidade nacional*, *Getúlio Vargas: Estadista,*de Azevedo Amaral, *O Problema nacional brasileiro*, de Alberto Torres,*Instituições Políticas Brasileiras,* de Oliveira Vianna, e o artigo *A Nação e o Estado,* de Oliveira Vianna.

Não encontramos trabalhos que discutem a questão do nacionalismo utilizando como referência a obra de Azevedo Amaral. Nesse sentido, esperamos que esse estudo contribua para um maior esclarecimento do nacionalismo desse período e também da trajetória intelectual do jornalista e de suas ideias políticas.

CAPÍTULO I - AZEVEDO AMARAL: JORNALISMO E PROPAGANDA POLÍTICA

A proposta desse capítulo consiste em apresentar um resumo da trajetória individual, jornalística e intelectual de Azevedo Amaral no contexto de legitimação do Estado Novo, que vai de 1937 a 1942[4]. Procuramos evidenciar seu percurso na imprensa escrita, sobretudo nas passagens por importantes revistas do período. O objetivo central dessa seção é demonstrar, mediante seus escritos, um primeiro aspecto da ideologia nacionalista, que consistia em legitimar o projeto político do Estado Novo através da propaganda política.

A ideologia, segundo a acepção de Marilena Chauí (2008)[5], é um saber cheio de "lacunas" ou de "silêncios"que "nunca" poderá ser preenchido totalmente.Consistiria em um conjunto de ideias, conceitos, teorias e discursos que tem por objetivo legitimar uma visão de mundo "nunca dizendo as coisas até o fim".Nesse sentido, a ideologia nacionalista aparece, em um primeiro momento, como um discurso persuasivo endereçado a um público alvo, criado a partir de uma representação da realidade. A ideologia nacionalista se utilizou de vários argumentos e afirmações com o objetivo de angariar a legitimidade do novo sistema político perante a população, no intuito de justificar uma dada configuração de relações de poder que procurava estabelecer. A primeira forma de fazer isso foi por meio da propaganda política.

A propaganda política adquiriu uma grande importância durante as décadas de 1930 e 1940 no Brasil e no mundo.Segundo Maria Helena Capelato (1999)[6], ela se baseou em um conjunto de ideias nacionalistas que eram transformadas em imagens e símbolos,com o objetivo de criar um imaginário social, transmitido pelos meios de comunicação de massa, sendo estratégica para o exercício do poder durante o Estado Novo.

---

[4]Seguimos a definição da historiadora Maria Helena Capelato (2003), que propõe uma divisão do período de vigência do Estado Novo. Para a autora, o período de 1937 – 1942 teria sido caracterizado pelas reformas e pela tentativa de legitimação do regime. De 1942 a 1945 foi o período em que o Brasil entrou na Segunda Guerra aolado dos aliados, gerando uma série de novas contradições que ficaram mais explícitas naquele momento. Nossa análise se centra nesse primeiro período, em que o regime buscava se afirmar perante a população, se utilizando amplamente dos instrumentos e das possibilidades da propaganda política.

[5]CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 13.ed. São Paulo: Ática, 2009. **O que é ideologia?**São Paulo: Brasiliense, 2008.

[6]CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda Política e controle dos meios de comunicação.** In:Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Págs. 167-178.

Para Nelson Jahr Garcia (1982)[7],o objetivo imediato da propaganda era persuadir as classes subalternas de que a ideologia dominante, pensada e estruturada pela organização do Estado, correspondia aos seus interesses individuais, bem como aos interesses coletivos da Nação.A ideia fundamental era de que a propaganda servisse para a construção de uma consciência coletiva em torno da nacionalidade. Azevedo Amaral buscava fazer da imprensa escrita um centro de irradiação de uma nova cultura. Seu discurso nacionalista se baseava em uma visão estritamente elitista entre dominados e dominadores, isto é, a ideia de que as massas necessitavam ser educadas por uma elite intelectual.

Como veremos a seguir, seu discurso nos artigos das revistas *Cultura Política* e *Novas Diretrizes* era baseado em uma adequação dessa ideologia às condições intelectuais da população[8]. Era necessário levar em consideração o nível cultural do povo e a forma como eles estavam inseridos na sociedade.

A precariedade do ensino básico, o alto índice de analfabetismo e uma educação reservada às elites eram fatores que indicavam que as ideias a serem propagadas pelos veículos de comunicação deveriam ser bastante simplificadas e repetidas para que pudessem ser compreendidas e memorizadas (GARCIA, 1982).

Soma-se a isso o fato de que a grande massa da população era excluída do sistema político. Elas não tinham acesso às decisões envolvidas no processo eleitoral, marcado por corrupção, fraudes, e, portanto, não tinham condições de compreender a trama e as relações de poder das atividades políticas.

São nessas condições estruturais que Azevedo Amaral e outros intelectuais sentiam a necessidade de explicar toda a informação referente à estrutura de poder e seu funcionamento de maneira acessível, tornando viável a compreensão por parte das pessoas.

O grande eixo crítico desenvolvido por Azevedo Amaral nas revistas e em seus livros foi em relação ao passado liberal da Primeira República. Era necessário justificar para a população essa crítica aos princípios do liberalismo e do federalismo do regime anterior dentre os quais: a autonomia dos estados, o sistema partidário, a tripartição dos poderes com Executivo, Legislativo e Judiciário.

Azevedo Amaral também observava em seus escritos a necessidade de apontar para essa mesma população as propostas antiliberais e nacionalistas, tanto de direita, como de esquerda. Essa questão, como veremos no capítulo dois, é melhor discutida em seus livros

[7]GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**: a legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas. São Paulo. Ed. Loyola, 1982.

[8]Utilizamos como fonte principal nesse capítulo as passagens dos artigos de Azevedo Amaral nas duas revistas citadas e que serão discutidas em seus pormenores a seguir.

justamente devido a diferença do público alvo que esses veículos atingiam, isto é, um público erudito de intelectuais e um público popular. É importante ressaltar que essas propostas deveriam ou ser incorporadas, ou neutralizadas pela propaganda política.

A soma desses elementos e o conjunto de mensagens traduzidas pela propaganda deveriam fornecer uma visão ampla da sociedade e do regime que estava sendo implantado. Era necessário legitimar o projeto político-ideológico e as propostas desse novo regime, apresentando ao público perspectivas que fossem favoráveis e que justificassem a adesão da população.

É importante destacar que a propaganda elaborada por Azevedo Amaral no espaço das revistas partia de uma concepção de sociedade e de história. A adequação e legitimação desse projeto político aos interesses individuais e coletivos da população eram formuladas através de uma noção de sociedade que se dividia entre o passado e presente.

Essa perspectiva de Azevedo Amaral era elaborada de uma forma que as metas e os programas do governo fossem apresentados como resultado natural da evolução da realidade brasileira. Esboçava-se um quadro dentro do qual os diversos interesses se convergiam em um "interesse geral" da nação, que competia ao Estado promover.

Tal interesse geral só poderia ser efetivado na medida em que o Estado conseguisse construir uma coesão entre as classes dominantes e subalternas. O Estado, ao assumir a direção da sociedade, deveria neutralizar as dissidências justificando-se através da universalização da ideia de que o conflito geraria um entrave para a construção da nacionalidade.

Essa justificativa em Azevedo Amaral era explicada mediante a crítica do passado liberal, tido como caótico, e da afirmação e legitimação do presente, visto como o melhor momento do país em relação à política.

Segundo Nelson Jahr Garcia (1982),a ideologia nacionalista construiu uma visão caótica da sociedade brasileira, apoiada em um clima de tensão que vinha se esboçando desde 1935 e na crise econômica que passava o país. Os movimentos políticos eram unificados a partir de "extremismos" e vistos como perigosos, servindo de pretexto para medidas de caráter excepcionais, como a promulgação da Lei de Segurança Nacional e o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, em julho de 1935[9].A partir de 1937, acentuou-se o clima de

[9]A Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. A LSN foi aprovada após tramitar por longo período no Congresso e ser objeto de acirrados debates, num contexto de crescente radicalização política, pouco depois de os setores de esquerda terem fundado a Aliança Nacional

rótulos pejorativos a grupos dissidentes que eram insistentemente repassados pela propaganda política nos veículos de comunicação. Para Azevedo Amaral, esses grupos eram dotados de "ambições particulares". Os partidos e o legislativo passaram a ser desmoralizados por serem instrumentos manipulados por interesses particulares. Com isso, Azevedo Amaral pregava a ideia de que as instituições liberais não estavam de acordo com a realidade social do Brasil. De acordo comNelson Jahr Garcia (1982):

> O que se construía era uma visão simplificada da realidade em que eram unidos, num só todo, a estrutura política existente, as dissidências no seio da classe dominante e as constatações oriundas das classes subalternas. A ideia básica transmitida era de que o sistema político vigente antes do golpe, baseado no liberalismo clássico e no sistema representativo, inadequado a realidade brasileira, permitia a certos grupos a utilização do sistema partidário e eleitoral para seus interesses particulares em prejuízo do interesse nacional e da unidade do país, dando condições para o aparecimento de infiltrações extremistas, colocando o país em situação de desordem e desagregação (GÁRCIA, 1982, p. 109).

A ideologia nacionalista propagandeada por Azevedo Amaral nas revistas tratava, em última instância, da ideia de que existia um "Brasil real" que não correspondia com um "Brasil legal",em termos institucionais, políticos e sociais.

É interessante destacar que, após a Revolução de 30, mas principalmente no contexto do Estado Novo, ao mesmo tempo em que se atendiam antigas reivindicações da classe trabalhadora, difundia-se um ideário que ocultava o passado de luta dos movimentos políticos gerados no interior desta (GÁRCIA, 1982). A imagem amplamente difundida por Azevedo Amaral nos veículos de comunicação era a de que o povo brasileiro era "índole"e "pacífico". Isso foi muito utilizado pelo regime no sentido de que, em qualquer manifestação política ou conflito, iria se configurar estranha essa característica "cordial" e "cristã" do povo brasileiro, isto é, seriam apresentadas como fatores de desagregação nacional. A Revolução de 30 é apresentada por Azevedo Amaral não só como um divisor de águas entre o passado e o presente. Ela começa a ser vista como o início de uma nova era política,em que o trabalhador passa a ser considerado integrante da vida política nacional e centro das atenções do governo.Seus discursos criavam uma imagem de uma sociedade homogeneizada e massificada, em que os interesses divergentes dos grupos sociais ficavam diluídos no

---

Libertadora. Nos anos seguintes à sua promulgação, foi aperfeiçoada pelo governo Vargas, tornando-se cada vez mais rigorosa e detalhada. Em setembro de 1936, sua aplicação foi reforçada com a criação do Tribunal de Segurança Nacional. Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas.

“interesse geral” da nação. O trabalhador e o patrão não se diferenciavam, pois todos eram vistos como “trabalhadores”.

Atrelada a essa difusão de uma imagem negativa do passado republicano, a ideologia nacionalista apresentada pela propaganda política pregava uma campanha de valorização nacional, procurando construir um espírito cívico que pudesse despertar nas camadas da sociedade um sentimento de confiança e esperança quanto ao futuro. Azevedo Amaral cumpriu muito bem esse papel ao divulgar na imprensa a ideia de que era preciso despertar na população o orgulho pela nacionalidade. O autor insistia em dizer a respeito das “potencialidades da nação”, sugerindo um otimismo em relação ao futuro, tentando passar credibilidade em relação às diversas propostas e medidas que eram apresentadas a população.

Seu discurso apontava para a criação de um modelo ideal de sociedade, de governo e de cidadão.Pregava a necessidade de se criar novas formas de fazer política, em que o Estado se ajustaria à sociedade e sua realidade social a partir de um critério de racionalidade e objetividade.

Buscamos, portanto, situar as ideias de Azevedo Amaral nesse campo de discussões acerca da nacionalidade em um contexto em que a propaganda política foi importantíssima para o processo de legitimação do novo regime. Trata-se, então, de evidenciar, através da trajetória intelectual de Azevedo Amaral, a forma como a ideologia nacionalista era apresentada e divulgada pelos veículos de comunicação nesse período de afirmação do Estado Novo.

1.1 Trajetória jornalística de Azevedo Amaral

O propósito de item é destacar sumariamente as passagens de Azevedo Amaral pelo mundo da imprensa, apontando o início de sua carreira nos jornais do Rio de Janeiro e sua veiculação ao projeto ideológico nacionalista do Estado Novo.

Azevedo Amaral nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em março de 1881. Era filho do engenheiro ferroviário Ângelo Tomás do Amaral e de Maria Francisca Álvares de Azevedo Amaral. Formou-se em medicina em 1903, profissão que abandonou para dedicar-se à sua verdadeira paixão: o jornalismo político. Seu primeiro artigo foi publicado no jornal *Gazeta de Notícias*[10], quando ele ainda era representante dos estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Daí por diante, iniciou uma série de publicações no periódico *Jornal do Comércio*[11]. Logo depois, ainda em 1903, Azevedo Amaral viajou para a Europa, onde passou uma temporada de um ano e meio visitando os países França, Itália, Suíça, Alemanha, Inglaterra, Bélgica e Holanda, retornando em 1904.

Ao voltar, fez uma tentativa de trabalho na área da medicina, sendo médico de operários que trabalhavam em um Porto. Para Werneck Sodré (1942), esse contato com os trabalhadores foi fundamental para Azevedo Amaral pensar uma psicologia das massas e seu papel nos processos revolucionários[12].

Azevedo Amaral ficou nesse cargo durante dois anos e, ao sair, empreendeu uma segunda estadia na Europa entre os anos de 1906 a 1916. Durante esse período, enviou um farto material jornalístico, que foi veiculado em periódicos como *A Notícia*[13],*A Gazeta de Notícias* e o próprio *Jornal do Comércio*. Todavia, foi sua atuação como correspondente internacional do *Correio da Manhã*[14]que tornou seu nome conhecido do grande público.

---

[10]O jornal Gazeta de Notícias foi um periódico publicado no Rio de Janeiro. Circulou entre agosto de 1875 e 1942. O jornal introduziu uma série de inovações na imprensa brasileira, como o emprego do clichê, das caricaturas e da técnica de entrevistas, chegando a ser um dos principais jornais da capital federal durante a Primeira República.

[11]Jornal de grande circulação no Rio de Janeiro, criado por volta de 1827, encerrando suas atividades muito recentemente, em abril de 2016.

[12]SODRÉ, N. W. **Orientações do pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Vecchi

[13]Jornal que circulou no Rio de Janeiro entre 1894 até 1997.

[14]O Correio da Manhã foi um periódico brasileiro, publicado no Rio de Janeiro, de 1901 a 1974.

Ao retornar ao país, Azevedo Amaral retomou suas atividades jornalísticas, assumindo o cargo de redator-chefe do *Correio da Manhã*, onde ficou até meados de novembro de 1917. Pouco depois, fundou o *Rio-Jornal*, trabalhando nele apenas durante um tempo, passando a ser redator-chefe de *O Paiz*[15]logo em seguida.Nesse último, ficou por dois anos, e, ao sair,fundou o periódico *O Dia*,no qual ficou por mais dois anos.

Durante os anos de 1925 a 1926, período em que esteve em uma terceira estadia na Europa, colaborou com alguns jornais do Rio de Janeiro, enviando análises sobre a conjuntura política do país no pós Primeira Guerra e sobre os problemas e desafios que estavam sendo colocados naquele momento. Ao regressar ao Rio de Janeiro, fez algumas incursões em outros jornais como *O jornal* e *A Nação* e ainda fundou uma revista denominada *Gazeta do Rio.*

Entre os anos de 1932 a 1936, Azevedo Amaral atuou fundamentalmente na exposição e realização de conferências, publicando artigos e ensaios sobre a nova conjuntura política do país no pós Revolução de 30. Em 1938, fundou, em parceria com Samuel Wainer, a revista *Diretrizes*, que ficou em circulação até junho de 1944[16]. Essa revista tinha como objetivo fundamental ser um veículo de divulgação de ideias e reflexões acerca da economia, da política e da sociedade. O papel de Azevedo Amaral na revista era refletir principalmente sobre a conjuntura política nacional e internacional. A parceira com Samuel Wainer durou apenas seis meses devido a divergências ideológicas. Com o fim da parceria, a revista sofreu várias transformações ao longo do tempo, até se transformar em um jornal diário, tornando-se cada vez mais liberal-democrático e crítica ao regime autoritário.

Azevedo Amaral fazia parte de um leque de intelectuais e jornalistas que se dispunham a teorizar e a propagandear o regime político do Estado Novo centrados na figura do presidente Getúlio Vargas. Esses intelectuais, das mais diversas áreas, passaram a identificar na figura do Estado o cerne da nacionalidade, buscando se inserir na organização política do regime.

Segundo Mônica Velloso (1982)[17], esse projeto político-ideológico foi extremamente articulado na medida em que soube capitalizar os acontecimentos políticos, reforçando

[15]O Paiz foi um periódico matutino publicado no Rio de Janeiro, entre o último quartel do século XIX e a Revolução de 1930.

[16]Samuel Wainer nasceu na cidade de São Paulo no dia 16 de janeiro de 1912, formado em farmácia, jamais exerceu a profissão. Começou sua carreira de jornalista ainda estudante, no *Diáriode Notícias*. Em 1938, após o golpe do Estado Novo, fundou arevista mensal *Diretrizes*.Transformada, em 1941, em semanário, *Diretrizes* adotou uma linha de oposição ao regime ditatorial liderado por Getúlio Vargas, tendo diversas edições apreendidas. Fonte: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

[17]VELLOSO, Mônica Pimenta. **Uma configuração do campo intelectual.** In: Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro. ed: Zahar editores, 1982, Págs. 71-100.

determinadas situações e, sobretudo, convencendo e legitimando a nova ordem política baseada no fortalecimento do Estado:

> A ideologia se coloca, portanto, como elemento central do projeto político, na medida em que lhe dá materialidade, efetua sua organização e integra, de forma diferenciada, o conjunto dos atores sociais. O novo jogo discursivo traduz uma nova concepção de mundo, que procura reativar as representações destinadas a legitimar a nova distribuição de poderes que então se estabelece (VELLOSO, 1982, p. 72).

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é de fundamental importância para compreender os mecanismos da propaganda nacionalista elaborada pelo Estado Novo. O DIP foi criado em dezembro de 1939 sob a direção de Lourival Fontes[18] e se ocupava das seguintes tarefas: divulgação, radiodifusão, cinema, teatro, turismo e imprensa, cujo objetivo seria coordenar a propaganda do governo(VELLOSO, 1982). Além disso, o DIP possuía órgãos filiados (os DEIPS) que se ligavam diretamente à central no Rio de Janeiro.

Essa estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer um controle mais eficiente sobre os meios de comunicação e a vida cultural do país. A centralização administrativa era vista como um coeficiente de modernidade imbuída dos princípios de objetividade e racionalidade.

Segundo Ângela de Castro Gomes (1996)[19], o DIP tinha dois objetivos principais: a missão de difundir amplamente a imagem do novo regime que se instalara em novembro de 1937 e de combater a veiculação de informações que fosse contrária ao regime. Esse segundo objetivo será discutido no segundo capítulo.

O DIP funcionava como um grande mecanismo de promoção da figura do chefe de Estado, das autoridades que o cercavam e das iniciativas políticas que estavam sendo implementadas, produzindo, divulgando e supervisionando todos os instrumentos de comunicação de massa.

---

[18]Lourival Fontes nasceu em Riachão do Dantas (SE), em 1899. Jornalista, colaborou em diversos jornais de Sergipe e Bahia. Partidário da Aliança Liberal, coligação oposicionista que disputou a presidência da República em 1930, tendo à frente o gaúcho Getúlio Vargas.Apoiou o movimento revolucionário comandado pelo próprio Vargas, que assumiu o poder em novembro daquele ano.Em 1931, fundou e dirigiu, no Rio de Janeiro, as revistas *Política* e *Hierarquia*. Esta última, de tendência fascista, contou, entre seus colaboradores, com Olbiano de Melo e Plínio Salgado. Nomeado funcionário da Prefeitura do Distrito Federal, foi indicado oficial de gabinete do prefeito e, em 1932, diretor da Secretaria do Gabinete da Prefeitura. Eleito representante dos usineiros sergipanos junto ao Instituto do Açúcar e do Álcool em 1933, dirigiu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) entre 1934 e 1937. No ano seguinte, o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda e, em 1939, no Departamento de Imprensa e Propaganda. Lourival Fontes permaneceu à frente do órgão até 1942. Fonte: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

[19]GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

A imprensa ganhava grande destaque enquanto funcionava como o *lócus* principal de produção dos discursos. Tratava-se de elaborá-los e transmiti-los para todos os demais meios de comunicação, com linguagens e recursos tecnológicos próprios. Assim, a imprensa, sobretudo escrita, se colocava como o setor mais eficiente do DIP, na medida em que se voltava para o exercício da propaganda do regime, veiculando o discurso nacionalista estado-novista tanto em jornais, como em revistas.

Azevedo Amaral atuava no campo da imprensa escrita com a missão de construir uma visão de mundo em torno do nacionalismo e que se apoiasse na tônica autoritária e conservadora. O dispositivo retórico mais utilizado por ele e por outros intelectuais que partilhavam desse viés nacionalista era a ideia de criar uma identidade nacional que adequasse suas instituições e suas formas de atuação política à realidade social do país a partir de uma ideia de racionalidade e objetividade. Como aponta Daniel Pécaut (1990)[20]:

> A geração dos anos 25-30 não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou, em alto e bom som, a vocação para elite dirigente (PÉCAUT, 1990, p. 22).

Essa geração de intelectuais buscou se diferenciar das gerações anteriores na medida em que se colocaram a serviço da sociedade, rompendo as fronteiras tradicionais entre o homem das letras e o homem de ação, entre o artista e a sua comunidade, isto é, a literatura como um campo a serviço da recuperação da nacionalidade.

A discussão sobre a posição e as funções que o intelectual deveria exercer era candente naquele momento. Nas publicações desses autores começavam a aparecer os termos "intelectuais", "intelectualidade" e "inteligência", acreditando pertencerema uma categoria social específica, uma elite dirigente (PÉCAUT, 1990).

Construindo uma espécie de "psicologia das massas", Azevedo Amaral argumentava que as massas continham "energias passionais da sociedade", mas permaneciam em um estado de "equilíbrio espiritual estável" esperando os "estímulos" que orientassem uma determinada ação.As massas contêm as forças passionais capazes de subverter a ordem estabelecida, porém, seria preciso que se exercesse sobre ela uma vontade de ação feita por uma vanguarda intelectual. Para Azevedo Amaral, os intelectuais deveriam ser mais próximos dos interesses nacionais, devendo se apoiar, sobretudo, no reforço do poder público, pois só

[20]PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

ele se dispõe de recursos de informação e de conhecimento das questões referentes aos interesses nacionais.

A imprensa se tornava, portanto, o lugar de excelência de produção e difusão dos discursos em prol da ideologia nacionalista do Estado.Foi nesse campo que Azevedo Amaral dedicou grande parte de sua vida e suas reflexões, se tornando um dos jornalistas mais influentes daquele contexto histórico, atuando em diversos jornais e em revistas de grande circulação da época, como a revista *Cultura Política* e a *Novas Diretrizes*.Estas,por sua vez, conforme veremos a seguir, tinham como missão teorizar e propagandear a ideologia nacionalista do Estado Novo.

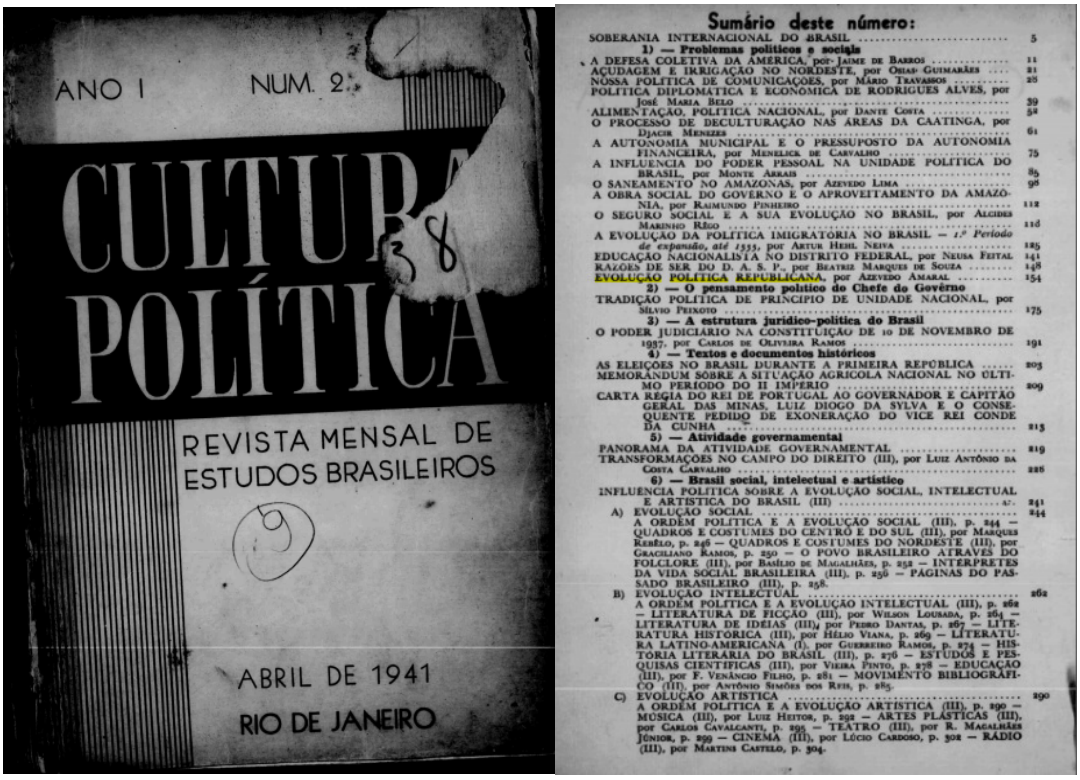
1.2 Azevedo Amaral e sua breve atuação na revista *Cultura Política*

A ideia central desse item é apresentar a rápida passagem de Azevedo Amaral na revista *Cultura Política.* Por se tratar da revista oficial do DIP, nosso interesse é mostrar, a partir de seus artigos, como ele concordava e, ao mesmo tempo, divergia das temáticas da revista, principalmente no que se refere ao tratamento das temporalidades.Enquanto a *Cultura Política* partia de um esforço de recuperação e redefinição do passado, Azevedo Amaral elaborava um discurso crítico em relação ao passado republicano e suas questões políticas.Trata-se de evidenciar essa diferença, mas, sobretudo, mostrar a importância que teve a construção de uma interpretação sobre a sociedade e a história pela ideologia nacionalista, demonstrando o modo como essas interpretações eram divulgadas pela propaganda política do Estado Novo.

A revista *Cultura Política*, fundada em 1941, sob a direção de Almir de Andrade[21], constitui-se a revista oficial do DIP, com ampla divulgação nas bancas do Rio de Janeiro, tendo como função principal ser uma fonte de produção do discurso estado-novista (VELLOSO, 1982). O periódico se configurou como uma revista de estudos brasileiros, cujo objetivo era mostrar as transformações sociais e políticas do país. Segundo Mônica Velloso (1982), ela incluía diversos assuntos, tais como política, economia, técnica, arte, letras e ciências.

> A revista apresenta(va) as seguintes seções: "Problemas políticos e sociais", "o pensamento político do chefe do governo", "A estrutura jurídica-política do Brasil", "Textos e documentos históricos", "a atividade governamental", "Brasil social, intelectual e artístico" [..] a defesa da "unificação" da ordem política e social sob a égide do Estado adquire papel fundamental quando, com base neste argumento, se legitima a prática política instituída pelo novo regime (VELLOSO, 1982, p. 75).

[21]Almir de Andrade foi um jornalista formado em direito pela Universidade do Rio de Janeiro em 1927. Em março de 1941, assumiu a cátedra de direito constitucional na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, onde lecionaria durante três anos. Considerado um dos principais ideólogos do Estado Novo (1937-1945), ao lado de Francisco Campos, intelectual e político que ocupou a pasta da Justiça de 1937 a 1942, e de Antônio José Azevedo do Amaral, a convite de Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fundou a *Cultura Política*: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, da qual foi diretor até outubro de 1945. Revista oficial do regime, publicada pelo DIP, a *Cultura Política* teve como propósito definir e esclarecer os rumos das transformações ocorridas no Brasil durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, e congregou em seu quadro de colaboradores a elite intelectual do país, inclusive figuras não-comprometidas com o regime, como Graciliano Ramos, Gilberto Freire e Nélson Werneck Sodré. Através de artigos assinados e editoriais, Almir de Andrade buscou interpretar o Estado Novo com base em um projeto ideológico eminentemente nacional. Fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almir-bonfim-de-andrade.


ANO I NUM. 2

CULTURA POLÍTICA

REVISTA MENSAL DE ESTUDOS BRASILEIROS

ABRIL DE 1941

RIO DE JANEIRO

Sumário deste número:

SOBERANIA INTERNACIONAL DO BRASIL 5

1) — Problemas políticos e sociais

A DEFESA COLETIVA DA AMÉRICA, por JAIME DE BARROS 11
AÇUDAGEM E IRRIGAÇÃO NO NORDESTE, por OTHAS GUIMARÃES 21
NOSSA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES, por MÁRIO TRAVASSOS 25
POLÍTICA DIPLOMÁTICA E ECONÔMICA DE RODRIGUES ALVES, por JOSÉ MARIA BELO 39
ALIMENTAÇÃO, POLÍTICA NACIONAL, por DANTE COSTA 52
O PROCESSO DE DECULTURAÇÃO NAS ÁREAS DA CAATINGA, por DJACIR MENEZES 61
A AUTONOMIA MUNICIPAL E O PRESSUPOSTO DA AUTONOMIA FINANCEIRA, por MENELICK DE CARVALHO 75
A INFLUENCIA DO PODER PESSOAL NA UNIDADE POLITICA DO BRASIL, por MONTE ARRAIS 85
O SANEAMENTO NO AMAZONAS, por AZEVEDO LIMA 98
A OBRA SOCIAL DO GOVERNO E O APROVEITAMENTO DA AMAZÔNIA, por RAIMUNDO PINHEIRO 112
O SEGURO SOCIAL E A SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL, por ALCIDES MARINHO REGO 118
A EVOLUÇÃO DA POLITICA IMIGRATORIA NO BRASIL — *1.º Período de expansão, até 1555*, por ARTUR HEHL NEIVA 125
EDUCAÇÃO NACIONALISTA NO DISTRITO FEDERAL, por NEUSA FEITAL 141
RAZÕES DE SER DO D. A. S. P., por BEATRIZ MARQUES DE SOUZA 148
EVOLUÇÃO POLITICA REPUBLICANA, por AZEVEDO AMARAL 154

2) — O pensamento politico do Chefe do Govêrno

TRADIÇÃO POLITICA DE PRINCIPIO DE UNIDADE NACIONAL, por SÍLVIO PEIXOTO 175

3) — A estrutura juridico-politica do Brasil

O PODER JUDICIARIO NA CONSTITUIÇÃO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937, por CARLOS DE OLIVEIRA RAMOS 191

4) — Textos e documentos históricos

AS ELEIÇÕES NO BRASIL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA 205
MEMORANDUM SÔBRE A SITUAÇÃO AGRICOLA NACIONAL NO ÚLTIMO PERÍODO DO II IMPÉRIO 209
CARTA REGIA DO REI DE PORTUGAL AO GOVERNADOR E CAPITÃO GERAL DAS MINAS, LUIZ DIOGO DA SYLVA E O CONSEQUENTE PEDIDO DE EXONERAÇÃO DO VICE REI CONDE DA CUNHA 213

5) — Atividade governamental

PANORAMA DA ATIVIDADE GOVERNAMENTAL 219
TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO DO DIREITO (III), por LUIZ ANTÔNIO DA COSTA CARVALHO 225

6) — Brasil social, intelectual e artistico

INFLUENCIA POLITICA SÔBRE A EVOLUÇÃO SOCIAL, INTELECTUAL E ARTISTICA DO BRASIL (III) 241
A) EVOLUÇÃO SOCIAL 244
A ORDEM POLITICA E A EVOLUÇÃO SOCIAL (III), p. 244 — QUADROS E COSTUMES DO CENTRO E DO SUL (III), por MARQUES REBÊLO, p. 246 — QUADROS E COSTUMES DO NORDESTE (III), por GRACILIANO RAMOS, p. 250 — O POVO BRASILEIRO ATRAVÉS DO FOLCLORE (III), por BASÍLIO DE MAGALHÃES, p. 252 — INTERPRETES DA VIDA SOCIAL BRASILEIRA (III), p. 256 — PAGINAS DO PASSADO BRASILEIRO (III), p. 258.
B) EVOLUÇÃO INTELECTUAL 262
A ORDEM POLITICA E A EVOLUÇÃO INTELECTUAL (III), p. 262 — LITERATURA DE FICÇÃO (III), por WILSON LOUSADA, p. 264 — LITERATURA DE IDEIAS (III), por PEDRO DANTAS, p. 267 — LITERATURA HISTÓRICA (III), por HÉLIO VIANA, p. 269 — LITERATURA LATINO-AMERICANA (I), por GUERREIRO RAMOS, p. 274 — HISTÓRIA LITERÁRIA DO BRASIL (III), p. 270 — ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS (III), por VIEIRA PINTO, p. 278 — EDUCAÇÃO (III), por F. VENÂNCIO FILHO, p. 281 — MOVIMENTO BIBLIOGRÁFICO (III), por ANTÔNIO SIMÕES DOS REIS, p. 285.
C) EVOLUÇÃO ARTISTICA 290
A ORDEM POLITICA E A EVOLUÇÃO ARTISTICA (III), p. 290 — MÚSICA (III), por LUIZ HEITOR, p. 292 — ARTES PLÁSTICAS (III), por CARLOS CAVALCANTI, p. 295 — TEATRO (III), por R. MAGALHÃES JÚNIOR, p. 299 — CINEMA (III), por LÚCIO CARDOSO, p. 302 — RÁDIO (III), por MARTINS CASTELLO, p. 304.

(Capa e índice da primeira edição da revista, em abril de 1941)

O corpo editorial da revista era composto por grandes nomes do pensamento político da época nas suas diversas perspectivas, tais como: Francisco Campos, Almir de Andrade, Lourival Fontes, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, Cassiano Ricardo, entre outros.Apesar da diversidade de correntes e posicionamentos, o discurso nacionalista era o fio unificador, ou seja, a identidade coletiva deveria se sobrepor às divergências.

A revista *Cultura Política* se encarregou de pensar uma nova concepção de cultura que se apresentava como integrada ao âmbito político. A lógica temática da revista era de: recuperação do passado; a nova concepção de política; o novo homem, particularmente o novo intelectual; o mito de Vargas e a construção da consciência nacional e cívica.

Segundo Ângela de Castro Gomes (1996), a *Cultura Política* tinha a missão de definir e esclarecer, para um grande público, o curso das transformações que vinham se processando na política, na economia, nas artes, nas letras, nas ciências, etc., bem como debater os valores que orientavam tais mudanças. Para a autora, a revista se propunha a ser um órgão informativo de amplo espectro, combinando tal tarefa com a preocupação explícita de formar consciências em apoio aos ideais do Estado Novo.

Azevedo Amaral contribuiu somente com quatro artigos entre os meses de março e julho de 1941, sendo encarregado de construir uma base teórica que legitimasse a nova ordem

política, dialogando com os outros intelectuais no que se refere principalmente às questões em torno do papel do Estado e sua relação com a sociedade.

Publicações de Azevedo Amaral entre março e julho de 1941[22]	
Mês	**Seção/título do artigo**
Março	O pensamento político do chefe do governo – Realismo político e democracia
Abril	Problemas políticos e sociais – Evolução da política imperial
Maio	Problemas políticos e sociais – Evolução da política republicana
Julho	O pensamento político do chefe do governo – A Revolução brasileira

Nesses quatro artigos podemos visualizar um resumo de suas reflexões em torno da política do Estado Novo, que rendeu, ainda em 1941, um livro dedicado ao presidente, intitulado *Getúlio Vargas: estadista*. O autor postulava a ideia de que houve uma evolução política no Brasil iniciada com a Revolução de 1930 e terminada com a implantação do Estado Novo em 1937.

Para Ângela de Castro Gomes (1982)[23], a tônica dos discursos pós 1937 foi baseada na proposta de se fazer a fundação de um novo Estado, "verdadeiramente nacional e humano".A premissa fundamental era pensar um novo começo na história do país, que significava buscar um autêntico redescobrimento do Brasil. Paraa autora:

> Os acontecimentos de novembro de 1937 materializavam a possibilidade deste grande projeto revolucionário, entendido como transformador da fisionomia econômica e sócio-política da nação. Contudo, 1937 não é visualizado como o marco zero, como a origem do "novo início" de tudo. O corte, a ruptura revolucionária no curso da história é claramente situada em outro acontecimento político: A revolução de 1930 (GOMES, 1982, p. 112).

Eram dois momentos, duas etapas de um mesmo processo: 1930 é o início daquilo que 1937 deverá realizar. Projetar um novo Estado significava, antes de tudo, buscar sua legitimidade, incursionar pela sua origem, por seus inícios revolucionários. Nesse sentido, construir um novo modelo de Estado é também reescrever a história do país, é debruçar-se

[22]Azevedo Amaral escreveu entre os meses de março e julho de 1941, pulando o mês de junho e voltando a publicar em julho daquele ano. Após aquela edição, não encontramos mais suas publicações na revista.
[23]GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo, ideologia e poder**. Rio de Janeiro, ed: Zahar, 1982.

sobre o passado no seu sentido mais profundo, mas também inferia respeito do que deve acontecer através daquilo que já aconteceu (GOMES,1982). O sentido restaurador do processo revolucionário significava fundamentalmente a continuação da construção da nossa nacionalidade.

A afirmação de um momento de origem do processo revolucionário que culminaria no Estado Novo resultava de uma crítica do nosso passado político, mais precisamente sobre a experiência da Primeira República.O diagnóstico do período identificava a Primeira República e seu liberalismo como o momento de decomposição do país.

O caos e a desordem social eram signos da perda das reais tradições da nação, isto é, uma ruptura com seu caminho evolutivo "normal" (GOMES, 1982). Nesse sentido, a Revolução de 1930 é vista inicialmente como um fato político que demarcava as fronteiras entre o passado e futuro, entre a ordem e a anarquia.

Segundo Ângela de Castro Gomes (1982), essa volta ao passado e à tradição não significava, no discurso de 1937, uma reforma dos procedimentos políticos ou um retorno a um momento passado; essa restauração era perfeitamente compatível com um novo começo, com o ato da verdadeira fundação de um novo Estado. Para a autora, tratava-se fundamentalmente de retornar "ativamente", de atualizar, identificando e construindo o verdadeiro espírito da nacionalidade.

Buscava-se, através de uma perspectiva evolucionista, um passado político que não pôde, por conta de uma série de fatores de ordem econômica, política e social, construir uma verdadeira revolução brasileira que daria início ao cerne da nacionalidade.

A seção "Brasil social, intelectual e artístico" é um exemplo dessa perspectiva. Seu intuito foi pensar o papel dos intelectuais na sociedade, a evolução da produção artística e cultural do país e, sobretudo, expressar esse "espírito da nacionalidade", que adivinha fundamentalmente daquilo que Ângela de Castro Gomes (1996)[24]denominou de uma "política cultural de recuperação do passado".

> Hoje, podemos afirmar que existe uma política brasileira que é uma autêntica expressão do nosso espírito nacional. Nesse espírito social ajustam-se as necessidades do nosso presente às conquistas do nosso passado, para formarem esta permissão tríplice da política, que nos concede agir, pensar e criar o Brasil.[25]

[24] GOMES, Ângelade Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo.**Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
[25] Editorial, Brasil social, intelectual e artístico. **Cultura Política** (1), março de 1941.

O ponto central de discussão era a vinculação e adequação entre a "política" e o "espírito da nacionalidade", ou seja, produzir esse "espírito nacional" significava o encontro da harmonia nacional. Esse "espírito da nacionalidade" era um construto, ao mesmo tempo buscado e criado por nossa intelectualidade (GOMES, 1996).

O problema residia na falta de uma "homogeneidade nacional" em nosso país. Nesse sentido, a *Cultura Política* concebia essa "homogeneidade" com a designação de "espírito" ou "consciência nacional". Para a autora, os intelectuais colaboradores da revista diziam que essa dificuldade de produzir uma "consciência nacional" se dava em razão de a nacionalidade ter sido reduzida a um simples "grêmio político", mantido por "contrato de interesses".

Para a *Cultura Política,*o "espírito nacional" de um país poderia ser encontrado e criado nos costumes da tradição, da religião, da raça, da língua e da memória do passado de um povo. Segundo Ângela de Castro Gomes(1996), toda a política do pós 1937 foi uma reação ao "materialismo" anterior, que, segundo os editoriais, romantizava o futuro, hipervalorizava o presente e condenava o passado.

Para a autora, havia um erro "original" por parte das elites políticas no que se refere ao tratamento dos "tempos", que estava sendo sanado pelo Estado Novo. "Ele enfrentava os problemas do presente, sem idealizações do futuro, com a certeza de produzi-lo melhor exatamente porque não se negava a refletir sobre o passado, buscando-o como um 'manancial de inspiração" (GOMES, 1996, p. 141).

Na perspectiva da *Cultura Política,* a nacionalidade e o passado eram categorias independentes, mas que se complementavam.Nesse sentido, a autora ressalta três características que nos ajudam a compreender essa relação.

A primeira diz respeito ao temor do passado nacional. Não temer o passado transformava-se numa espécie de primeiro mandamento para a política cultural do Estado Novo (GOMES, 1996). Para a autora, o passado aparece como uma espécie de fantasma a ser enfrentado, como condição para deixar de assombrar e poluir o "espírito nacional".

A segunda característica apontada pela autora é de que o passado era pensado como um "manancial de inspiração", não no sentido de um retorno, nem em uma concepção de passado/história como "mestre" do presente e do futuro. Essa concepção, entretanto, fica fragilizada pela assertiva anterior, que indicava uma tradição bem maior de deméritos que de méritos. Contudo, era possível argumentar que se aprende também com os erros, mas este não era propriamente o objetivo cultural do Estado Novo na sua política de "recuperação do passado". Segundo a autora:

> A "necessidade" do passado, sua inscrição como "fonte" da nacionalidade e, por conseguinte, como bússola da política adivinham muito mais, acreditamos, da orientação sustentada pelos ideólogos do regime de que não havia governos bons ou maus – não havia modelos universais – e sim governos adequados ou não a uma realidade singular. Mais uma vez, a clara perspectiva historicista impunha uma valorização do "passado", única categoria capaz de preencher com respostas verossímeis tal exigência de "adequação" (GOMES, 1996, p. 142).

Tratava-se, portanto, de buscar um sentido de interpretação da realidade social que não se baseasse somente em algo que existe – um destino, um tempo cíclico – mas por um tipo de aproximação – pelo uso de um método – que consistisse em chegar ao real por trás, a partir de seu passado (GOMES, 1996).

A terceira característica é de que o passado não tinha uma concepção unitária. Se a nacionalidade está nos costumes, na raça, na língua e na memória, devendo ser todos recuperados e valorizados, há, portanto, duas concepções de passado no mesmo discurso.

Para a autora, haveria uma concepção de passado que estaria ligada à cultura popular, que, manifestando-se através de um conjunto de tradições, convive com o presente, sendo a-histórico e se referindo a um tempo não datado; e uma concepção de passado histórico, ligado a uma ideia de tempo linear, cronológico, datado, e que se refere à memória de fatos e personagens únicos da história do país.

Nesse sentido, essas duas concepções de passado se relacionavam como presente e com o futuro, e convergiam para uma visão mais ampla de totalidade. Na seção "Brasil social, intelectual e artístico" tinha espaço para cada uma delas: "folclore", ao lado de "história". (GOMES, 1996).

Destarte,Ângela de Castro de Gomes (1996)destaca ainda que essa recuperação do passado por parte da *Cultura Política* ensejou a construção de um verdadeiro calendário comemorativo nacional composto por comemorações de centenários de acontecimentos, nascimentos ou mortes dos mais notáveis vultos e instituições do Brasil:

> Em 1937, o centenário de fundação do Colégio Pedro II; em 1938, o primeiro século do Arquivo Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a exposição, organizada pelo serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do centenário de restauração do Reino de Portugal; em 1940, o centenário da maioridade de D. Pedro II e o quarto centenário de fundação da Companhia de Jesus; em 1941, os centenários de nascimento de Prudente de Morais e Campus Sales e o da coroação de D. Pedro II. (GOMES, 1996, p. 146)

Grande parte dos intelectuais colaboradores da *Cultura Política* se voltaram ao passado buscando dar à nação uma verdadeira fisionomia.A importação dos valores liberais

teria ocasionado uma perda da "essência nacional", surgindo a dicotomia "Brasil legal" e "Brasil real". Para Mônica Velloso (1982):

> Em nome do "realismo" da "objetividade" e do "bom senso", o discurso estado-novista defende a instauração de um "novo" nacionalismo, que se contrapõe ao nacionalismo do ideário liberal. Este novo nacionalismo seria orgânico, ao ligar o presente e o passado, respeitando as tradições, costumes, raça; enfim, orgânico porque de acordo com a "alma nacional" (p. 84).

Havia, fundamentalmente, duas perspectivas dos intelectuais em relação ao passado. Na primeira, buscava-se o passado para discernir as leis históricas que dirigiam os processos de desenvolvimento social. A segunda perspectiva sugeria uma ruptura (total ou parcial) com o passado, visto que este não oferecia base segura para a construção da nacionalidade.

Azevedo Amaral, por sua vez, se voltou ao passado não no sentido de ligá-lo ao presente através da procura de uma tradição ou costume, mas no sentido de evidenciar os impedimentos à formação da identidade nacional.O jornalista mostrava como, a partir da dissolução do Império e instauração da República, as apropriações das ideias liberais levaram o país a uma perda de identidade, que teria sido retomada somente a partir da década de 1930.

A Revolução de outubro daquele ano daria início ao processo de construção de uma nova ideia sobre república, aliada a uma nova concepção de sociedade. Esse processo começa em 1930,a partir da reformulação das instituições e das novas formas de representação política, que teve seu ápice com a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937.

Azevedo Amaral, diferente dos demais intelectuais da *Cultura Política,* não buscou, nesse retorno ao passado, teorizar um momento de origem da nacionalidade, mas sim mostrar os desvios que fizeram com que o país saísse do caminho em direção à construção de sua identidade. A principal causa desse processo de descaracterização da identidade foi a apropriação acrítica dos postulados do liberalismo, principalmente no período da Primeira República.

1.2.1 A Primeira República e o problema da representação política

Em seu artigo "A evolução da política republicana", Azevedo Amaral apontava que essas ideias, advindas de um republicanismo francês do século XVIII, e que tiveram grande aceitação nos círculos intelectuais de uma elite letrada de finais do XIX brasileiro, eram totalmente discrepantes em relação à realidade social, política, econômica e cultural do país naquele momento.

> No espírito desses brasileiros, mais ou menos cultos todos eles, e na sua grande maioria colocados em situação econômica e social confortável, a ideologia revolucionária não passava de fonte de prazer intelectual e entre a aceitação teórica dos postulados do republicanismo democrático e qualquer tendência a sua aplicação prática mais ou menos imediata havia aqueles homens um abismo intransponível.[26]

Na ótica de Azevedo Amaral, o republicanismo da Primeira República adquiriu apenas um sentido retórico e demagógico. Ele não representava os interesses da nação, servia apenas como instrumento de aumento de prestígio e *status quo* de uma fração muito pequena da população, interessada, sobretudo, em romper com a estrutura política do Império.

O restante da população, de maioria analfabeta, ficava à parte dessas novas ideias importadas do contexto europeu. A República surge, portanto, como um evento incompreendido e distante da realidade social.

> A República surgiu sem que o seu advento fosse, mesmo em parcela muito pouco considerável, determinado por uma atitude insurrecional do povo. Este, conforme o testemunho autorizado insuspeito de um dos protagonistas do 15 de novembro, "assistiu "bestializado" a queda da monarquia e o nascimento da República[...]O regime democrático foi instituído entre nós sem que o povo tivesse compartilhado ou pelos menos se interessado pela grande metamorfose política que se operava.[27]

Essa crítica, no entanto, é anterior a Azevedo Amaral e pode se visualizada já a partir dos primeiros anos de instauração do regime republicano. Naquele contexto, a percepção de muitos intelectuais que viram todo o processo de instauração do novo regime político foi de crítica[28]. Para estes, a ideia de um Brasil republicano não vingou ou não se operou da forma com eles pensaram. Christian Salles (2004)[29], aponta em seu estudo os motivos desse descontentamento por parte desses intelectuais:

> A abolição do regime de trabalho escravo e a subsequente proclamação da república fizeram emergir um país bastante diverso daquele fruto de suas (**intelectuais da geração de 1870**)aspirações, logo convertendo em desapontamento toda a esperança depositada nos efeitos daquelas transformações. Eivadas de vícios - tornada a vida política à disseminação da corrupção, da incompetência administrativa, do clientelismo, também maculada a esfera da produção cultural, paulatinamente sob o signo do mercado, meio para alcançar riqueza e prestígio social – a feição que a

[26]AMARAL, Azevedo. "A evolução da política republicana". **Cultura Política,** Ano 1, N° 3, maio de 1941, p. 157

[27] AMARAL, Azevedo."A evolução da política republicana". **Cultura Política,** Ano 1, N° 3, março de 1941. p. 163

[28]Euclides da Cunha, Graça Aranha, Machado de Assis, Aluísio de Azevedo e Alberto Torres são alguns desses intelectuais. Ver os trabalhos: MOTTA, Maria Aparecida Rezende. **A geração de 1870 e a invenção simbólica do Brasil.**In: Anais do XVII Simpósio Nacional de História 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: 2013, p. 1-18. ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.**Teoria e sociedade,** Belo Horizonte, p. 116-141., 2004.

[29]SALLES, Christian Bruno Alves. **A geração de 1870 ao modernismo: um tempo de descoberta na nação brasileira**.Teoria e sociedade, Belo Horizonte, p. 116-141., 2004.

> nova sociedade ia tomando infundiu frustração e ceticismo na consciência daqueles homens de letras, impelindo-os amiúde ao abandono de uma postura de engajamento na vida política (SALLES, 2004, p. 124. Grifo nosso).

Nesse período, as atenções se voltam para uma ideia de cosmopolitismo. Para Lucia Lippi (1990)[30],esse cosmopolitismo começou a ser identificado por esses intelectuais como uma "civilização de empréstimo", em que valia uma cópia dos modelos políticos e culturais advindos do ocidente, sendo ele fundamentalmente o francês; foi o momento da chamada *belle époque* brasileira.

Para a autora, a produção intelectual refletiu predominantemente esse estado de ânimo, divorciando-se de um anseio de compreensão da realidade para submeter-se aos imperativos da mercantilização, que lhe infundiu o tom característico de diletantismo e superficialidade, contrastando veemente com os ideais inspiradores da geração anterior (LIPPI, 1990). Destarte, surgem, nesse cenário, intelectuais que se voltaram contra o declínio da criatividade e originalidade que se encontrava a política e a cultura naquele momento.

Os escritos de Euclides da Cunha e Alberto Torres são alguns exemplos da crítica que se fez a esse cosmopolitismo brasileiro pós proclamação. Para Christian Bruno Alves Salles, a obra *Os Sertões* de Euclides foi uma crítica à imagem de Brasil civilizado ostentado pelas elites ilustradas cultoras desse cosmopolitismo da *belle époque*.Segundo o autor, Euclides fez ruir a simulação de uma civilização que era o produto de um delírio, da transfiguração da paisagem tropical em arquitetura européia. Euclides teria ido em busca de um Brasil interior, rejeitando o estilo de vida intelectual do Rio de Janeiro da época(SANTOS, MADEIRA, 1999)[31].

Alberto Torres, por sua vez, sintetiza essa crítica. Para ele "Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é o povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores" (TORRES apud SALLES, 2004, p. 128).

O nacionalismo defendido por Alberto Torres não era uma aspiração sentimental ou um programa doutrinário embasado em um conceito patriótico. Era um movimento de restauração e conservação. Para se constituir enquanto nação, a sociedade brasileira deveria pensar sua "verdadeira essência", que estaria na valorização da terra e suas riquezas.

Assim como Azevedo Amaral, Alberto Torres dizia que a experiência histórica brasileira trazia a marca da incompletude. Todavia, ao contrário de Alberto Torres, Azevedo Amaral dizia que a construção da nacionalidade viria a partir da valorização do presente com

[30]LIPPI, L. **A Questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense,1990.
[31]SANTOS,M. V. M.; MADEIRA, M. A. **Leituras brasileiras:** Itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

vistas ao futuro, baseado em um processo de modernização/urbanização/industrialização. "A Independência, a Abolição, a República constituíam instantes preclaros desse impulso inaudito de forjar uma nação alienada em si mesmo"(SALLES, 2004, p. 128). Veremos, no capítulo dois, como esses dois intelectuais idealizaram um discurso em torno da Nação.

José Murilo de Carvalho, em seu célebre livro *Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi,* enfatiza que o impacto do novo regime, no que se refere a uma maior participação política do povo, fora rapidamente recalcada[32]. O governo tratou de calar a população. Era preciso estabilidade política, o que não seria possível se o negro, o pobre, o estrangeiro e o operário tivessem voz.

A grande maioria da população continuava excluída do processo eleitoral. Entretanto, diferente da visão extremamente elitista de Azevedo Amaral, José Murilo apontava que, mesmo nesse contexto, ainda que de forma precária, o povo encontrou diferentes formas de inserção no sistema e na participação política, através de reivindicações, como, por exemplo, em segurança, limpeza pública, transportes, etc.

A tese de José Murilo é de que não aconteceu uma República real, o governo não se constituiu como coisa pública, a sociedade não teve cidadãos. Entretanto, longe de ser anulada, a população encontrava outras formas de representação política e meios de se relacionar com o Estado[33].

Azevedo Amaral aponta que essa discrepância se deve, dentre outros motivos, à péssima propaganda política do pós proclamação. O governo não soube criar uma opinião pública em relação às instituições e às novas formas de fazer política.

> A propaganda republicana verdadeiramente eficiente e da qual a mais típica exemplificação temo-la no apostolado jornalístico de Quintino Bocaiúva, exerceu a sua influência apenas em certos meios da elite nacional [...] A campanha demagógica feita paralelamente pelos pregadores populares da República também não trouxe contribuição alguma, no sentido de educar o povo sobre a natureza do regime que lhe era apresentado como fórmula de renovação nacional[34].

Para Azevedo Amaral, houve uma total ausência de um projeto ideológico conciso na construção e na elaboração da constituição de 1891. A propaganda republicana não adquiriu o

---

[32]CARVALHO, Jose Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

[33]A historiadora Margarida de Sousa Neves argumenta que a República foi apenas proclamada. Criou-se um terreno movediço e de incertezas que só encontraria algum equilíbrio político, embora frágil, a partir da década de 1930. NEVEZ, Margarida de Sousa. **Os cenários da República**. **O Brasil na virada do século XIX para o século XX**. IN**.** O Brasil Republicano, O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

[34]AMARAL, Azevedo."A evolução da política republicana". **Cultura Política,** Ano 1, N° 3, maio de 1941, Pág. 163.

aspecto de uma obra educacional que entrasse em acordo com a realidade social do restante da população.

> A propaganda republicana não tivera o aspecto de uma obra educacional da elite do país a torná-la capaz de colaborar conscientemente na elaboração de um estatuto político consentâneo com as exigências da realidade nacional.[35]

Com uma visão bastante pessimista, Azevedo Amaral afirmava que a elite política dos finais do século XIX impregnou a República com vícios eleitoreiros e liberais.A constituição inaugurava um regime, dando ao povo a certeza de que, em matéria de eleições, pelo menos, o 15 de novembro não trouxera nenhuma mudança aos costumes políticos da época.

Apesar de suas constantes críticas em relação a essa elite e sua importação das ideias liberais, Azevedo Amaral argumentava que houve, no entanto,"elementos positivos" que não deixaram "piorar", isto é, colocar o país no total caos político.

Um deles teria sido o papel do exército, centrado na figura de alguns homens de ação como Deodoro, que teria prestado enormes serviços à nação. As ideias positivistas que eram compartilhadas por esses "homens práticos"contrabalanceavam o "turbilhão" de "ideias exóticas" daquele contexto.

> O grupo contista do Exército, a que se associavam elementos civis, cuja insignificância numérica era compensada pela autoridade cultural e moral que possuíam, constituía ao tempo da proclamação da república um núcleo de elite, cujo sólido preparo científico contrastava com o beletrismo superficial que caracterizava a grande maioria da classe dirigente[36].

Para Azevedo Amaral, as ideias positivistas, por serem apoiadas em uma base científica, objetiva e racional, eram consideradas, de um modo geral, benéficas e como força orientadora de uma evolução da política republicana.

> Foram os positivistas que incutiram na república nascente as idéias sadias de um autoritarismo em harmonia com o espírito republicando, autoritarismo que foi nos primeiros anos da nova ordem política fator decisivo da consolidação e da repressão eficaz das forças anarquisantes de todo o gênero[37].

---

[35]AMARAL, Azevedo."A evolução da política republicana". **Cultura Política,** Ano 1, N° 3, maio de 1941, p.163- 164.
[36]AMARAL, Azevedo."A evolução da política republicana". **Cultura Política,** Ano 1, N° 3, maio de 1941, p. 164.
[37]AMARAL, Azevedo."A evolução da política republicana". **Cultura Política,** Ano 1, N° 3, maio de 1941,p. 164.

Além do exército e do positivismo, Azevedo Amaral apontava alguns elementos civis: os "homens de ação", como a figura de Julio Castilhos. Segundo sua interpretação, ele teria sido o exemplo de uma figura "verdadeiramente grande" de estadista e pensador surgida na fase inicial do período republicano.Teria sido o expoente de um conceito realista dos problemas nacionais e de uma organização estatal não calcada em abstrações e postulados puramente jurídicos, mas em uma apreciação objetiva das condições sociais e políticas do meio brasileiro[38].

O discurso nacionalista de Azevedo Amaral nesses artigos da revista *Cultura Política* era marcado por dois momentos. No primeiro, ele aparece dotado de uma ênfase crítica, apontando as deficiências de governabilidade, mas, sobretudo, endereçada aos sujeitos que faziam parte da política desde o Império, até a República. Os sujeitos, enquanto os principais atores do processo político, seja fazendo a "boa" ou a "má" política, é que tomam as decisões e operam as transformações no curso da história.

Em um segundo momento, como veremos a seguir, seu discurso se utiliza dessa crítica para dar legitimidade às ações do presente. O presente é considerado a principal temporalidade para Azevedo Amaral. É nela que as ações podem ser vistas com concretude, apesar das dificuldades impostas pelo imediatismo.

Nesse sentido, as ações e apropriações acríticas dos postulados liberais da elite política da Primeira República são vistas como algo a ser superado, assim como o passado enquanto temporalidade, ao passo que o presente dos anos pós Revolução de 30 passa a ser valorizado e legitimado.

1.2.2 Da crise à Revolução de 30: a "autêntica revolução brasileira"

Desde os anos de 1920, o país conviveu com uma grande agitação política e com profundas transformações. Foi uma conjuntura em que o Brasil sentiu os sintomas de uma crise política e econômica, um período de transiçãoque teve seu ponto de ebulição na Revolução de 30.Segundo Marieta Ferreira e Surama Pinto (2008)[39]:

---

[38]Julio de Castilhos foi um jornalista e político brasileiro, eleito Patriarca do Rio Grande do Sul pelos seus conterrâneos. Foi presidente do Rio Grande do Sul por duas vezes e principal autor da Constituição Estadual de 1891. Disseminou o ideário positivista no Brasil. Retirado de <http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br>; PESAVENTO, S. Revolução; PORTO ALEGRE, A. Homens. REVERBEL, C. Maragatos; ROSA, O. Júlio; SILVA, I. Diccionario; SOUSA, J. Índice; VIDAL, J. República.

[39] FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Sá Surama Conde. **A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 30,** IN**.** O Brasil Republicano, O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

> O ano de 1922, em especial, aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. A semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital, a comemoração do centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, colocandoem questão os padrões culturais e políticos da Primeira República (FERREIRA;PINTO, 2008. p. 389).

No plano econômico tinha-se um contexto marcado por grande instabilidade. Nos primeiros anos, os preços do principal produto de importação, o café,teve uma baixa no mercado internacional e isso gerou graves efeitos na economia brasileira, causando grande inflação e uma crise fiscal.

Passada a crise dos preços, tem-se um crescimento expressivo que se manteve até a crise de 1929.Houve uma grande diversificação, principalmente na agricultura e nas atividades industriais, com a expansão de empresas de produção de matéria-prima, gerando uma maior complexidade na economia.

No plano político se observa, da mesma forma, uma grande instabilidade que advém desdea instauração do regime republicano em 1889. A constituinte de 1891, inspirada no modelonorte-americano, consolidou o liberalismo federativo como forma de governo, garantindo ampla autonomia para os Estados e provocando grandes divergências no sistema político. Segundo Marieta Ferreira e Surama Pinto (2008), uma possível estabilidade veio somente em 1898, através do pacto político conhecido como“política dos governadores” ou “política dos estados”. Esse pacto tinha como objetivo confinar as disputas políticas em cada estado, impedindo,portanto, os conflitos entre oligarquias, provocando uma estabilidade no plano nacional.

Assim, por meio desse federalismo, o governo federal sustentava as elites no poder em cada estado, ao passo que, em troca, ganhavam apoio no congresso.Todavia,recentes revisões sobre o período apontam o caráter instável desse pacto, principalmente entre paulistas e mineiros, relativizando a eficácia da política dos governadores no que diz respeito à neutralização do conflito.

Foi, sobretudo a partir das disputas em torno da sucessão presidencial de 1922, que se abre uma reação republicana que pode ser interpretada como indicadora do esgotamento político da Primeira República. Segundo Marieta Ferreira e Surama Pinto (2008), essa reação republicana pode ser caracterizada como tentativa de construção de um eixo alternativo de poder que ampliasse a participação de outras oligarquias no jogo político para além daquelas de São Paulo e Minas Gerais, sem ruptura com o modelo oligárquico. As autoras ainda enfatizam que essa reação objetivava realizar uma aproximação com os militares, classe que

teria ficado subalternizada pelo governo federal. A aproximação entre essas oligarquias teve como consequência o desenvolvimento do movimento tenentista, que contou com a participação do núcleo intermediário do Exército, os tenentes e os capitães[40]. Passado esse momento de turbulência e recomposição do pacto oligárquico, uma nova crise se manifestaria intensamente, dando origem à Revolução de 30.

Os anos de 1930, por sua vez, não estavam em uma situação muito distinta dos anos de 1920. Permanecia o desejo de mudança e a necessidade de transformação radical nos métodos de governo.Essa década foi marcada por um intenso debate político, iniciado com uma ruptura institucional em outubro de 1930 e finalizado com uma nova ruptura: o decreto do Estado Novo, em novembro de 1937.A questão da república, a crítica do liberalismo, a questão da democracia, do regionalismo, do autoritarismo, da industrialização e modernização e, sobretudo, a questão do nacionalismo, adquiriram grande importância naqueles anos.

Para Azevedo Amaral, os sujeitos que pegaram em armas no movimento de outubro pensavam que a salvação da pátria dependia necessariamente de uma regeneração política e cultural. O intuito era criar uma forma de governabilidade que entrasse em consonância com a realidade social do país.

Nesse sentido, havia uma procura pela essência da identidade nacional, que estaria perdida entre o "acúmulo de exotismos", de "abstrações teóricas", e o acúmulo de cópias de modelos políticos e sociais que sempre teriam permeado a vida política brasileira.

Portanto, o ano 1930 surge no imaginário intelectual da época como a oportunidade de uma ruptura em relação ao paradigma da Primeira República nos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. Em um artigo publicado nos anos de 1980, intitulado *A Revolução de 30 e a cultura*, Antônio Candido argumentava:

> Quem viveu nos anos 30 sabe qual foi a atmosfera de fervor que os caracterizou no plano da cultura, sem falar de outros. O movimento de outubro não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, por que na históriannão há dessas coisas. Mas foi um eixo catalisador: um eixo em torno do qual girou de um certo

[40] Para uma análise mais detalhada sobre o movimento tenentista ver os trabalhos de: JUNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. **Tenentismo e crises políticas na Primeira República.** IN. Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008. PEREIRA, Duarte Pacheco. **1924:o diário da Revolução**: os 23 dias que abalaram São Paulo. São Paulo: Fundação Energia e Saneamento: Imprensa Oficial, 2010. SODRÉ, Nelson Werneck. **Do tenentismo ao Estado Novo:** memórias de um soldado. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. SANTA ROSA, Virginio. **O que foi o tenentismo?** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. SANTA ROSA, Virginio. **O sentido do tenentismo.** 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. CARONE, Edgard. **O tenentismo:acontecimentos-personagens-programas.** Rio de Janeiro: Difel, 1975. SENA, Davis Ribeiro de. **Revolução de Trinta: a ação tenentista garantiu a vitória**.Defesa nacional,Rio de Janeiro, RJ, v. 93, n. 809, p. 57-62., 2007. FORJAZ, Maria Cecilia Spina. **Tenentismo e aliança liberal: (1927-1930).** São Paulo: Polis, 1978. BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

> modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos, para dispô-los numa configuração nova. Nesse sentido foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir um "antes" diferente de um depois"[...] Tudo ligado a uma correlação nova entre, de um lado, o intelectual e o artista; do outro, a sociedade e o Estado – devido às novas condições econômico-sociais.E também à surpreendentetomada de consciência ideológica de intelectuais e artistas, numa radicalização que antes era quase inexistente[41].

A Revolução de 30 aparece como o marco inicial da construção da nacionalidade, assinalando o início de um novo tempo para o Brasil. No seu último artigo na *Cultura Política*, "A Revolução brasileira", Azevedo Amaral afirmava que a revolução de outubro foi a única que teve, indiretamente, alguma participação popular no seu processo.

> O movimento de outubro, se não foi uma insurreição em massa contra o regime antigo, operou-se, contudo com o assentimento da unanimidade, certamente da quase unanimidade do povo brasileiro[...] Encarada por esse prisma, a Revolução de 1930 destaca-se como a primeira expressão inequívoca da vontade nacional, no sentido de promover a mutação brusca na orientação dos rumos da nacionalidade[42].

As rupturas políticas-institucionais de 1822 e 1889 não teriam representado uma mudança de paradigma, mas, sim, uma mudança de quadros, e que, portanto, não poderiam ser caracterizadas com uma "autêntica revolução".

> A Independência e a República foram etapas de certo modo revolucionárias do nosso desenvolvimento histórico. Entretanto, nem a crise de 1822, nem o episódio dramático de 1889 podem ser classificados como verdadeiras revoluções. Este qualificativo tem de ser exclusivamente reservado ao grande choque transformador de 1930[43].

Para Azevedo Amaral, uma verdadeira revolução acontece em dois momentos: o primeiro seria o momento da ação violenta, consequência da pressão da realidade social e do descontentamento coletivo. O segundo teria o caráter construtivo, feito por "homens de ação".

As rupturas de 1822 e 1889 teriam sido caracterizadas apenas por um instinto destrutivo, que tinha por objetivo romper com estruturas do antigo regime político, realocando o poder para as mãos de uma elite.

> Em 1822 o que se fez foi cortar as amarras que ligavam o Brasil à metrópole européia, mantendo uma união que se tornaria intolerável e que asfixiava as forças vivas da nacionalidade nascente. Em 1889 a monarquia apodrecida e desarticulada da realidade nacional foi removida por um golpe de sabre, como entulho que entupia nosso progresso. Mas tanto no movimento da Independência, como o proclamar-se o

[41] CANDIDO, Antônio. **A revolução de 30 e a cultura**. Porto Alegre, 1980, p. 26-27.
[42]AMARAL, Azevedo."A Revolução brasileira". **Cultura Política**, Ano 1, N° 5, jul. de 1941. p. 137.
[43]AMARAL, Azevedo."A Revolução brasileira". **Cultura Política**, Ano 1, N° 5, jul. de 1941. p. 135.

> regime republicano, as forças renovadoras não trouxeram consigo um sentimento construtivo[44].

Para Azevedo Amaral, o Brasil em 1930 se encontrava em uma situação de crise econômica e política semelhante ao ano de 1889. Entretanto, um homem de ação e prático aparece em cena coordenando correntes e perspectivas contraditórias, dando soluções imediatas para os problemas da nação:Getúlio Vargas.

> Sem ele, começaria por não ter havido revolução. Sem a intervenção da sua personalidade dinâmica e sem a ação coordenadora de sua vontade de comando, ou as forças oposicionistas se teriam submetido ao arbítrio oligárquico, como acontecera em análogas crises precedentes, ou as coisas teriam chegado ao motim de grandes proporções que, dadas as circunstâncias do clima social do momento, bem poderia ter sido o crepúsculo da nacionalidade, prefaciando o "grand soir" da anarquia[45].

Para Azevedo Amaral, a revolução estava em processo:iniciou-se em outubro de 1930, e ganhou sua forma ideal e definitiva com a criação e decretação do Estado Novo em novembro de 1937. O Estado Novo separaria o velho e o novo Brasil, as oligarquias, o liberalismo, o agrarismo de um lado, a nova república, o novo nacionalismo, o progresso e a modernização do outro. Ele surge como a expressão final da revolução, finalmente atendendo as demandas da realidade política social e cultural do país.

> O Estado Nacional, expressão orgânica da ação criadora da revolução brasileira, tem em si mesmo um ímpeto de renovação, orientado em obediência às injunções imperativas de adaptação progressiva aos problemas econômicos, sociais e políticos, que forem surgindo no curso do nosso desenvolvimento histórico[46].

A Revolução de 30 deslocou as oligarquias tradicionais do centro do poder e, de acordo com Marieta Ferreira e Surama Pinto (2008),tem sido tratada pela historiografia a partir de distintas perspectivas. Uma primeira pensou o movimento de 1930 como uma revolução de classes. Segundo essa interpretação, a Primeira República teria sido marcada pela diferença entre uma pequena burguesia, formada dos setores médios urbanos, e uma burguesia nacional, representada pelos grandes comerciantes e fazendeiros de café.

Outra linha interpretativa, que ganha visibilidade a partir dos anos de 1960, principalmente entre os setores da esquerda brasileira, vê a Revolução de 30 como uma expressão da ascensão da burguesia industrial ao centro do poder. A revolução seria o

---

[44]AMARAL, Azevedo."A Revolução brasileira". **Cultura Política**, Ano 1, N° 5, jul. de 1941. p. 135.
[45]AMARAL, Azevedo. "A Revolução brasileira". **Cultura Política**, Ano 1, N° 5, jul. de 1941. p.140.
[46]AMARAL, Azevedo."A Revolução brasileira". **Cultura Política**, Ano 1, N° 5, jul. de 1941.p. 141.

resultado de uma brecha na classe dominante que, ao romper-se, permitiu uma recomposição de um de seus setores: a burguesia industrial, com setores médios urbanos[47].

Segundo Marieta Ferreira e Surama Pinto (2008), a partir dos anos de 1970 surge outra perspectiva de análise que faz a crítica das duas anteriores. O historiador Boris Fausto dá um passo importante ao pensar tanto as críticas relativas às concepções que interpretam os conflitos da Primeira República como fruto de contradições entre o setor agroexportador e os setores urbanos industriais, quanto as que a veem como o resultado final desse embate, pensando o movimento com uma revolução das classes médias[48].O autor argumenta que a Revolução de 30 deve ser entendida com o resultado de conflitos intraoligárquicos fortalecidos por movimentos dissidentes, que tinham como objetivo obter a hegemonia da burguesia cafeeira.

Entretanto, as autoras afirmam que os vitoriosos do movimento formavam um grupo bastante heterogêneo, tanto do ponto de vista social, quanto político. Existia um conflito intraoligárquico que tinha um objetivo em comum, mas com projetos e perspectivas distintas.Do ponto de vista ideológico, o que se verifica é um progressivo abandono das fórmulas liberais pelos quadros dirigentes, apesar do formato dado à constituição de 1934, e uma aproximação com matrizes de pensamento autoritárias, como o fascismo.

Marieta Ferreira e Surama Pinto (2008) apontam que não se chegou a um consenso interpretativo sobre a Revolução de 30. Para as autoras, o movimento adquiriu, por um lado, um caráter de evento matriz que serviu de catalisador para se captar a política, o comportamento e a cultura, tal como aludimos anteriormente com Antonio Candido.

Por outro lado, isso trouxe consequências negativas, pois transferiu para o movimento uma importância que extrapolava seus efeitos, o que, no entanto, podia ser visto apenas como uma reunião de fatos e processos. Entretanto, é inegável que a Revolução de 30 se transformou em um marco histórico muito importante para a historiografia desse período.

Azevedo Amaral, enquanto um sujeito histórico que vivenciou o movimento, teve, evidentemente, uma visão muito distinta da historiografia. A revolução adquiriu, para ele, uma importância crucial: foi vista como um processo de construção de um novo paradigma, uma mutação histórica, o início de uma nova representação política pautada em ideais nacionalistas.

O espaço temporal que vai dos anos de 1920, passando pela Revolução de 30, até a instauração do Estado Novo em 1937, foi marcado por intensos debates políticos em torno das

[47]Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.
[48]FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: História e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

questões da unidade política, econômica, social e cultural do país. Se grande parte dos países ocidentais possuíam identidades próprias e conseguiram chegar a um ideal de modernidade, o Brasil deveria necessariamente acompanhar o ritmo desse processo. Uma nacionalidade autêntica era o ideal utópico do momento e a grande tarefa da intelectualidade era pensar os meios para se alcançá-la.

A ideologia nacionalista do Estado Novo criava uma interpretação sobre a sociedade e sobre a história. A *Cultura Política,* através de uma política de recuperação do passado, pregava a necessidade de se conhecer o passado para se construir uma nova sociedade no presente. Azevedo Amaral, mesmo tendo colaborado muito pouco na revista, publicou quatro artigos que procuravam apresentar ao público uma história da formação brasileira. Como vimos, seu enfoque foi crítico.O passado da Primeira República não oferecia as bases e os elementos para se construir uma nacionalidade. Para ele, a nova sociedade teria que surgir do presente em direção ao futuro. A Revolução de 30 era, nesse sentido, o despertar de uma nova nação.

1.3 A revista *Novas Diretrizes* e o ápice da propaganda política do Estado Novo

O intuito deste item é destacar algumas diferenças entre a atuação de Azevedo Amaral na *Cultura Política* e na *Novas Diretrizes*.Apesar de serem revistas que tinham o mesmo objetivo – o de propagandear a ideologia nacionalista do Estado Novo –possuíam orientações e enfoques distintos. A diferença fundamental é que, enquanto a primeira tratava de uma revista de cunho oficial, a segunda era de propriedade do próprio Azevedo Amaral, que era diretor. Isso implicava em uma maior liberdade de escrita e posicionamento quanto à organização e discussão das temáticas. Evidenciamos, com isso, dois temas de destaque na revista: o discurso em torno da necessidade da centralização política-administrativa do Estado,e a importância de se criar um "novo homem brasileiro", questão fundamental amplamente discutida pela ideologia nacionalista, não só na imprensa escrita, mas em todos os meios de comunicação.

Buscamos mostrar, a partir disso, que o ideal de cidadão que a ideologia nacionalista do regime buscava criar, e que deveria se adequar às exigências da nova sociedade, foi pensado a partir de um conjunto de estudos e medidas de cunho autoritário, que se traduziu nos processos desenvolvidos pela Eugenia. Azevedo Amaral, enquanto diretor da revista, coordenava e administrava a formatação e o modo comoessas questões eram discutidas no espaço da revista.

Azevedo Amaral fundou a *Novas Diretrizes* logo após sua saída da *Diretrizes*. A revista ficou em circulação no Rio de Janeiro de novembro 1938, até 1942, ano de seu falecimento[49].A nova revista tinha como principal missão propagandear a ideologia nacionalista do Estado Novo.

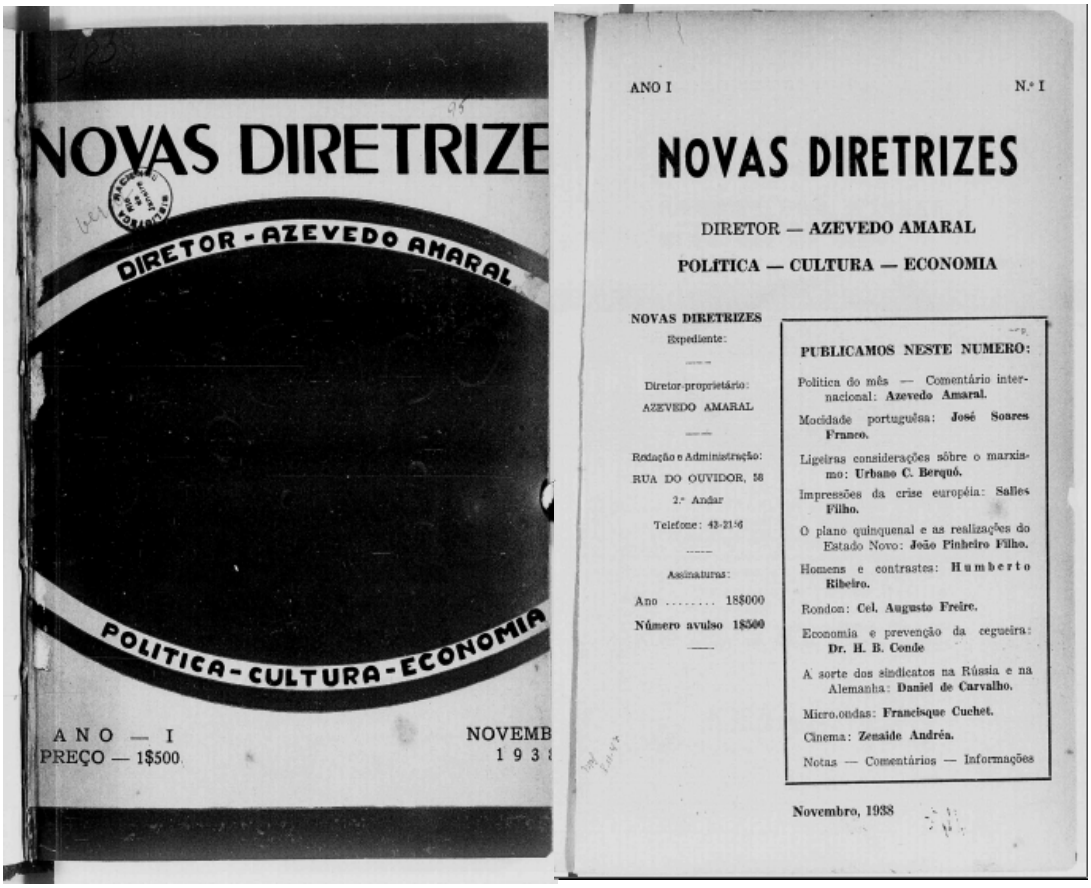
Em sua primeira edição, Azevedo Amaral deixava claro que o intuito da revista eraser um veículo de difusão de ideias de orientação nacionalista, corporificada no Estado e na figura do presidente.

> Seria supérfluo dizer que este periódico não tem ligações partidárias. Mesmo quandona ambiência realística do novo regime não fossem inadmissíveis tendências dessa natureza, o passado jornalístico de quem nunca pertenceu a outro partido si não o do Brasil bastaria para esclarecer os leitores de Novas Diretrizes acerca da orientação exclusivamente nacionalista de tudo que se publicar nas suas páginas. O que acabo de afirmar equivale a um programa de solidariedade incondicional com a ordem política de que o Estado Novo é a expressão orgânica e cuja direção única cabe e não pode deixar de caber ao Chefe da Nação[50].

[49]Azevedo Amaral faleceu em novembro de 1942. O último número da revista publicado na Homeroteca Digital da Biblioteca Nacional é de setembro de 1942.
[50]AMARAL, Azevedo. "Política do mês". **Novas Diretrizes**, Ano 1, n° 1. novembro de 1938. p. 2

O intuito da revista era discutir sobre os temas da política, cultura e economia. A *Novas Diretrizes* tinha duas seções fixas intituladas "Política do mês" e "Comentário internacional", em que Azevedo Amaral dissertava sobre a conjuntura política nacional e internacional.

O espaço restante era reservado para intelectuais colaboradores que publicavam seus artigos discutindo temas como saúde, esporte, artes, literatura, cinema, teatro, cultura nacional e regional. Escreviam na revista nomes como Werneck Sodré, João Pinheiro Filho, Salles Filho, Zenaide Andreia, Humberto Ribeiro, além de intelectuais ligados diretamente ao Estado, como coroneis do exército e ministros da economia, bem como professores universitários estrangeiros.



NOVAS DIRETRIZE

DIRETOR - AZEVEDO AMARAL

POLITICA - CULTURA - ECONOMIA

ANO — I
PREÇO — 1$500

NOVEMB
1 9 3

ANO I N.º I

NOVAS DIRETRIZES

DIRETOR — AZEVEDO AMARAL

POLITICA — CULTURA — ECONOMIA

NOVAS DIRETRIZES
Expediente:

Diretor-proprietário:
AZEVEDO AMARAL

Redação e Administração:
RUA DO OUVIDOR, 58
2.º Andar
Telefone: 42-2156

Assinaturas:
Ano ..... 18$000
Número avulso 1$500

PUBLICAMOS NESTE NUMERO:

Politica do mês — Comentário internacional: **Azevedo Amaral.**
Mocidade portuguêsa: **José Soares Franco.**
Ligeiras considerações sôbre o marxismo: **Urbano C. Berquó.**
Impressões da crise européia: **Salles Filho.**
O plano quinquenal e as realizações do Estado Novo: **João Pinheiro Filho.**
Homens e contrastes: **Humberto Ribeiro.**
Rondon: **Cel. Augusto Freire.**
Economia e prevenção da cegueira: **Dr. H. B. Conde**
A sorte dos sindicatos na Rússia e na Alemanha: **Daniel de Carvalho.**
Micro-ondas: **Francisque Cuchet.**
Cinema: **Zenaide Andréa.**
Notas — Comentários — Informações

Novembro, 1938

(Capa e índice da primeira edição da revista publicada em novembro de1938)

Em um artigo intitulado "A propaganda do Brasil", publicado na edição de fevereiro de 1940, Azevedo Amaral argumentava acerca da importância que a propaganda política estava tendo naquela conjuntura política. Segundo ele:

> A importância da publicidade na vida contemporânea foi pressentida vagamente entre nós pelos governos do regime passado, mas sem que daí resultasse qualquer iniciativa eficaz no sentido de tornar o Brasil conhecido no estrangeiro e também de dar aos brasileiros informações convenientes sobre o que se passava na vida social. Durante cerca de vinte anos nada se fez de sistemático em matéria de propaganda brasileira. Finalmente, em 1934, o presidente Getúlio Vargas mandou organizar um serviço experimental de difusão de notícias oficiais e de propaganda no interior e no exterior[51].

É interessante notar que, nesse pequeno artigo, Azevedo Amaral ressaltava a importância do DIP e também das funções que lhe eram atribuídas. Sua fala apontava para a legitimação das ações e a importância que elas tinham para o projeto nacionalista do Estado Novo. De acordo com ele:

> A iniciativa do governo não somente redundou em resultados práticos apreciáveis, como sobretudo serviu de núcleo para a ulterior organização do Departamento Nacional de Propaganda, hoje, reformado ampliado e desenvolvido nas suas possibilidades realizadoras com a nova estrutura do Departamento de Imprensa e Propaganda. O Departamento de Propaganda difundiu diariamente por todas as populações do Brasil informações que puseram o povo em contato com o poder público, realizando-se assim o convívio espiritual entre a nação e o Estado que constitui um dos traços essenciais da fisionomia política do Estado Novo [...] A associação de vários processos de difusão de notícias e de ideias e de propaganda cultural com o controle da imprensa corresponde as finalidades de um serviço daquela natureza e harmoniza-se com os princípios constitucionais do Estado Novo[52].

Em outra passagem do artigo, Azevedo Amaral argumentava que as ações do DIP, independentemente de quais fossem, teriam como objetivo salvaguardar os interesses da nação.

> Nos termos do decreto de 30 de dezembro último, e da regulamentação já feita, o controle da imprensa pelo DIP, salvaguardando em harmonia com a ideologia do regime os interesses públicos vinculados aos publicitarismo, não acarretará nenhum constrangimento ou prejuízo para o empreendimento periodístico, animado pelo pensamento de bem servir a nação. A prática mostrará que quaisquer apreensões a esse respeito são improcedentes e que a ação estatal virá elevar o nível moral e material da imprensa, concorrendo para prestigiar perante a opinião pública os que se consagram a profissão de jornalistas[53].

Como veremos no capítulo dois, Azevedo Amaral apontava para um processo de nacionalização da imprensa. Isso levou, em última instância, à criação de medidas autoritárias, como prisão, censura, e perseguição política por parte dos agentes do DIP. Isso

[51] AMARAL, Azevedo. "A propaganda do Brasil". **Novas Diretrizes.** Ano 3, n ° 16. fevereiro de 1940. p. 20.
[52] AMARAL, Azevedo. "A propaganda do Brasil". **Novas Diretrizes.** Ano 3, n ° 16. fevereiro de 1940. p. 20.
[53] AMARAL, Azevedo. "A propaganda do Brasil". **Novas Diretrizes.** Ano 3, n ° 16. fevereiro de 1940. p. 21.

estava relacionado, sobretudo, com os acontecimentos no plano internacional relativos à Segunda Guerra Mundial. Na medida em que se avança o conflito, se alertava para o perigo de ideologias como o comunismo, que poderia se infiltrar na imprensa e colocar em risco o projeto de construção da nacionalidade. Isso acabou levando a um aumento da divulgação da ideologia nacionalista pela imprensa e, na mesma proporção,à legitimação de práticas autoritárias.

A *Novas Diretrizes*,diferentemente da *Cultura Política*, que pregava uma política de valorização seletiva do passado, buscava uma valorização do presente a partir da legitimação da política do Estado Novo, isto é, o presente como o melhor tempo para o país.

Na seção "Política do Mês", Azevedo Amaral procurava mostrar, através dos acontecimentos diários da política – promulgação de leis, decretos e etc. – como, a partir 1937,se tem uma redescoberta de um "Brasil real",isto é, o retorno do país ao caminho da modernidade. Na primeira edição da revista, em dezembro de 1938, Azevedo Amaral afirmava que:

> O Estado Novo, em um ano apenas de existência, provou que dentro das configurações de um governo com autoridade indiscutível centralizada no Presidente da República,é possível e é mesmo relativamente fácil enfrentar os nossos problemas e dar-lhes soluções, ditadas exclusivamente por considerações de interesse nacional. [...] Logo após a Revolução de 1930 e na vigência do regime discricionário, pôde o Presidente Getúlio Vargas decretar as leis trabalhistas, que assinalam mutação tão profunda na posição econômica e socialdas nossas classes trabalhadoras[54].

O Estado Novo teria afastado os males do passado parlamentar/liberal da Primeira República, permitindo a Getúlio Vargas fazer um projeto de "justiça social", dando aos trabalhadores novos direitos e regalias. A estrutura corporativa do Estado Novo surgiu a partir de um critério realístico e objetivo, que teria levado o trabalhador a novas condições sociais e econômicas, obedecendo a um critério de unicidade e organicidade.

> O decreto-lei estipulando as bases da unificação sindical em sistema de coordenação dos núcleos corporativos em estruturas de caráter nacional, não oferece apenas interesse sob o ponto de vista dos imediatos efeitos econômicos dessa medida, no aproveitamento das vantagens da sindicalização pelas classes trabalhadoras. Afigura-se ainda de maior relevância talvez avançada política no sentido da realização as finalidades do Estado Novo, a qual se concretiza naquele desenvolvimento tão considerável das formações corporativas[55].

[54] AMARAL, Azevedo. "Política do Mês", **Novas Diretrizes**. Ano 1, nº 2, dezembro. 1938. p. 3
[55] AMARAL, Azevedo. "Política do Mês", **Novas Diretrizes.** Ano 2, nº 9, agosto. 1939. p. 2

Estrutura agrária e educação também eram vistos como problemas urgentes que estavam sendo resolvidos pelo Estado Novo:

> Os decretos aparecidos durante o mês de julhoe por meio dos quais o Presidente da República veio atender a vários aspectos do problema agrário nacional, assinalam significativamenteo encaminhamento das atividades realizadoras do Estado Novo em uma esfera, cuja relevância não precisa ser acentuada.[56]
>
> A manutenção da nacionalidade, seu progresso e desenvolvimento, estão presos a questão educacional. É preciso educar-se o povo, despertando-lhe ou implantado-lhe noções de civismo, de culto a pátria, e de respeito a seus maiores, de amor as nossas coisas[57].

Enquanto na *Cultura Política* Azevedo Amaral se preocupava em produzir um discurso crítico sobre o passado, na *Novas Diretrizes* seus escritos buscavam legitimar as ações de Getúlio Vargas a partir da ideia de que o Estado Novo era o melhor momento do Brasil. Foram 61 números da revista editados por Azevedo Amaral. Em todos, sua presença foi fundamental, não só nos editoriais sobre política nacional e internacional, mas também em inúmeros artigos não assinados, que acreditamos ter sido escritos por ele, e na escolha dos colaboradores, na captação de recursos para o veículo e em toda a sua organização.

A historiadora Maria Fernanda Lombardi Fernandes(2014) apresenta em seu trabalho um quadro interessante que mostra os temas que mais aparecem na seção "Política do Mês", de responsabilidade de Azevedo Amaral[58].

	Ano da publicação/ Número da revista				
Tema/Assunto	1938	1939	1940	1941	1942
Estado Novo - organização e funcionamento	1, 2	5, 7, 10,12, 13, 14	16, 20, 23, 24, 26	30, 38, 41, 43	45
Críticas à democracia liberal e defesa do Estado autoritário	1, 2	4, 7, 9, 14	20, 26		45
Educação, reforma Educacional		8	17, 18		50, 53
Política agrícola e Industrial		11		32	54, 56

[56] AMARAL, Azevedo. "Política do Mês", **Novas Diretrizes.** Ano 2, nº 11. setembro de 1939. p. 2
[57]AMARAL,Azevedo. "O sentido da educação", **Novas Diretrizes.** Ano 2, nº 6, abril de 1939. p 43.
[58] Esse quadro foi retirado do seu texto intitulado, **Azevedo Amaral e a revista Novas Diretrizes: Um projeto de modernização autoritária do Brasil**, publicado na ocasião do IX encontro nacional da ABCP, no ano de 2014.

Política internacional - relação com Estados Unidos e panamericanismo		3, 4, 6	22	27, 31,33, 36, 37, 39, 43	46, 57
Política internacional - guerra e posicionamento do governo brasileiro - defesa da neutralidade			15, 21	28, 29,33, 34, 37, 39, 40	47, 49
Nacionalismo e militarismo - defesa das Forças Armadas - Segurança Nacional		12	16, 25	27, 35,42, 44	50, 5 59, 61
Ameaça bolchevique (interna e externa)				40, 44	48, 51,55, 57,58, 60
Outros assuntos (resenha de livros, comentários sobre efemérides)		14	19, 24	32	59

Nessa seção, Azevedo Amaral dissertava sobre questões que estavam na ordem dia, tanto no contexto nacional, quanto internacional. São tratados diversos assuntos ligados diretamente aos embates políticos que estavam se processando em ambos os contextos.

Tomando como referência o quadro, podemos ver duas questões interessantes:do ano de 1938 a 1942, Azevedo Amaral não deixou de discutir, em nenhuma edição da revista, sobre a estrutura organizacional do Estado Novo; a partir de 1941 percebemos uma ênfase na relação do Brasil com a Segunda Guerra mundial e outras questões afins, tais como a questão bolchevique e, principalmente, o problema das ideologias fascistas.

Azevedo Amaral publicou,já nos finais de 1938, seu livro mais conhecido e de maior envergadura, intitulado *O Estado Autoritário e a realidade nacional,* que será discutido com mais propriedade no segundo capítulo.Esse livro reúne uma série de ensaios sobre a organização do Estado Novo,cujo conjunto de ideias formavam uma teoria de Estado que buscava explicar, com propriedade, o funcionamento do Estado. Esse livro foi muito importante na época, pois evidenciava a peculiaridade do nacionalismo de vertente autoritária do Brasil em relação às ideologias fascistas que se desenvolviam no plano internacional.

A defesa do Estado nacional e a crítica à democracia liberal eram os eixos centrais da *Novas Diretrizes*. A estrutura autoritária do Estado Novo tinha como missão retomar o

"estado econômico" preconizado anteriormente em outro livro de Azevedo Amaral, publicado anos antes, em 1935, intitulado *A aventura política no Brasil.*

> Ao longo da colônia gestou-se a possibilidade de implantar um Estado no país que buscasse uma via autônoma e, ao mesmo tempo, organizadora da sociedade. No entanto, a partir de 1808, com a vinda da Corte portuguesa e a transplantação da estrutura lusitana para cá, implantou-se um Estado parasitário, distante da sociedade e sem preocupações com o progresso do país. A República poderia ter retomado o caminho, mas não o fez, repetindo a estrutura que se impôs a partir de 1808. O Estado Novo viria, nesse sentido, resgatar a própria história do país[59].

Segundo Maria Fernanda Lombardi Fernandes (2014), Azevedo Amaral saúda a vinda do Estado Novo, que chegava para substituir instituições que obstruíam a construção de um aparelho estatal em harmonia com a realidade. Retomava-se o papel central do Estado, qual seja, sua "função administrativa". Essa é a questão central, que vai aparecer em vários momentos e textos ao longo de seus escritos, tanto nas revistas,como em seus livros.

> Em um país como o nosso, a missão do Estado é precipuamente administrativa. Todas as questões políticas acham-se em última análise subordinadas às soluções adequadas dos problemas de ordem prática, de que depende a capacidade da Nação para realizar os seus ideais e atingir os seus destinos. Admitida essa premissa, que pode ser aceita como axiomática, é forçoso concluir-se que o valor de um regime político tem de ser antese acima de tudo aferido pela sua prestabilidade para o desenvolvimento de uma ação executiva eficiente. O parlamentarismo e o próprio presidencialismo, cerceado e frustrado pela ação impertinente da maquinaria parlamentar, demonstraram a sua incapacidade e faliram dramaticamente, em uma confissão espontânea de impotência, como forma de governo compatíveis com o bem do Brasil[60].

Azevedo Amaral coloca toda sua ênfase no fortalecimento do executivo,um setor forte que estaria livre da confusão de ideias e ações do parlamento, que agiria em torno de objetivos particulares. A administração do Estado teria que levar em conta o bem coletivo da nação a partir de uma visão orgânica e integrativa. Nesse sentido, o corporativismo surge como o tipo ideal de organização do Estado com seu povo.

> O conceito do Estado corporativista, isto é, de um aparelho estatal dirigido pela ação consciente das forças sociais, que têm a responsabilidade do controle das atividades coletivas e da orientação dos destinos da Nação, apareceu assim como fórmula adequada a dar aos povos o que a democracia lhes prometeu, mas foi incapaz de proporcionar-lhes[61].

---

[59]AMARAL, Azevedo apud FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **Azevedo Amaral e a revista Novas Diretrizes: Um projeto de modernização autoritária do Brasil,** publicado na ocasião do IX encontro nacional da ABCP, no ano de 2014. p.12.
[60]AMARAL, Azevedo. "A política do Mês". **Novas Diretrizes**. Ano 1, nº 2, dezembro de 1938. p. 3.
[61]AMARAL, Azevedo. "A política do Mês". **Novas Diretrizes**. Ano 2, nº 10, agosto de 1939. p. 3.

O corporativismo seria o modelo econômico ideal que faria a aliança entre as elites, o Estado e o operariado. Como veremos no capítulo dois, ele se tornou o tipo de organização ideal pregado pela ideologia nacionalista do Estado Novo.O corporativismo seria, na visão de Azevedo Amaral, uma perspectiva racional e objetiva que proporcionaria o desenvolvimento industrial do país, ao mesmo tempo em que acabaria com os antagonismos entre os diversos grupos sociais.

O corporativismo, tendo como princípio fundamental a coletividade, se opõe ao modelo liberal baseado no individualismo. Para Azevedo Amaral,o corporativismo não era concebido como executável no regime capitalista por conta da não concorrência entre mercados, porém, apontava em seus escritos que era possível a relação entre os dois conceitos, pois o corporativismo seria, em última instância, um novo tipo de capitalismo. O corporativismo de Azevedo Amaral preconiza que grupos econômicos tenham representação junto ao Estado. As questões imediatas da realidade nacional seriam resolvidas em conjunto, ou seja, o Estado, as elites dirigentes e o proletariado agiriam em conjunto em prol do bem comum da nação. Entretanto, esse tipo de organização idealizada por Azevedo Amaral e outros intelectuais acarretou em vários problemas de ordem ideológica. A criação de uma democracia autoritária aliada ao corporativismo levava à ideia de um conjunto político-social "harmônico". O operariado, sendo o elo mais fraco desse conjunto, se submetia aos discursos demagógicos sob o pretexto de um pacto político.

O corporativismo criava um ideal de igualdade entre as classes, principalmente no que se refere às questões de ordem econômica. Todavia, se estabelece uma relação extremamente desigual. O trabalhador acabava sendo moldado pelo Estado e pelo patrão para agir conforme seu discurso. Neste sentido, esse grupo, passivisado, não questionava a relação de desigualdade com seu antagonista, o patrão, logo, o Estado roubava a fala do operariado, se apropriando da ideologia da sua produção simbólica, criando um discurso em prol da sua hegemonia[62].

Pensando por esse viés, o problema central no que se refere à ideologia nacionalista é justamente para quem e para que ela serve.Azevedo Amaral,enquanto intelectual e colaborador do Estado, elaborava interpretações, discursos e ideias em prol de um projeto

[62]Essa discussão é bastante detalhada no livro de PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil.** São Paulo: Editempo, 2007.

hegemônico e buscava espaço e visibilidade, na medida em que ajudava a máquina burocrática do governo através de sua atuação na imprensa.

1.3.1 A construção do novo "homem brasileiro"

A cultura brasileira foi um tema de grande preocupação na revista *Novas Diretrizes*. Ao longo de suas edições, foram publicados diversos artigos tratando de temas como o futebol, carnaval e imprensa, bem como resenhas de lançamentos de livros e de literatura nacional, no intuito de mostrar a evolução intelectual do país.

A revista também tinha espaço reservado para os chamados "vultos nacionais", ligados principalmente ao exército e à literatura. Esses artigos tinham o objetivo de pensar as figuras que teriam colaborado para o desenvolvimento da nacionalidade, os "homens de ação". Aparecem nomes como Floriano Peixoto, Duque de Caxias, Rio Branco, Gonçalves Dias, Castro Alves, dentre outros.

No quadro abaixo temos uma amostra dos temas tratados pela revista nos seis primeiros meses vigência.

Revista Novas Diretrizes: Seções/artigos e Respectivos responsáveis –nov./1938 a abril/1939	
Novembro	A Política do mês - comentário internacional – Azevedo Amaral Mocidade Portuguesa – José Soares Franco Ligeiras considerações sobre o marxismo – Urbano C Berquó Impressões da crise européia – Salles Filho O Plano Quinquenal e as realizações do Estado Novo – João Pinheiro Filho Homens e contrates – Humberto Ribeiro Rondon – Cel Augusto Freire Economia e Prevenção da cegueira – Dr. H.B.Conde A Sorte nos sindicatos na Rússia e na Alemanha – Daniel de Carvalho Microondas – Francisque Cuchet Cinema – Zenaide Andréa
Dezembro	A Política do mês - comentário internacional – Azevedo Amaral Educação Militar – Resposta do General Goés Monteiro a um questionário de Novas Diretrizes Diplomacia Realista – Pires do Rio O Presidente e os capitais estrangeiros Café – J.H. Naumann O Conceito de Brasileiro Nato Capital Estrangeiro – João Pinheiro André Rebouças – Humberto Ribeiro

Janeiro	A Política do mês - comentário internacional – Azevedo Amaral Planificação econômica – Em torno da guerra sino japonesa – E.A.Ch. Walden Ameaça dos refugiados Os Estados Unidos e a defesa da América – Urbano de C. Berquó A base da expansão econômica A estrada de Ferro de Piquete a Itajubá – Cel. Luiz Mariano A educação Psicológica dos cegos – Spinola Veiga Sugestões para a expansão industrial do Brasil – João Pinheiro Filho As caixas econômicas – Dr. Oswaldo Soares
Fevereiro	A Política do mês - comentário internacional – Azevedo Amaral A estatística e a vida moderna – Fernando Silva Plano quinquenal Quotas de imigração Rumos e tendências – Werneck Sodré Nacionalizemos no nacionalismo – Coronel Luiz Lobo Novas diretrizes da saúde pública – Salles Filho O Exército na disposição do Estado Novo O arsenal de taquari – Coronel Luiz Mariano Um almirante – Humberto Ribeiro O Velho Novo Mundo – Epíaga R.T.
Março	A Política do mês - comentário internacional – Azevedo Amaral A cidade universitária Lafayete e o pan-americanismo – Pedro Lafayete Mistérios da imigração O nordeste – J. Pires do Rio O futebol internacional – Salles Filho Sucessão Papal Floriano – Cel. Augusto Freire Sugestões para a expansão industrial do Brasil – João Pinheiro Filho A propósito do plano quinquenal Biometria humana – Fernando Silveira Um problema grave – Dr. H. B. Conde Economia popular Os Parses e a torre do silêncio – Homem de Barro O Carnaval e o samba – Humberto Ribeiro
Abril	A Política do mês - comentário internacional – Azevedo Amaral Floriano Peixoto – General Tasso Fragoso Para Novos Destinos – Pedro Vergara O Caso da Iugoslávia – Urbano C. Berquó Grupos Sociais Brasileiros – Fernando Silveira O homus americanus é terceário – Epiága R. T. Formação de técnicos Manobras do comunismo O sentido da educação

Em meio à grande variedade de temas acerca da evolução cultural do Brasil naquele momento, o tema e a reflexão sobre o que era ser brasileiro e/ou "homem novo" teve um lugar central nas publicações da revista. Esse "novo homem brasileiro" daria lugar a uma nova sociedade, com outros valores e condutas.

Segundo Mônica Velloso (1982), esse novo homem brasileiro viria, a partir de uma "permissão política" dada a partir do Estado Novo, em que o indivíduo poderia se encontrar enquanto tal, deixando de ser um mero instrumento, para se converter em "componente da obra social". Para a autora, ao construir a ideia de homem novo, o discurso recorria à argumentação da "superioridade racial".

Havia um grupo que destacava a heterogeneidade racial como fator de desagregação nacional e outro grupo que procurava mostrá-la como fator de unidade e originalidade. Tanto o discurso da homogeneidade racial, feito principalmente pelos ideólogos do Estado Novo, quanto os que enfatizavam heterogeneidade, que eram, sobretudo, os teóricos da educação física, se inscreviam na mesma problemática: a da formação do novo homem brasileiro.

Em um artigo publicado na revista, intitulado "Raça e imigração", Azevedo Amaral dizia:

> Dizer-se que o Brasil é um país onde todas as raças viveram e vivem em uma confraternização paradisíaca, é negar a nossa história e opor uma fábula realidade atual. As três raças que até agora constituíram o triângulo básico do caldeamento não se aproximaram entre si com amplexos fraternais[63].

O discurso da heterogeneidade racial ignorava as barreiras sociais que existiam entre as raças. Para Azevedo Amaral, o predomínio da nossa formação étnica teria que vir dos elementos da raça branca de origem ibérica.A afirmação da preponderância do sangue português funcionaria como um fator de preservação dos aspectos morais, culturais e espirituais da nação.

Na segunda edição da revista, em dezembro de 1938, em um artigo intitulado "O conceito de Brasileiro nato", Azevedo Amaral argumentava:

> O Brasil, país de imigração, sujeito portanto às vicissitudes de um tempestuoso caldeamento racial, precisa cuidar mais que qualquer outro em proteger os seus órgãos vitais, confiando-os exclusivamente aos portadores de uma brasilidade inconteste e incontestável.[64]

[63]AMARAL, Azevedo. "Raça e Imigração" **Novas Diretrizes**. Ano 2, n° 8, junho de 1939. p. 7.
[64] AMARAL,Azevedo. "O conceito de brasileiro nato" **Novas Diretrizes.** Ano 1, n° 2. dezembro de 1938. p. 11.

A ideia desenvolvida por Azevedo Amaral naquele artigo chamava atenção para os perigos da imigração no país, principalmente de origem asiática e africana. Elas trariam consigo elementos de "sangue ruim" que iriam atrapalhar no desenvolvimento de um tipo sanguíneo ideal do brasileiro, o qual deveria preservar a pureza da nacionalidade. Era preciso criar um ideal de homem novo que se encaixasse no modelo de sociedade preconizada pelo Estado Novo. Essa construção se legitimou, sobretudo, no âmbito do trabalho.

Segundo Ângela de Castro Gomes (1982), o trabalho era visto como um ato de criação fundamentalmente humano; um ato de dignificação e espiritualização do homem, pelo qual ele se integrava à sociedade em que vivia. A organização científica do trabalho deveria proporcionar o equilíbrio entre os esforços de mecanização da produção e a proteção dos valores humanos e cristãos do trabalhador.

Criou-se uma medicina social do trabalho que compreendia um vasto campo de atuação envolvendo higiene, sociologia, pedagogia e psicopatologia. Não se tratava somente de curar; havia toda uma dimensão sanitária que buscava a proteção do corpo e da mente do trabalhador. Tudo estava aliado à ideia de progresso da nacionalidade, levando à criação de legislações sociais e sanitárias, cujo objetivo era construir trabalhadores fortes, sãos e com capacidade criativa ampliada.

Alcir Lenharo (1986) apontava que todas essas questões levaram à ideia de uma verdadeira militarização e engenharia dos corpos, que tinha o objetivo de criar corpos dóceis e manipuláveis[65].

> Militarização do corpo, higienizado e eugenizado, era percebido enquanto instrumento de transformação do corpo social. Pontualmente, registrou-se a preocupação com o corpo enquanto instrumento de trabalho. É preciso demonstrar com essa ocorrência não era episódica nem acidental; o cuidado com a militarização do corpo que trabalha constitui o eixo das preocupações daqueles que desejavam a própria corporização da ordem social, o que os levava a reelaborarem intelectualmente a condição de quem trabalha e reverem as suas implicações sociais mais amplas. Particularmente, transformar o trabalhador em soldado do trabalho atendia os objetivos de ampliação progressiva da produtividade (LENHARO, 1986, p. 83).

Segundo Maria Bernardette Ramos Flores (2007), a eugenia seria uma espécie de redenção da humanidade[66]. Enquanto ciência, seu objetivo era estudar a geração para detectar, na genealogia familiar, a presença de elementos degenerativos, criando meios para produzir

[65] LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papirus, 1986.
[66] FLORES, Maria Bernardette Ramos. **Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza.** Chapecó. Argos, 2007.

uma boa geração. Enquanto medicina social, buscava encontrar os males causadores da degeneração da espécie e do abastardamento da raça. Segundo Jerry Davila (2006)[67]:

> Como se esperava que professores e cientistas criassem esse futuro "homem brasileiro". A resposta passava pela eugenia, a prática de "aperfeiçoar" física e mentalmente a raça humana pela manipulação dos traços genéticos, primeiro por meio de controles sobre o ato e o contexto da procriação. No período entre as duas guerras mundiais, o Brasil foi uma nação seduzida pela idéia de que a ciência poderia ser o árbitro final das relações sociais. Essa causa era defendida pela crescente casta de cientistas e cientistas sociais que dominava as políticas sociais e prometia a aplicação eficaz e imparcial de teorias científicas estrangeiras aos problemas nacionais do Brasil. Quase todo problema nacional possuía um subtexto racial: as subclasses de raças mistas e não-brancas do Brasil eram, segundo a opinião geral, culturalmente atrasadas e, na opinião de alguns, racialmente degeneradas. A eugenia poderia resolver ambos os problemas (DÁVILA, 2006, p. 52).

A eugenia brasileira foi defendida por uma confederação de médicos e cientistas das mais diversas áreas, que tinham o objetivo de ver o Brasil sair da condição de "país degenerado", provocada pelo caos da mistura de raças. Organizou-se, já, a partir dos anos de 1920, a criação de organizações e associações que passariam a tratar da questão eugênica no Brasil, tais como: a Sociedade Eugênica de São Paulo, a Liga da Higiene Mental, a Associação de *Biotipologiae,* a Liga Pró-Saneamento, entre outras (DAVILA, 2006).

Na edição de março de 1939, um artigo intitulado "Biometria Humana", assinado por Fernando Silveira, dizia respeito à utilização da biometria humana como método de avaliação física do trabalhador.

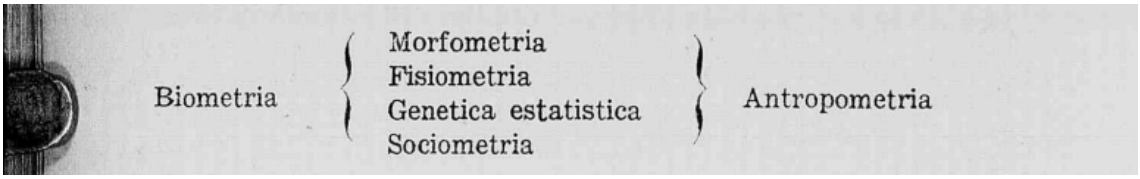
> Em 1929, no 1° Congresso Brasileiro de Eugenia, tivemos ocasião de apresentar um trabalho sobre a necessidade da Uniformização dos Serviços antropométricos no Brasil, visando o uso de uma ficha geral para todo o funcionalismo civil, além de outras especiais de acordo com os objetivos de cada repartição.Atualmente todos os Ministérios estão trabalhando em tal sentido em virtude de deliberação do governo que só pôde receber elogios e apoio por uma iniciativa cujos benefícios serão múltiplos e grandes. Naquela época — 1929 — apesar da grande divulgação feita, somente, ao que eu saiba, o Professor Abreu Fialho,então Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, pôs em execução a idéia, conforme se depreende de publicação por ele feita em relatório. Há, entretanto, necessidade de estender-se tal medida, o máximo que for possível. As fábricas e outros estabelecimentos de grandes aglomerações humanas deveriam ter serviços idênticos. Em Julho de 1938, escrevíamos na imprensa diária do Distrito Federal, as seguintes palavras: Na estrutura atual do Estado bem organizado, há necessidade de constituir-se a caderneta, de saúde, do modo mais ostensivo que for possível. Certo é que no Exército, na Marinha e em outras instituições das mais perfeitas, já se encontra a inspeção médica obrigatória e periódica, tornando-se um dos meios mais eficientes para avaliar-se a capacidade física dos indivíduos[68].

[67]DÁVILA, Jerry. **Diploma da brancura: política social e racial no Brasil (1937- 1945).** Trad. Cláudia Sant'Ana Martins, São Paulo: Editora Unesp, 2006.
[68]SILVEIRA,Fernando."Biometria Humana". **Novas Diretrizes.** Ano 2, n°5, março de 1939. p. 51

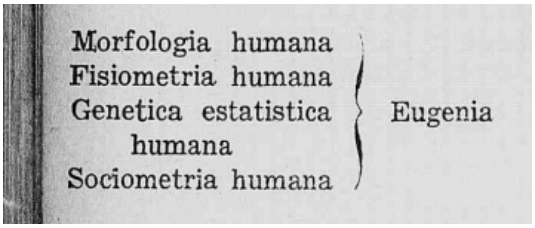
Mas é na edição de setembro de 1939, em um artigo intitulado "A biometria nos estudos médicos", do mesmo autor, que encontramos a máxima explicação sobre as possibilidades da biometria humana e sua aplicação pela eugenia. Nesse artigo, Fernando Silveira buscava mostrar a complexidade, a amplitude, as possibilidades da biometria e suas variáveis na utilização de políticas públicas por parte do Estado Novo.

> A biometria ou biométrica como querem os ingleses, significa precisamente o conjunto de indicações matemáticas sobre os seres vivos. Etimologicamente seria a medida da vida ou medidas sobre os seres vivos. Dentro da biometria temos que encarar os seres vivos sob a dependência de indagações matemáticas [...] medem-se os órgãos, calculam-se as massas, constata-se o tempo de evolução de cada um, observam-se os funcionamentos isolados ou combinados entregando-se todos os resultados obtidos a investigação matemática, à análise de números, convencionada e impessoal pelos seus próprios fundamentos. Eis como procede a biometria[69].

Segundo o artigo, a biometria se dividia em uma série de disciplinas que correspondiam, em última instância, a um conjunto que se dava o nome de Antropometria. Esta era definida como uma investigação a respeito o homem, apresentando-se as bases para a construção da Eugenia.



Em outros termos, o autor definia as variantes da biometria como as bases da ciência eugênica:



A morfologia humana seria o estudo das indicações gerais da forma externa, relacionando as diferentes regiões do corpo, deduzindo, assim, seus índices e coeficientes. A fisiometria e a genética estatística seriam responsáveis por estudar as questões internas ao

[69]SILVEIRA,Fernando."A biometria nos estudos médicos" **Novas Diretrizes,** Ano 2, N°11, novembro de 1939. p. 41

corpo, como doenças, processos mentais e processos relacionadas à genética, principalmente no que se refere ao controle da natalidade. Dessas variantes, a sociometria humana é a mais destacada. Segundo o autor do artigo:

> A sociometria ou estudo do homem associado é o mais empolgante. Atinge o máximo no estudo da higiene coletiva, nas aplicações à saúde pública, na constituição do problema máximo que é a demologia no seu maior significado. Atinge o máximo porque é a parte que fornece a maior massa traduzida pelas populações[70].

Para o autor do artigo, compete ao Estado o conhecimento da coletividade humana. A Eugenia seria uma forma de estudar e condensar as informações sobre as populações em prol do Estado nacional e de suas políticas. Com isso, o serviço público poderia prever e gerenciar os corpos a sua maneira.

Segundo Jerry Davila (2006), os eugenistas brasileiros se diferenciavam dos de outros países porque levavam a eugenia para fora do laboratório e a colocava no âmbito das políticas públicas. Para o autor, havia duas razões para o sentido público da eugenia no Brasil.

Primeiro, porque ela fornecia às autoridades cientificas e médicas um código simplificado para explicar as ideias de inferioridade racial, ao mesmo tempo em que definia estratégias para lidar com ela ou aperfeiçoá-la. Segundo,porque os eugenistas se consideravam um grupo que colocaria uma solução científica na questão racial no Brasil.

Naquele contexto, a idealização da ciência estava em alta, seu prestígio fazia com que os programas eugênicos tivessem mais sucesso. Podemos visualizar essa idealização da ciência nesse mesmo artigo de Fernando Silveira.

> A ciência nos empresta as armas para o conhecimento dos seres vivos. Resta saber aplicá-las, resta saber usá-las convenientemente [...] A ciência é a mesma. Mudam-se, porém, incessantemente os meios de pesquisa e cada qual traz um aperfeiçoamento em relação ao anterior[71].

Azevedo Amaral, enquanto proprietário e diretor da revista, estabelecia os eixos temáticos da revista, como no caso do tema do "novo homem brasileiro". Entretanto, sobrava espaço para opiniões contrárias, como aconteceu na edição de fevereiro de 1939, em que Nelson Werneck Sodré escreveu um artigo intitulado "Rumos e tendências", observando o

[70]SILVEIRA,Fernando. "A biometria nos estudos médicos" **Novas Diretrizes,** Ano 2, N°11, novembro de 1939. p. 43.
[71]SILVEIRA,Fernando. "A biometria nos estudos médicos" **Novas Diretrizes,** Ano 2, N°11, novembro de 1939. p. 43.

perigo que as teorias que pregam uma hierarquização das raças fazem à nacionalidade. Segundo ele:

> A mistura de raças e de tipos, de famílias e de agrupamentos humanos, ocasionada pela intensidade da vida moderna,pelo advento do industrialismo e pelo desdobramento das vias de transporte e de comunicação, se tornou tão intima, tão fundamental e tão positiva, que querer descobrir nessa Babel humana um novo sentido,querer estabelecer uma separação-hierárquica, não passou a ser uma mera hipótese, mas um erro indiscutível[72].

Tanto Azevedo Amaral, como Nelson Werneck Sodré, apostavam na ideia de se pensar um homem novo, seja através de uma perspectiva da heterogeneidade, ou da homogeneidade racial. Como aponta Maria Bernardette Ramos Flores (2007):

> A *intelligentzia* brasileira, posicionada à direita nacionalista, embora reconhecesse que não havia uma "raça brasileira" a preservar, tinha clara imagem do que se devia evitar: um conjunto de taras, consideradas obstáculos ao desenvolvimento nacional. Era claro também o meio de saná-lo. Uma política cultural que aperfeiçoasse o povo brasileiro sob o tripé: saúde, força e beleza. Entre a intelectualidade nacionalista era imenso o sentimento de necessidade de construção de um futuro a partir de um povo e de uma nação ainda em estado embrionário. No fundo era preciso criar a nação brasileira. A alternativa para o Brasil estava posta no futuro, pois entendia-se que, no passado, as raças e o meio geográfico tinha sido pouco pródigos para suprir os prérequisitos para a consolidação da nacionalidade, sempre entendida com uma evolução. Era preciso superar os déficits do nosso desenvolvimento enquanto nacionalidade, repleta de obstáculos de todos os gêneros: heterogeneidade étnica, falta de unidade econômica e cultural, cosmopolitismo, federalismo e regionalismo político compunham um quadro de males que exigiam mudanças (BERNARDETE, 2007, p.79).

Ainda segundo a autora, a crítica da democracia liberal e o surgimento de regimes totalitários implicaram na transferência de uma autoperfectibilidade individual para a perfectibilidade da nação enquanto sujeito coletivo.

> Nesse quadro, insere-se uma cultura da etnicidade, na qual o indivíduo se viu contido em sua potencialidade e expansão por estruturas rígidas, instituições disciplinares, governos raciais, para centrar a pessoa do indivíduo numa identidade corporal que se expressasse no sexo, na cor, na classe, na idade, na saúde, na forma e movimento do corpo (BERNARDETE, 2007, p. 65).

A nação que se queria moderna só se realizaria a partir do encontro perfeito entre as individualidades com o coletivo. Não se tratava apenas de uma forma política, mas de um fenômeno político e cultural de intervenção sobre o corpo do indivíduo para se criar o corpo coletivo na da nação (BERNARDETE, 2007).

[72]SODRÉ, Werneck. "Rumos e tendências" **Novas Diretrizes**. Ano 2, N° 4, fevereiro de 1939. p. 50

As revistas *Cultura Política* e *Novas Diretrizes* faziam parte de um leque de possibilidades no âmbito da imprensa escrita que empenharam em teorizar, divulgar, propagandear e legitimar a ideologia nacionalista do Estado Novo. Ambas se dedicaram em construir uma "nova concepção de cultura política"a partir de uma nova racionalidade política fundada em práticas autoritárias. A política de recuperação do passado, a concepção de "homem novo", a legitimação do presente, a concepção de intelectual e sua função na sociedade estavam imbricados nessa nova concepção de cultura.

Azevedo Amaral teve uma carreira bastante promissora e reconhecida na sua época, sua trajetória perpassou diversos jornais e revistas ao longo dos anos de 1920 e 1930, tanto no Brasil, como na Europa. Sua obra é bastante vasta, com diversos artigos e livros escritos nesse período.Seu pensamento político foi voltado para a ideologia nacionalista em todos os sentidos, seja econômico, político, social ou moral.

Como veremos adiante, seu discurso nacionalista esteve totalmente envolto por uma perspectiva autoritária. Sua classificação e vinculação pela historiografia com um pensador autoritário não é apenas um dado, ou uma reflexão feita por historiadores do período, mas uma autoafirmação. A propaganda, idealização e defesa de um Estado Nacional se tornaram uma bandeira para Azevedo Amaral, sobretudoa partir dos anos de 1930, tendo seu auge nos anos de 1937, até seu falecimento, em 1942.

Seu objetivo como jornalista era muito claro: educar as massas. A imprensa deveria ser um centro irradiador de uma nova cultura. O intelectual deveria estar imerso na realidade social se atentando para os problemas e suas soluções. Imprensa e Estado deveriam estar em sintonia para criar uma nova sociedade. Nacionalista, ou simplesmente ideólogo varguista, Azevedo Amaral foi, antes de tudo, um homem da imprensa.

CAPÍTULO II - O NACIONALISMO AUTORITÁRIO DO ESTADO NOVO: CAMPO INTELECTUAL E TEORIA DE ESTADO

No capítulo anterior, nosso intuito foi apresentar a trajetória individual de Azevedo Amaral no mundo do jornalismo e da imprensa escrita do período. Demonstramos como ele discutia e propagandeava o regime a partir de um discurso idealizado sobre a nação. Utilizamos como fonte seus escritos nas revistas *Cultura Política* e *Novas Diretrizes* com o objetivo de exemplificar como era construído o processo de legitimação do projeto político-ideológico nacionalista do Estado Novo através da propaganda política, que buscava convencer a população da importância de se criar uma nova sociedade e um novo homem brasileiro voltado a servir e se orgulhar da nação.

O objetivo central desse capítulo é evidenciar um segundo aspecto da ideologia nacionalista do Estado Novo,utilizando como fonte principal o livro *O Estado autoritário e a realidade nacional*, de Azevedo Amaral[73]. Esse segundo aspecto se refere à elaboração de uma teoria de Estado sistematizada através de um conjunto de ideias que explicavam a

[73] Esse é o principal livro de Azevedo Amaral, o mais estudado pela historiografia e pela ciência política. Foi publicado pela primeira vez em 1938 pela editora José Olympio, a principal e mais influente editora daquele período. Era responsável por uma parcela considerável de publicações do meio intelectual do período. Assim como a *Cultura Política,* a editora funcionava como um espaço de circulação e divulgação de ideias. Nesse período, a editora tinha como um de seus objetivos publicar livros que fossem "autenticamente brasileiros". Ter um livro publicado pela editora entre os anos de 1930 e 1940 significava ser consagrado no meio intelectual.

organização autoritária do regime. Busca-se pensar a circulação de suas ideias em um campo de discussões que procurava discutir a organização e o funcionamento do Estado Novo.

Como aponta Jonh Breiully (2000), a ideologia nacionalista não se fundamenta somente pela criação de imaginários por meio da propaganda, produz também um complexo de teses que lhe dão sustentação. Segundo Michael Weiler (2014)[74], os sistemas ideológicos são fundamentais para a manutenção das sociedades de massa,em que a política pressupõe a necessidade da legitimação. Para Paul Ricoeur (1986)[75],o papel da ideologia é tornar possível uma política,ao fornecer conceitos de autoridade necessários para torná-la significativa. A ideologia, segundo esses autores,não é simplesmente uma coleção de atitudes, valores e crenças, é um sistema de ideias políticas que se querem coerentes ao ponto de vista do público receptor.

A ideologia,segundo Michael Weiler (2014) e Paul Ricoeur (1986), pressupõe um paradoxo: ao mesmo tempo em que busca ocultar uma parcela realidade, elabora também uma outra, plausível e passível de compreensão dos receptores. Os intelectuais, como Azevedo Amaral, são fundamentais para um regime que se fundamenta em uma ideologia. Eles buscam interpretar a realidade elaborando ideias/teorias/discursos que ajudam a legitimar e explicara nova ordem vigente.

Ao longo dessa seção, iremos apresentar um campo intelectual que discutiu amplamente a necessidade de se criar novas racionalidades políticas que procuravam explicar a sociedade daquele momento. A justificativa disso é o fato de que não podemos pensar a trajetória intelectual de Azevedo Amaral e suas ideias somente de forma individual. A pesquisa de um intelectual não é somente a narrativa de um percurso individual estudado por si mesmo,mas um questionamento sobre o que tornou possível e pensável sua trajetória num dado contexto histórico que é necessário reconstruir.

A noção de intelectual tem um caráter polissêmico. Toda tentativa de definição desse conceito, cuja acepção se modifica segundo a própria evolução da sociedade, parece problemática. Assim, as diferentes épocas fornecem modelos distintos de representação do intelectual[76]. A investigação das ideias, das trajetórias e, sobretudo, do papel social assumido

---

[74] WEILER, Michael. **Ideologia, Retórica e Argumentação**. Tradução de Paulo Roberto Gonçalves Segundo eWinola Weiss Pires Cunha. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados emDiscurso e Argumentação, Ilhéus, n. 7, p. 264-287, dez.2014.

[75] RICOEUR, Paul. **Lectures On Ideology and Utopia**. New York: Columbia University Press, 1986.

[76]SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual:** entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2002. p. 14

pelos intelectuais têm sido conduzidas de maneira a estabelecer a relação entre os agentes, as correntes de pensamentos e o seu meio social[77].

Um intelectual como Azevedo Amaral não existe isoladamente. Ser um intelectual é pertencer conscientemente e, de alguma maneira,à coletividade de seus pares, posto que os intelectuais constituem grupos de características delimitadas que se reconhecem entre si e quando pretendem dirigir-se ao público[78].

Para Pierre Bourdieu (2004)[79], o intelectual é aquele que detém o monopólio do discurso sobre o mundo social:

> (**os intelectuais**) detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, fazê-las existir. (BOURDIEU, 2004, p. 176. Grifo nosso).

De acordo com o autor, o intelectual é o principal agente que traduz, em termos teóricos, sobretudo no âmbito da ação política, os interesses almejados por diferentes grupos sociais que disputam o espaço de um mesmo campo e o monopólio da autoridade específica do mesmo.

É por essa razão que tomamos como referencial teórico a sua noção de *campo intelectual*, definida como um campo social, em que existem lutas, estratégias e interesses, possuindo formas específicas[80].

Para Pierre Bourdieu (2011), o intelectual possui um capital cultural herdado pelo *habitus*[81]. Nesse sentido, ele é um agente resultante das combinações da herança cultural e econômica das suas disposições.A partir de elementos dispostos no *habitus* de cada um, há uma "comunicação de consciências", em que os grupos compartilham das inúmeras

---

[77]VIEIRA, Carlos Eduardo (org.). **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná** (1886-1964). Curitiba: Editora da UFPR, 2007. p. 379.

[78]BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. p. 81.

[79] BOURDIEU, Pierre**. Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

[80] "A noção de campo serve para designar espaço relativamente autônomo, microcosmo dotado de leis próprias. Se, como o macrocosmo, é dotado submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Embora não escape às imposições do macrocosmo, dispõe de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. Assim, os universos que podem ser denominados campo literário, artístico, jurídico ou científico, são aqueles nos quais estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência". BOURDIEU, Pierre**. Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004ª, p. 20-21.

[81]*Habitus* para Pierre Bourdieu significa "um sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes".BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador.** Trad. João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 191.

competências que perfazem seu capital cultural, como uma espécie de princípio que rege as trajetórias possíveis e potenciais das práticas (BOURDIEU, 2011).

As práticas dos indivíduos, por sua vez, estão diretamente relacionadas a um discurso específico, uma vez que estes discursos devem assegurar o domínio simbólico dos princípios que regem suas práticas (BOURDIEU, 2011). Esse discurso é o resultado da transformação da ação política e é por meio da relação entre discurso/prática que se chega à compreensão de um determinado *habitus*.Nesse quadro analítico, os intelectuais são, portanto, produtores de capital simbólico e responsáveis por expressarem determinados interesses de uma fração/grupo social.

O que estamos propondo nesse capítulo é a apresentação de um campo intelectual que teve o *habitus* traduzido em termos de uma ideologia nacionalista. Trata-se de evidenciar essa "comunicação de consciências" em torno da criação de ideias fundamentais que procuravam explicar o projeto político do Estado Novo.Buscamos relacionar algumas trajetórias intelectuais a partir dessas "competências" que partiam de seus capitais culturais individuais.Essas ideias gravitavam, naquele momento, em torno da crítica antiliberal e da organização do Estado e de suas instituições, que foram pautadas através do estabelecimento de uma democracia autoritária e de uma lógica corporativa de sociedade.

O que estamos afirmando com isso é que a trajetória intelectual de Azevedo Amaral se liga a outras trajetórias, que tinham vidas e pensamentos distintos, mas que compartilhavam de alguns ideais e que, nesse contexto das primeiras décadas do século XX no Brasil, se traduziu por meio da ideologia nacionalista, amplamente pensada e utilizada no período de vigência do Estado Novo.

Estamos sugerindo que essas "ideias comum" são um exemplo desse segundo aspecto da ideologia nacionalista do período, isto é, a necessidade que a ideologia tem de se apresentar como um corpo de ideais políticos plausíveis e justificáveis.O livro *O Estado autoritário e a realidade nacional*, de Azevedo Amaral, é, justamente, a reunião dessas ideias na forma de uma teoria de Estado.

Sendo assim,procuramos, nesse capítulo,relacionar e comparar a circulação dessas "ideias comum" em torno da organização e funcionamento do Estado a partir dos discursos de Azevedo Amaral, Alberto Torres e Oliveira Vianna. O critério de escolha destes últimos se baseou fundamentalmente na proximidade temporal de suas trajetórias e, evidentemente, por esse *habitus* comum.

Alberto Torres é um intelectual que teve seu auge nos primeiros anos após a Proclamação da República.Passou de defensor para crítico do regime republicano e

principalmente de sua carta constitucional, inspirada no modelo liberal norte americano.Como dissemos anteriormente, ele foi um dos primeiros intelectuais que criticaram o regime republicano,pois ele não atendeu às expectativas e não concretizou as soluções para os problemas nacionais. O Brasil era visto por ele como um país impregnado pela corrupção, atrasado e desorganizado.

Alberto Torres nasceu no Rio de Janeiro, em 1865, cursou medicina na Faculdade de Medicina de Recife, não chegando a concluir, ingressando, dois anos depois, na Faculdade de Direito, em São Paulo. Iniciou sua carreira política como deputado constituinte, foi deputado federal, governador do Estado do Rio de Janeiro e ministro da justiça. Ao longo da década de 1910, publicou suas principais obras*: O Problema nacional brasileiro*,em 1912,*A Organização Nacional*, em 1914, e *As fontes da vida no Brasil*, em 1915.A escolha de Alberto Torres se deu porque ele foi um dos primeiros intelectuais que criticaram o paradigma liberal brasileiro da primeira República a partir de um discurso nacionalista.

Oliveira Vianna, por sua vez, nasceu em 1883, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Niterói, em 1906, e trabalhou como professor de Direito Penal na mesma instituição entre os anos de 1932 a 1940.Foi diretor do Instituto do Fomento do Estado do Rio de Janeiro (1926); membro do Conselho Consultivo do Estado; consultor jurídico do Ministério do Trabalho; membro da Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto da Constituição (Comissão do Itamaraty), em 1932; membro da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, finalmente, a partir de 1940, ministro do Tribunal de Contas da União.

Escreveu, ao longo de sua carreira, diversos livros, dentre eles:*Populações meridionais do Brasil (*1920*), Pequenos estudos de psicologia social*(1921)e *Evolução do povo brasileiro*(1923),*Raça e assimilação*(1932),*O ocaso do Império*(1925*), O idealismo na Constituição(*1927) *Problemas de Direito Corporativo*(1938) *Problemas de Direito Sindical*(1943).

Oliveira Vianna seguia uma tradição do pensamento social brasileiro que buscava articular em seus escritos a perspectiva da sociologia, antropologia e psicologia social. Suas obras discutiam fundamentalmente as relações de sociabilidade no mundo rural, cultura política, instituições políticas, questões étnicas e interpretação da história do Brasil. A escolha de Oliveira Vianna é porque ele se situava no mesmo período que Azevedo Amaral e se utilizava, como veremos, dos mesmos arcabouços teóricos que ele, fazendo com que suas ideias fossem muito parecidas.

Azevedo Amaral, Alberto Torres e Oliveira Vianna tiveram como cerne de suas preocupações a defesa de um ideal nacionalista que se apoiava na crítica do liberalismo e na idealização de uma forma de governo que entrasse em consonância com a realidade e as demandas sociais e econômicas do país.

Acreditamos que a perspectiva do nacionalismo autoritário foi uma constante nos escritos desses autores. Foi uma ideologia que serviu para legitimar uma série de novas racionalidades políticas, na medida em que suas relações criavam uma base discursiva que procurava explicar o funcionamento e a organização do regime.

Ambos os autores atuaram durante as três primeiras décadas do século XX. Não há fontes e trabalhos que comprovam se eles se conheciam pessoalmente. Em 1932 foi criado, no Rio de Janeiro, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. A lista de fundadores da sociedade contava com cerca de 50 assinaturas, dentre as quais estavam as de Ari Parreiras, Cândido Mota Filho, Juarez Távora, Plínio Salgado e Ildefonso Simões Lopes. Em seu processo de expansão, a entidade chegou a criar núcleos regionais em Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Goiás e São Paulo.A atividade básica da sociedade era promovere desenvolver estudos a partir dos livros de Alberto Torres — em geral na área socioeconômica — que eram divulgados através de conferências e publicações.

Oliveira Vianna chegou a publicar alguns estudos sobre a obra de Alberto Torres, sobretudo no que se refere à questão do problema das instituições brasileiras[82]. Azevedo Amaral era contemporâneo de Oliveira Vianna, entretanto, não encontramos em seus escritos, tanto nas revistas, ou em seus livros, qualquer menção ou citação a Alberto Torres ou Oliveira Vianna.

Essas ideias levaram, em última instância, à legitimação de um "Estado-Ordem". A ideologia nacionalista, ao mesmo tempo em que procurava legitimar o regime,dava sustentação para legalização de práticas autoritárias sob o pretexto do bem público da nação.Vimos isso por meio das práticas eugenistas discutidas no capítulo anterior, que eram apontadas pela propaganda como uma necessidade elementar de uma nova sociedade.

Como aponta Nelson Jahr Garcia (1982), o estabelecimento desse "Estado-Ordem" foi obtido através de um governo forte e com autoridade suficiente para organizar a nação e exercer de modo efetivo o controle das atividades sociais. O fortalecimento do Estado seria realizado através da centralização política administrativa e pela criação de uma estrutura governamental hierarquizada sob a direção de uma autoridade suprema, um chefe da nação.

[82]Ver: VIANNA, Oliveira. **Problemas de Direito Corporativo**, rio de Janeiro, José Olympio, 1938. VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras.** Brasília: Senado Federal, 1999.

Nosso interesse é, portanto, destacar a heterogeneidade e a complexidade desse campo intelectual das primeiras décadas do século XX no Brasil.Temos consciência da impossibilidade de se abordar todas as perspectivas e visões de mundo elaboradas em torno da ideologia nacionalista naquele contexto de afirmação do Estado Novo. Os intelectuais são diversos, transitavam no campo em busca de prestígio, se contradiziam, se relacionavam e debatiam com seus pares e com o Estado, suas ideias em torno da nacionalidade eram diversas, seja do ponto de vista cultural, como no modernismo, seja do ponto de vista político e social, como no caso dos que tenderam ao autoritarismo ou ao fascismo, seja do ponto do vista moral, dos que pensaram do ponto de vista religioso.Tendo consciência, portanto, da complexidade desse campo intelectual,privilegiamos aquilo que consideramos a perspectiva ideológica dentro do qual nosso personagem Azevedo Amaral e seus pares se inseriam, que é o que estamos chamando de nacionalismo autoritário.

2.1“Caráter”, “Ideia” ou “Sentimento”Nacional?

A ideia desse item é abordar, em primeiro lugar, os discursos desses intelectuais em torno da Nação. O objetivo é evidenciar como esses discursos convergiram para a necessidade de se implantar um Estado que adequasse sua organização institucional à realidade brasileira. Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Alberto Torres pregavam a ideia de que a organização política do Estado deveria levar em consideração a formação sócio-histórica do país, marcada pelos processos de colonização. Para eles, o modelo de Estado centralizado no executivo e na figura do presidente era o que mais se adequaria a essas condições.

Tais discursos nacionalistas tinham como horizonte de expectativa a mudança política.Esses intelectuais não escreviam apenas por um viés “ufanista” ou “patriótico”, eles teorizaram a questão do nacionalismo, suas peculiaridades e suas formas de inserção nocontexto brasileiro. Tentaram construir uma “ciência social” através da compreensão dos processos de formação histórica, social e política do país.

Alberto Torres, como vimos, foi o primeiro, entre os três, a publicar, já no final dos anos de 1910, livros que discutiam a questão do nacionalismo. Para ele, a organização de uma consciência nacional teria que vir através de uma política nacional capaz de traduzir a nossa realidade social multifacetada e pluriétnica.

Em *O problema Nacional Brasileiro,* ele definiu, em linhas gerais, o que ele entendia por nacionalismo e o que chamou de "caráter nacional"[83]. Para ele, a "nação" é composta de uma raça, de uma língua, de um território, de tradições orais, lendas e mitos, de uma religião, dogmas e de uma autoridade. A "nação", ou "espírito da nação", se insere no mesmo sentido do "Deus cristão", que defende os homens e a sociedade dos males externos. O espírito da nação traduziria um sentido de proteção contra elementos externos de outros grupos que têm interesses comuns ou distintos daquela coletividade.Nesse sentido, o "Deus estrangeiro", enquanto figura de linguagem, representaria outras nações que poderiam ameaçar a soberania da nação. A "nação", que antes se baseava em uma composição social de grupos, por meio da raça, língua e religião, se complexificou através dos conceitos de "pátria, "país" e "Estado".

Alberto Torres buscou pensar o conceito de Nação a partir do desenvolvimento histórico da ideia na Europa Medieval, a formação das "nações antigas" e a diferença em relação às "novas nações", frutos da colonização europeia, na qual o Brasil se incluía.

Estes "países novos", "criados artificialmente", não poderiam ser analisados pelos mesmos prismas que eram direcionadas as nações europeias. No Brasil, a evolução social e política se deu por interesses muitos distintos e antagônicos em relação aos países europeus, visto por Alberto Torres como governos coloniais que não fundaram nações, apenas exploraram.

Para Alberto Torres, a ideia de Pátria está ligada a uma questão sentimental, um laço afetivo de um povo com seu território. Entretanto, o autor diz que o patriotismo nos "países novos", como o Brasil, não passa de artificialidade, e necessitava ser construído pelo Estado. Por ser ex-colônia, o país teve uma nacionalidade "forjada", e não criada por suas especificidades sócio-históricas.

> Os países novos carecem de constituir artificialmente a nacionalidade. O nacionalismo se não é uma aspiração, nem um programa, para povos formados, se, de fato, exprime em alguns uma exarcebação mórbida do patriotismo, é de necessidade elementar para um povo jovem, que jamais chegará à idade de vida dinâmica, sem fazer-se nação, isto é, sem formar a base estática, o arcabouço anatômico, o corpo estrutural da sociedade política (TORRES, 1982, p. 43).

Para Alberto Torres, a nacionalidade estava ainda para completar. As novas gerações deveriam pensar a nação através de sua história e de sua realidade social, e não através de modelos políticos e sociais das "nações velhas" do mundo ocidental. Nesse sentido, o Brasil deveria ser pensando como:

[83] TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro:** introdução a um programa de organização nacional. 4a ed. - [Brasília]; [Brasília]: Ed. Nacional: Ed. Universidade de Brasilia, 1982.

> Associação dos indivíduos e famílias que habitam o Brasil com ânimo de permanência, protegidos pelo conjunto dos órgãos da sua política: o "Estado" formando, sobre seu habitat territorial: o "País", graças à consciência de uma continuidade histórica de heranças morais e materiais e de uma simpatia e comunidade entre os vivos, uma agremiação fundada sobre a confiança em certas condições práticas de tranquilidade e de segurança, superiores a vontade e ao poder de cada um de seus membros – uma pátria (TORRES, 1982, p. 27).

Esse "patriotismo territorial" ainda estaria por ser feito. Essa sensação de comunhão se realizaria através da terra, o que Alberto Torres chamou de "senso nacional", que se modificaria ao longo do tempo e se diferencia de nação para nação.

Essa busca da nacionalidade levou Alberto Torres a refutar a ideia de raça. Para ele, nenhum povo é composto por uma raça pura. As correntes migratórias ocorridas desde o aparecimento do homem levaram todos os povos a manterem contato e a se miscigenarem, donde a pretensa alegação de pureza e superioridade de uma raça, por exemplo, não teria fundamento. Alberto Torres não via diferença essencial entre as raças e acreditava na perfectibilidade operando em todas elas, mesmo naquelas consideradas, por ele,mais atrasadas.

> A raça é, de todos os elementos da nacionalidade, talvez o menos ativo. Nenhum dos povos contemporâneos é formado de uma raça homogênea; alguns compõe-se de raças distintas. A Suiça, com a sua população variada, de origem francesa, germânica, italiana, e romaica, contém ramos, ainda hoje radicalmente destacados, dos três grandes tipos étnicos europeus: O tipo nórdico, o mediterrâneo e o braquicéfalo central. Os Estados Unidos reúnem representantes de todas as estirpes étnicas; a população austro-húngara forma um verdadeiro mosaico de variedades humanas, desde os teutos até os descendentes, magiares, dos hunos. Nenhum desses povos deixa de formar uma "nação" moral, política e socialmente. (TORRES, 1982, p. 29)

Alberto Torres entendia que o problema do atraso do país não era racial, mas político. O problema não é o povo mestiço, mas sim a falta de uma direção política que só poderia se realizar a partir de um Estado forte e centralizado, juntamente com uma elite intelectual capaz de elaborar uma nova visão de mundo em torno da Nação.

Para ele, o problema da representação política vem desde o Império e se agravou com a República. O Império, mesmo com o processo de escravidão, teria tido um mínimo de organização nos moldes de um "Estado brasileiro".

> O narrador dos nossos costumes sociais viu a escravidão, deste prisma literário. A escravidão foi, entretanto, uma das poucas coisas com viso de organização, que este país jamais possuiu; nas aéreas instituições políticas, que tem tido, as boas intenções do segundo monarca, a honestidade e o saber de seus ministros, não conseguiram

> fazer descer para o nível dos fatos e nuvem luminosa das doutrinas adotadas; a República vai sendo um jogo floral de teorias, sobre um campo de misérrimas realidades [..] toda a operosidade deste país, tudo quanto nele se edificou como fonte de riqueza e de trabalho, o pouco que já possuímos em estabilidade social e dinamismo orgânico e progressivo, assenta sobre a labuta do preto e o esforço do senhor (TORRES, 1982, p. 32).

Para Alberto Torres, o ufanismo estéril ligado à apologia dos símbolos da naçãoera totalmente insuficiente enquanto um programa de construção nacional. Esta só se daria através de uma ênfase no aspecto da moralidade e na resolução dos problemas sociais, como alimentação, educação, higiene, e na adoção de uma política econômica compatível com a preservação das riquezas e os interesses nacionais.

À frente deste verdadeiro projeto de construção do país deveria estar um Estado forte e centralizado. E este não era o caso do Estado brasileiro. Daí a necessidade de uma reforma constitucional que dotasse o Estado de mecanismos intervencionistas que pudessem superar os entraves do federalismo brasileiro.

A crítica à República brasileira se funde com a crítica ao regime liberal, visto como responsável pela substituição do despotismo do Estado pelo despotismo dos interesses privados de uma pequena elite oligarca, muito mais nefasto à sociedade. Os ideais de liberdade e igualdade tornaram-se, segundo Alberto Torres, uma justificativa para a substituição das antigas aristocracias pelas novas, argentárias.

Para Alberto Torres, o problema da representação política no Brasil não é da ordem da moralidade e nem da ordem individual. O problema reside na falta de um "caráter nacional". Para ele:

> O caráter nacional, a formar, entre nós, não é o caráter dramático das obras de regeneração, nem um rígido caráter punitivo; mas um caráter consciente e sereno, capaz da sinceridade de reconhecer, sobre o espelho das nossas flagrantes realidades, que não sabíamos nada das coisas da nossa terra, e que temos vivido a pretender executar, sobre este solo único, um repertório de teorias exóticas. Tendo caminhado para o oceano, precisamos regressar ao centro: Voamos, abandonando a terra, que implorava os nossos cuidados. Quisemos formar cabeça, antes de possuir um corpo; plantamos sementes importadas, e ainda não sabemos produzir sementes; importamos e cultivamos frutos alheios, abandonando os frutos do nosso clima. (TORRES, 1982, p. 53)

Azevedo Amaral, por sua vez, resumiu sua ideia de nacionalismo no conceito de "ideia nacional". O termo ganha corpo no seu último livro *Getúlio Vargas: estadista,*publicado nos finais de 1941[84]. Para Azevedo Amaral, o despertar da consciência

[84] AMARAL, A. **Getúlio Vargas: Estadista.** Rio de Janeiro:Irmãos Pongetti,1941.

nacional adveio fundamentalmente da ruptura institucional da Revolução 30. Esta, enquanto um movimento político, marcava o início de uma nova Nação.

A argumentação é a mesma que foi desenvolvida por ele nos artigos da *Cultura Política*. A Revolução de 30 foi a única revolução de caráter nacional que o país teve. As rupturas institucionais de 1822 e 1889, apesar de conterem um grau de nacionalismo, abriram espaço para a infiltração de "ideias exóticas", como as liberais do contexto pós proclamação. O mesmo é desenvolvido por Alberto Torres, com a diferença de que Azevedo Amaral foca no processo de ruptura e não nos aspectos mais gerais da organização política do Império.

> 7 de Abril o fato teve um cunho facilmente apreciável. Os elementos demagógicos que representaram naquele movimento função muito mais decisiva que os chefes militares, obrigados a assumir uma atitude para evitar a anarquia, refletiam as idéias liberais de importação francesa. Em 15 de novembro se a tropa, a quem o destino histórico incumbiu de um papel de tanto alcance sobre a marcha ulterior na nacionalidade, era inspirada pelo mais puro nacionalismo, outro tanto não aconteceria com os elementos civis, que iriam atuar na fundação do novo regime (AMARAL, 1941, p. 142).

Por outro lado, a Revolução de 30, na visão de Azevedo Amaral, apesar de sua heterogeneidade, não trouxe consigo qualquer influência ideológica, mas sim partia da nossa própria bagagem cultural.A revolução teria sido um autêntico movimento de renovação nacional que se realizou através das ações posteriores de Getúlio Vargas.

> A revolução, que na sua fase de demolição do regime antigo só pudera torna-se realidade, devido à ação pessoal de coordenação e comando de Getúlio Vargas, veio depois nas suas etapas construtoras a continuar a ter nele o único pensador político e homem de Estado. [...] podemos, portanto, na análise da história brasileira dos últimos onze anos, aplicar rigorosamente o critério de que a reconstituição da vida de um povo coincide com a biografia de seus heróis. (AMARAL, 1941,p. 144-145).

Getúlio Vargas teria ditado o ritmo e a política da vida nacional durante a década de trinta. O Brasil teria refletido os pensamentos, gestos e atitudes do presidente, "chefe da Nação". Getúlio Vargas teria se tornado a personificação da nacionalidade. Partindo dessa premissa, Azevedo Amaral dizia:

> Nessas ocasiões o historiador pode sempre reproduzir todo o drama, que empolga pela vibração e incandecência das forças em atuação, às atividades pessoais de um indivíduo superior a seu tempo e aos seus contemporâneos e cuja influência se projeta, dominando o panorama da época. Por esse processo verifica-se sempre que os traços fundamentais e mais intensos do homem, sob cujos auspícios se realiza uma crise de mutação histórica, imprimem o cunho da fisionomia do episódio revolucionário em apreço. No caso da Revolução de 30 e da fase de reconstrução e renovação que a ela se seguiu, a idéia central, na qual se reflete o aspecto mais inconfundível do espírito de Getúlio Vargas, é sem dúvida esse nacionalismo que

> caracteriza o Brasil novo. Podemos nos orgulhar dos sentimentos de brasilidade, que através de toda nossa história foram invariavelmente manifestados pelos nossos homens representativos (AMARAL, 1941, p. 146-147).

Para Azevedo Amaral, o nacionalismo se transformou em uma "ideia nacional"como "força criadora", e foi sentida por uma parcela muito pequena da população, por "homens de ação" e "práticos", como Getúlio Vargas. Nas suas palavras, "mesmo os maiores entre nossos grandes cidadãos sentiram muito mais o Brasil que o compreenderam" (AMARAL, 1941, p. 148).

Nesse sentido, Azevedo Amaral diz que não se tem, na grande maioria da população e até mesmo nos círculos mais eruditos, uma definição mais precisa sobre o conceito de nacionalidade e seus significados. No Brasil, a questão do nacionalismo não se constituiu enquanto uma "ideia de conjunto", isto é, as expressões da "ideia nacional" foram sempre incompletas e representavam apenas um aspecto do conjunto da realidade brasileira.

Assim, "ideia nacional" é, para Azevedo Amaral, muito mais que patriotismo. Sua ideia de Patriotismo converge com a de Alberto Torres: é uma atitude moral e emotiva, em que comungam uma espécie de solidariedade dos indivíduos que pertencem à dada coletividade. A "ideia nacional", por outro lado, se refere a uma série de elementos que abarcam os âmbitos político, econômico, social e cultural. É um conceito que reúne os sentimentos nacionais do patriotismo e os transformam em ação política.

Para Azevedo Amaral, o que caracterizou o nacionalismo do século XIX no Brasil e em outros países foi justamente esse caráter sentimental. Esse tipo de nacionalismo não teria tido a capacidade política de assegurar o total desenvolvimento das possibilidades dos povos que por ele eram influenciados. Isso só veio mudar, segundo ele, a partir da Primeira Guerra Mundial, quando o nacionalismo passou a adquirir uma perspectiva "criadora".

A "ideia nacional" de Azevedo Amaral é um nacionalismo que transformaria os sentimentos patrióticos em ação política por parte do Estado. "A idéia nacional aparece-nos sob a forma de uma sublimação intelectual do patriotismo, envolvendo uma atitude política em relação ao Estado e a posição deste para com a coletividade nacional" (AMARAL, 1941, p. 153).

Outra diferença apontada por Azevedo Amaral em relação ao nacionalismo do século XIX é a questão da sua universalidade. Segundo ele, o nacionalismo do século XIX teve um caráter universal que poderia ser aplicado a diferentes contextos. O nacionalismo do século XX, por outro lado, partia de um critério de individualidade, isto é, cada contexto, local ou povo, elabora sua ideia nacional a partir de suas particularidades.

> Pode-se concluir ser a idéia nacional, em cada caso considerado, uma característica inseparável da personalidade política, moral cultural e espiritual do povo de que se trata, bem como dos aspectos peculiares dos problemas que lhe são impostos e dos métodos a que tem que recorrer para solucioná-los. Cada nação tem, portanto, uma idéia nacional própria e forçosamente inadaptável à situação de qualquer outro povo(AMARAL, 1941, p. 155).

A ideia nacional nasce das forças do sentimento e do idealismo das massas que estão ligadas às terras e suas tradições. Aqui, o conceito é semelhante ao de "senso nacional", de Alberto Torres. Representa a "matéria prima" de uma elaboração intelectual que teve como fundamento a realidade social que estava imersa, sendo distinta em cada contexto.

Para Azevedo Amaral, o nacionalismo passou do empirismo, no século XIX, para o pragmatismo, no século XX: teria saído da órbita do patriotismo para se tornar um programa e uma norma orientadora por parte do Estado.

Portanto, para o autor, Getúlio Vargas, enquanto chefe da nação e principal nome da Revolução de 30, transformou os sentimos patrióticos, que estavam adormecidos e ainda indefinidos, em ações políticas.

A "renovação nacional", que se inicia com a Revolução de 30 e tem sua total realização na criação do Estado Novo, em 1937, seria o desdobramento desse novo nacionalismo pragmático do século XX. Para Azevedo Amaral, as ações políticas e administrativas de Getúlio Vargas refletiram-se em um novo Brasil.

O desenvolvimento econômico do país, a afirmação de uma unidade nacional, a vigilância da soberania e o fortalecimento de imagem do Brasil no plano internacional são vistos, por Azevedo Amaral, como desdobramentos desse novo nacionalismo, que tem, na figura de Getúlio Vargas, sua maior expressão.

> A idéia nacional, tal qual a formulou o presidente Getúlio Vargas, oferecia entre os seus traços fundamentais e mesmo como o mais característico entre todos, o conceito de um Brasil unido, como nunca o fora em toda a sua história. Essa união integral, que representa o acontecimento mais importante da nova evolução política, só pode torna-se uma realidade completa com o advento do Estado Nacional. Assim, Getúlio Vargas, com o golpe construtivo de 1937, encetou uma fase nova para o país, abrindo-se perspectivas que seriam inatingíveis, enquanto os regionalismos dissolventes não se congregassem absorvidos na estrutura de um bloco coeso, a que o dinamismo da idéia nacional veio animar, tornando-o um dos grandes centros de força no convívio das nações (AMARAL, 1941, p. 166).

Oliveira Vianna, diferente de Azevedo Amaral, resumiu seu nacionalismo no que ele denominou de "sentimento nacional". Em um artigo intitulado *A Nação e o Estado*, de 1932,

ele questiona se, desde a fundação do Império de 1822, teria o Brasil formado uma Nação[85]. "Os patriotas que em 1822 levaram D Pedro I a proclamar a nossa independência fundaram em terras da América, um império. Fundando este império, teriam fundado a Nação?". Nesse ponto, seu argumento se diferencia de Alberto Torres e de Azevedo Amaral, que viam no Império, mesmo de maneira precária, alguma estabilidade e centralidade política.

O questionamento de Oliveira Vianna, assim como o de Azevedo Amaral e Alberto Torres,girava em torno do problema da representação política. A questão que eles colocavam é, se desde a Independência, o Brasil teria conseguido, a partir de sua organização institucional e constitucional, construir uma política nacional que seria a "expressão íntima" de um povo.

Para Oliveira Vianna, a nação, quando realmente constituída e representada politicamente pelo Estado e suas formas de atuação, tem alguma consciência, programa ou objetivo em relação a seu "destino nacional", isto é, tem uma finalidade, uma política nacional que se realiza por meio do Estado e pelos seus órgãos.

> Teve a nação brasileira, durante este cento e tantos anos de independência esta política (**nacional**)? Deu aos homens públicos, mais bem intencionados, mais cheios de abnegação e patriotismo, a inspiração necessária a suas diretrizes administrativas? (VIANNA, 2013, p. 93. Grifo nosso)

A resposta desses autores para essa questão é negativa. Os homens públicos nunca encontraram no povo nenhuma inspiração ou orientação política. Porque isso aconteceu? A resposta é que sempre faltou ao brasileiro uma consciência nacional profunda, um sentimento de sua finalidade histórica, do seu destino enquanto povo, ou seja, faltou uma "mística nacional".

Para Oliveira Vianna, o sentimento nacional se refere a uma mística que solidariza as gerações entre si, sem embargo das vicissitudes políticas e históricas. A nação é uma mística incorporada em uma população e mantida pela renovação contínua da população. Segundo ele:

> É esta mística oriunda do sentimento de profundo de nacionalidade, que caracteriza os povos que se elevam, por integrações sucessivas de sua consciência coletiva, à condição de verdadeiras nações: O inglês, o alemão, o japonês – os três maiores povos, em que a mística do sentimento nacional existe com a força de um instinto profundo. Cada um destes povos,tem, realmente, um sentimento místico da comunidade nacional e este sentimento, para empregar a frase tão expressiva e profunda de Renard, "trabalha", isto é, é um sentimento militante, ativo,

[85] VIANNA, Oliveira. **A Nação e o Estado.**Insight inteligencia,Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. 63, p. 92-94., 2013.

> determinante, que atua intimamente, inspirando as atitudes que cada inglês, de cada alemão, de cada japonês. Cada um deles vive sob a ação deste sentimento dominante, traz em si, dentro do seu coração, nos substratos mais recalcados do seu subconsciente, a sua pátria nacional, o culto do seu povo, o sentimento de sua fidelidade e o espírito de sacrifício para com ele (VIANNA, 2013, p. 92).

Para Oliveira Vianna, cada japonês, alemão ou inglês, sentiria sua nação através do orgulho da sua comunidade nacional. Esse sentimento de comunidade nacional seria uma força determinante de sua conduta e de sua vida privada.

No Brasil, pelo contrário, não haveria um sentimento nacional. Nosso povo não tem nenhuma mística incorporada à sua psique, não tem nenhum objetivo nacional a se realizar ou para se defender, nenhuma tradição a manter, ou um ideal coletivo em que o Estado seja o órgão fundamental para tal realização.

> Esta inexistência de uma mística nacional, de que o Estado Nacional seja um instrumento realizador é que, faz com que a vida política no Brasil não tenha nenhum sentido nacional, sendo apenas reflexos dos interesses dos localismos, dos providencialismos, dos partidarismos regionais(VIANNA, 2013, p. 93).

Para Oliveira Vianna, a vida política no Brasil sempre foi marcada por interesses locais, de grupos e partidos. Nunca houve uma preocupação de caráter nacional em que a nação fosse considerada uma "entidade viva", uma "comunidade corporativa".

A culpa de tudo isso, aponta Oliveira Vianna, além de ser dos sujeitos, é também da nossa formação sócio-histórica e política. Para ele,diversos fatores impediram que, ao longo da nossa história,pudéssemos formar um sentido coletivo, uma consciência nacional, um sentimento de comunidade, ou o que ele denominou de "mística nacional". "O nosso espírito nacional é rarefeito, carece de densidade e, portanto, de força determinante, de poder normativo. "Chegamos a idéia de nação, mas não ao sentimento de comunidade nacional." (VIANNA, 2013, p. 93).

Para Oliveira Vianna, o brasileiro não consegue ter uma consciência ou um sentimento nacional porque vive dentro de um âmbito muito pequeno que se restringe aos interesses de um grupo social ou partido político.

> Equivale dizer que, entre nós, na generalidade do nosso povo, a nação não é sentida como uma comunidade, não se formou na consciência de cada cidadão este complexo afetivo que constitui o sentimento institucional da nação[...]No Brasil, cada um de nós, nas cidades, nos sertões, nos litorais, sente vivamente sua família ou a sua gens, (como nos altos sertões), o seu partido regional (como no extremo-sul), o seu grupo regional (como os paulistas post-bellum) mas, da pátria comum, do Brasil temos apenas uma consciência de densidade, nem nitidez; em nenhum de nós o sentimento nacional atinge a força, a profundeza, a riqueza afetiva do sentimento nacional do japonês, do alemão ou do inglês. (VIANNA, 2013, p. 94)

A conclusão de Oliveira Vianna é que o problema político que afeta o Brasil há mais de cem anosé o da constituição da unidade moral da nação. Para ele, em outros povos, essa unidade é fruto de fatores históricos. No caso do Brasil, que vem de um processo de colonização, essa unidade moral deverá ser criada fundamentalmente pelo Estado.

> Em todos os povos de formação colonial, há de ser por obra do Estado, realizando uma política nacional, racionalmente determinada, conscientemente determinada, conscientemente deliberada; mas, obra de um Estado necessariamente forte, dominador, traçando a todos os grupos locais, as normas da sua orientação; Estado que resolva o problema da administração pela descentralização e não pela federação; Estado manejado por uma elite desinteressada, de verdadeiros patriotas, dotada do sentimento de comunidade nacional, e, por isso mesmo, capaz de dar à massa popular, destituída deste sentimento, exemplos de desinteresse, de abnegação de sacrifício pessoal em prol do bem comum da Nação (VIANNA, 2013, p. 94).

Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna teorizaram o nacionalismo dizendo o que eles entendiam sobre nação, seja enquanto um "caráter", "ideia", ou "sentimento" nacional. Ambos postulavam que a construção de um nacionalismo ajudaria a sanar o problema da representação política no Brasil, algo que vem desde a Independência. Essa construção se daria a partir de um Estado forte e centralizado, juntamente com uma elite intelectual que ajudaria a "moldar" as massas em torno de um ideal de nacionalidade.

Ambos são críticos do passado, do processo de formação brasileira. A tão sonhada nacionalidade estava no futuro e teria que ser gestada no presente através de novas formas de organização política. O passado republicano é definido por esses intelectuais como uma ordem baseada no domínio de uma elite política interessada apenas em manter seu *status quo* e continuar no poder.

Segundo José Luis Bendicho Beired (2007)[86],havia nessas interpretações a presença de uma concepção teleológica do processo histórico,segundo a qual a história do país teria saído do seu curso natural, colocando em questão a própria identidade nacional. Portanto, cabia a esses intelectuais mobilizar seus conhecimentos para interrogar o passado, compreender os desvios e permitir a recolocação da história nacional na sua trajetória correta. Em um passado, essencialmente incompleto, os acontecimentos e períodos nada mais eram do

[86] BEIRED, José Luis Bendicho. **Os intelectuais e a direita autoritária no Brasil**. In: estudios sociales. Revista Universitaria Semestral, ano XVII, nº 33, santa Fe, argentina, universidad nacional del litoral, segundo semestre, 2007. p. 123-154.

que elos de uma longa epopeia de construção da nação, que apenas no futuro haveria de se concluir (BEIRED, 2007).

A cultura brasileira também é bastante criticada por eles. Para Alberto Torres, "nunca chegamos a construir cultura própria, nem mesmo uma cultura geral. Não temos opinião e não temos direção mental" (TORRES, 1982, p. 15-16). Para Oliveira Vianna, os regionalismos impediram que se construísse um sentimento de solidariedade, de "comunhão nacional". Cada Estado, com sua cultura e suas formas de organização política, se isolava entre si. Azevedo Amaral compartilhava das mesmas ideias, alertando para o fato de que as elites intelectuais deveriam criar uma nova cultura, pois ela estava soterrada em meio ao "turbilhão de idéias exóticas" estrangeiras.

O povo brasileiro é outro aspecto criticado por eles e apontado como um problema a ser resolvido. Para Alberto Torres, o povo brasileiro não é inferior a nenhum outro,é apenas ignorante em relação à sua própria terra. "Nós não sabemos ainda o que a nossa terra pode produzir e como deve produzir" (TORRES, 1982, p. 54). Para Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, o povo "ignorante" se acostumou com o comodismo e o mandonismo. Não se cultivou o espírito da "mística nacional" e da consciência nacional, cabendo às elites educá-los. O "caráter nacional" de Alberto Torres nasceria exatamente no momento em que o Estado e a sociedade reconhecesse a falta de conhecimento sobre o Brasil. Ambos apostavam em uma elite intelectual redentora que deveria pensar e ajudar a criar o novo "homem brasileiro".

O "caráter","ideia", ou "sentimento" nacional" estavam no futuro, eram uma representação, um discurso ideológico que inventava a nacionalidade. A nação seria inventada por uma elite e moldada pelo Estado.Esses discursos se canalizavam na figura do Estado enquanto órgão máximo na Nação. As ações e projetos dos aparelhos de Estado irão se pautar, como veremos a seguir, em uma lógica autoritária e corporativa de sociedade.

2.2O campo intelectual: os intelectuais e suas relações com o Estado

Dando seguimento à nossa argumentação, esse item irá apresentar os tipos de relações que os intelectuais do período tinham com o Estado. A ideia é evidenciar a complexidade e heterogeneidade do campo intelectual desse período, procurando mostrar como os intelectuais transitavam fora e dentro da organização do Estado. Procuramos mostrar os pólos ideológicos desse campo intelectual e a forma como esses intelectuais discutiam a questão da nacionalidade.

O Nacionalismo no Brasil não foi uma novidade dos anos de 1930, ele já foi pensado por outras perspectivas desde o final do século XIX, que se situavam em grande medida nos marcos do liberalismo. Entretanto, desde os anos vinte, o nacionalismo brasileiro se revestiu de um viés autoritário que adveio da crítica da *intelligtzia* brasileira aos pressupostos do regime liberal/oligárquico.

Segundo José Luis Bendicho Beired (2007), houve, nesse contexto, uma recomposição das elites dirigentes nacionais. Os intelectuais foram introduzidos no centro dos acontecimentos nacionais, na qualidade de produtores ideológicos, que passaram a deter um poder que não se tinha antes na história republicana, adquirindo um lugar privilegiado ao lado do Estado e na vida pública.

O autor definiu essa corrente política e intelectual como uma nova direita nacionalista. Na sua perspectiva, esse nacionalismo teve como características fundamentais a crítica dos pressupostos liberais, bem como um caráter militante e programático, que tinha

como objetivo realizar o soerguimento da nação mediante um conjunto de ações que iam desde uma participação nos aparelhos do Estado, até a organização de movimentos políticos, passando pela publicação de jornais, revistas e livros.

O imperativo dos intelectuais dessa época era o desejo de modernizar o país em suas várias dimensões no objetivo de definir uma identidade cultural. Questões como o problema da formação brasileira, considerada incompleta devido a múltiplos fatores, a carência de uma elite dirigente, a importação de modelos políticos impróprios para o país, a existência de um povo de maioria analfabeta e a parte dos processos políticos, estavam na ordem do dia. Segundo José Luis Bendicho Beired (2007):

> Os intelectuais dos anos vinte e trinta consideravam-se uma «geração sacrificada», conforme uma definição dramática do escritor Cândido Mota Filho. Nascidos após a queda da monarquia eles se colocaram a tarefa de romper com o isolamento social e político a que tinham estado relegados desde o início do regime republicano inaugurado em 1889. As tarefas que essa geração se colocou eram hercúleas, uma vez que a realidade brasileira era encarada como terrivelmente desoladora e contraposta a tudo que seus integrantes pensavam e almejavam para o país de regenerar o Brasil, colocar o seu saber e a sua ação a serviço da constituição da nacionalidade. Num primeiro momento, na década de vinte, os intelectuais manifestaram-se basicamente reivindicando a liderança moral da nação, enquanto elite mais capacitada para diagnosticar problemas e propor soluções. A Revolução de 1930 produziu uma guinada no seu comportamento, pois a partir de então passaram a reivindicar também a liderança política do país, num contexto de ruptura do *status quo* e de recomposição das classes dirigentes (p. 125).

Formou-se, portanto, ao longo das décadas de vinte e trinta, um campo intelectual de homens críticos à realidade social e sensíveis às questões políticas de seu tempo, que tomaram consciência de sua particularidade enquanto grupo.

Os intelectuais formavam um campo específico dentro do conjunto social com uma autonomia limitada em relação ao Estado. Com a incipiência do mercado de bens culturais, os intelectuais viam-se frequentemente na contingência de depender dos favores do Estado não só para sobreviver materialmente, mas também para conquistar ascensão social e profissional por meio do exercício de funções culturais, ideológicas e burocráticas (BEIRED, 2007).

Sérgio Miceli(2001)[87]destaca que os anos de 1930 proporcionou, para muitos intelectuais, a oportunidade de acesso a carreiras e a postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça e serviços de segurança). Para o autor, os intelectuais, na sua relação com o Estado, construíram um "negócio cultural", um "projeto de intelligentzia", que intervinha em todos os setores de produção e conservação do trabalho intelectual.

[87] MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das letras. 2001.

Entretanto, Sérgio Miceli (2001) vê essa ascensão do intelectual por uma perspectiva crítica. Para o autor, esse acesso às diversas carreiras públicas se deu fundamentalmente ao esforço de cooptação exercido pelos aparelhos burocráticos do Estado.

> Os intelectuais foram cooptados seja como funcionários em tempo parcial, seja para a prestação de serviços de consultoria e congêneres, seja para o desempenho de cargos de confiança no estado-maior do estamento, seja para assumirem a direção de órgãos governamentais, seja para preencherem os lugares que se abriam por força das novas carreiras que a extensão da ingerência estatal passou a exigir, seja, enfim, acoplando inúmeras dessa posições e auferindo rendimentos dobrados (MICELI, 2001, p. 208)

Para o autor, esses intelectuais podem ser agrupados e classificados como: "Homens burocráticos","homens de confiança","administradores da cultura", "Educadores profissionais" e os "pensadores autoritários".

Os "homens burocráticos" representavam um grupo seleto de intelectuais que foram convocados para assumir cargos na cúpula do executivo, ocupando os principais postos do poder central, seja no âmbito estadual, seja no nível dos conselhos e comissões que eram supervisionados pela Presidência da República.Entretanto, esses homens burocráticos também se constituíam enquanto um grupo heterogêneo:existia um grupo ao qual sujeitavam sua produção intelectual às exigências postas pelo cargo que ocupavam na máquina burocrática do governo, e outros que buscavam resguardar parte de suas obras das imposições partidárias.

Os "homens de confiança"eram outra parcela de intelectuais que assessoravam os núcleos executivos do Estado. Esses eram principalmente os chefes e auxiliares de gabinete, secretários particulares e os assessores diretos. Os "administradores da cultura" eram, por sua vez, intelectuais que ocupavam cargos de direção nas instituições culturais, como, por exemplo, Museu Histórico Nacional, Biblioteca Nacional, Serviço Nacional do Teatro e etc.

Os "educadores profissionais" era um grupo de intelectuais que adivinha de grupos da elite dirigente que tinham a missão de reformar o sistema de ensino objetivando modernizá-lo. Sérgio Miceli (2001) cita alguns exemplos como Lourenço Filho, Francisco Campos, Fernando de Azevedo, entre outros.

Os "pensadores autoritários", na perspectiva de Sérgio Miceli (2001), eram intelectuais que provinham das antigas famílias dirigentes e que se beneficiavam de vantagens e privilégios, ganhando, com isso, uma vasta rede de relações sociais que contribuía de forma decisiva para sua consagração dentro do campo intelectual.

Esses intelectuais falavam em nome de uma elite burocrática com a crença de que a organização do poder nas mãos do Estado viria a substituir-se no entrechoque de interesses

privados. Seus escritos propunham uma solução alternativa à crise do poder oligárquico com um projeto que tinha como missão substituir a perspectiva liberal da constituição de 1891. Nesse grupo destaca-se as figuras de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral.

José Luis Bendicho Beired (2007), diferente de Sérgio Miceli (2001), parte do pressuposto que essa heterogeneidade do campo intelectual se dava a partir de diferentes pólos ideológicos, destacando-se três principais: a católica, fascista e científica.

O movimento de "reação católica" se constituiu, ao longo dos anos de 1920, sob a liderança de Jackson Figueiredo, fundador da revista *A Ordem*, em 1921, e do centro Dom Vital, em 1922[88]. Tanto a revista, quanto o centro funcionavam como um espaço de articulação, cujo objetivo era discutir o papel da Igreja católica naquele contexto político de transição.

Para Jackson Figueiredo, o catolicismo funcionava como a principal base da tradição cultural brasileira e pedra angular da nacionalidade, que só poderia ser alcançada através de uma revolução espiritual (BEIRED, 2007). Com a morte de Jackson Figueiredo, em 1928, a direção foi designada a Alceu Amoroso Lima, escritor e crítico literário, que passou a ser o principal intelectual católico nos anos seguintes. O autor destaca, ainda, que os intelectuais católicos não chegaram a construir movimentos ou partidos políticos, só atuaram fundamentalmente na publicação de livros e revistas.

Já no início dos anos trinta, começou a se desenvolver no Brasil uma série de grupos com orientação fascista, tais como Legião Cearense do Trabalho, Ação Social Brasileira, Partido Nacional Sindicalista, Ação Imperial Patrionovista e a Ação Integralista Brasileira (AIB), que foi, sem dúvidas,a mais importante (BEIRED, 2007). De acordo com o autor, a AIB:

> Destacou-se das outras tanto pelo número de militantes e por sua grande influência política quanto pela atração que exerceu sobre um conjunto de jovens intelectuais que nos anos seguintes obteriam destaque na vida pública. Dentre os mais relevantes figuravam o fundador e líder máximo do movimento, o escritor Plínio Salgado, que participara na década de 1920 do movimento literário modernista, na condição de integrante da corrente nacionalista e de direita representada pelo grupo Verdeamarelo, além de Gustavo Barroso, Miguel Reale e Olbiano de Melo, os quais ademais de ideólogos, ocuparam posições de mando na Ação Integralista Brasileira. O integralismo constituiu a principal organização fascista da América Latina e

[88] Jackson de Figueiredo Martins nasceu em Aracaju, em 1891. Bacharel em Direito,dedicou-se à política e ao jornalismo. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi através de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário foi introduzido no Brasil. Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson_de_figueiredo>.

> paradoxalmente foi o primeiro movimento e partido de massas da história republicana (BEIRED, 2007, p. 129).

O integralismo formava um conjunto complexo em função da pluralidade de suas fontes ideológicas e das preocupações de seus principais quadros, o que refletia nas suas publicações e em sua organização de maneira geral (BEIRED,2007). Segundo ele, a ideologia nacionalista do integralismo tinha suas raízes no romantismo do século XIX e em um messianismo místico de uma nova raça mestiça, que defendia a perspectiva do autoritarismo. O integralismo foi uma síntese que incorporou o tradicionalismo religioso do salazarismo e do integralismo português, o corporativismo italiano e o antissemitismo de inspiração nazista (BEIRED,2007).[89]

O terceiro pólo ideológico em torno do nacionalismo, apontado por José Luis Bendicho Beired (2007), foi composto por intelectuais cujas ideias se apoiavam em argumentos científicos e laicos,remontando à tradição positivista. Nas palavras do autor:

> Os intelectuais autoritários cientificistas afastavam-se tanto da visão transcendental do mundo inerente aos católicos quanto das posições mobilizadoras, totalitárias e anti-semitas dos integralistas, em favor de uma concepção tecnocrática e modernizadora. Sem serem cientistas sociais profissionais, mas buscando explicar a realidade mediante uma fundamentação científica, transitaram por diversas áreas do conhecimento –sociologia, mesologia, antropologia, geografia e história– e acabaram por produzir um pensamento cujas bases ecléticas eram evidenciadas pelos autores que subsidiavam suas análises: Spencer, Comte, Le Play, Lapouge, Gobineau, Le Bon, Tarde, Sorel, Mosca, Pareto, Ribot e Vidal de la Blache. (BEIRED, 2007, p. 131).

Evidentemente, esses intelectuais autoritários e cientificistas não constituíram um grupo homogêneo. Havia inúmeras diferenças quanto às perspectivas políticas e ao tratamento do autoritarismo, bem como suas relações com o Estado. Os mais representativos desse grupo, segundo o autor, foram Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral.

O campo intelectual dos anos trinta, apesar de sua heterogeneidade, seja do ponto de vista do lugar que esses intelectuais ocupavam na cena pública, ou em relação aos pólos ideológicos que estavam imersos, compartilhavam, entretanto, um *habitus* comum que se pautava na construção de uma ideologia nacionalista. Enquanto ideologia, o nacionalismo foi

---

[89] Para um estudo mais detalhado do Integralismo ver os trabalhos: BULHÕES, Tatiana da Silva. **Integralismo em foco**: imagens e propaganda política. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2012. CHRISTOFOLETTI, R. **A face intelectualizada do Novo Verde**: a enciclopédia do integralismo como suporte de auto-afirmacao. **Dimensões,** Vitoria, ES, n. 13, p. 187-195., jul./dez. 2001. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (Coautor). **Ideologia e mobilização popular.** 2a ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1985. 209p. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo:** ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, c1999. TRINDADE, Helgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

pensado por distintas perspectivas relacionadas, sobretudo, com as ideias de modernidade, civilização e progresso. Os intelectuais que participaram do movimento modernismo no Brasil são um exemplo da pluralidade de perspectivas em torno do nacionalismo durante as décadas de 1920 e 1930.

O modernismo brasileiro, apesar de toda sua complexidade e amplitude, concebeu o nacionalismo,fundamentalmente, a partir da perspectiva cultural. Foi gestado a partir de uma assimilação das vanguardas europeias do início do século XX, entretanto, se diferenciou quanto a seu formato[90]. Essa diferença está na forma como esses modernistas fizeram uma interpretação positivadora acerca do passado e da tradição. Diferente das vanguardas européias, como o futurismo italiano, os modernistas brasileiros valorizavam os acervos culturais, buscando detectar momentos de iluminação, imagens que se destacassem para se pensar a constituição de uma nacionalidade.

São desse período os clássicos manifestos de Oswald Andrade, *Manifesto da poesia pau-brasil* (1924) e o *Manifesto Antropófago* (1928), o romance de *Macunaíma* (1928) de Mario de Andrade, e obras clássicas do pensamento social brasileiro: *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936), de Sergio Buarque de Holanda, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Junior, dentre outras.

Essas obras foram baseadas em documentos históricos e pesquisas empíricas, que tinham como objetivo fazer uma reinterpretação crítica das raízes coloniais para se pensar a superação daqueles entraves e colocar o país na modernidade ocidental.

Esses intelectuais, "administradores da cultura", na perspectiva de Sérgio Miceli (2001), tiveram um comprometimento com a questão pública ao se organizarem em diversos grupos para realizar tarefas, tais como a organização eventos, edições de livros e revistas, festas, dentre outras atividades. Disso resultou a criação de instituições e entidades culturais, como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Nacional do Livro, o Sistema de Bibliotecas Populares, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Serviço Nacional do Teatro, dentre outras.

Nesse viés, a nacionalidade que se precisava criar tinha que levar em consideração aquilo que realmente caracterizaria a sociedade brasileira, sua singularidade. Nessa busca da

[90] Mônica Velloso (2008) salienta que essa releitura feita pelos modernistas dos cânones ocidentais gerava uma ambiguidade; como unir tradição e modernidade? Regional e Universal? Popular e erudito? Mas fundamentalmente como elaborar um pensamento próprio que não fosse uma cópia e/ou caricatura do ideal de modernidade ocidental. Ver: VELLOSO, Mônica Pimenta**.O modernismo e a questão nacional.** In: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930, Org.: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado – 3° ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

brasilidade autêntica, houve uma valorização seletiva do passado colonial, de suas tradições populares e de suas práticas sociais. Essa busca se deu, sobretudo, a partir da instalação do Estado Novo, em 1937, que foi retomar na tradição e nos regionalismos o ponto de partida para se pensar uma unidade nacional.

Dito isso, consideramos que, tanto a perspectiva de Sérgio Miceli (2001), quanto a de Luis Bendicho Beired (2007)em relação a Azevedo Amaral e Oliveira Vianna são válidas, seja enquanto "pensadores autoritários", seja como "ideólogos cientificistas". O autoritarismo e a apologia da ciência eram constantes em seus escritos, tanto nas revistas, como em seus livros escritos nesse período.Alberto Torres se encaixaria nessa perspectiva no sentido de idealizar um autoritarismo estatal, entretanto, fica problemático classificá-lo enquanto "ideólogo cientificista" devido seu pertencimento a um período anterior.

Se a pretensão era criar um Brasil novo, isso deveria ser feito através de uma redenção, que faria o encontro do país consigo mesmo (VELLOSO, 2003)[91]. Essa redenção só faria sentido quando colocada em contraposição a um período de caos e desordem. O liberalismo aparece como a corporificação desse caos, o principal entrave para a construção da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, é justamente a retórica antiliberal que fundamentava o discurso nacionalista desses autores e suas funções enquanto intelectuais.

Na perspectiva liberal, era aceitável que o intelectual fosse inimigo do Estado porque a política era a "madrasta da inteligência", na medida que a excluía dos processos decisórios (VELLOSO, 2003).No Estado Novo, o Estado se transforma em tutor, pai da intelectualidade, ao se identificar com as forças sociais.

Nesse sentido, o intelectual passa a ser um fiel colaborador, isto é, passa a ter um dever com a pátria. Seria ele o intérprete da vida social porque seria capaz de pensar e transmitir para as múltiplas manifestações sociais, trazendo-a para o seio do Estado, o qual irá discipliná-la e coordená-la(VELLOSO, 2003).

Azevedo Amaral, enquanto intelectual, se configurou como esse colaborador do Estado.Vimos na forma como ele propagandeava o discurso estado novista, através das revistas *Cultura Política* e *Nova Diretrizes*. Para ele, os intelectuais são um grupo distinto da sociedade que tem a função específica de educar e esclarecer as massas.

> Emergidos da coletividade como expressão mais lúcida do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no espírito do povo, os intelectuais são investidos da

[91]VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. In: O Tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Org: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 145- 181.

> função de retransmitir as massas sob a forma clara e compreensiva o que nelas é apenas uma idéia indecisa e uma aspiração mal definida. Assim, a elite cultural do país tornou-se no Estado Novo um órgão necessariamente associado ao poder público como centro da elaboração ideológica e núcleo de irradiação do pensamento nacional que ela sublima e coordena (AMARAL apud VELLOSO, 2003. P. 156).

É aqui que encontramos os postulados centrais de seu pensamento autoritário: perceber e entender a sociedade como um ser imaturo e indeciso que precisa de guias capazes de lhe apresentaram as normas e as condutas (VELLOSO, 2003). Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Alberto Torres aparecem como porta-vozes capazes de captar o "subconsciente coletivo" da nacionalidade.

> Nesse subconsciente estariam contidas as verdadeiras reservas da brasilidade que o Estado Novo viria a recuperar, assegurando a continuidade da consciência nacional. O que nas massas é uma idéia indecisa ou aspiração mal definida deixa de sê-lo por intermédio dos intelectuais que se transformaram em seus intérpretes. Apontados como expressões mais lúcidas da sociedade, os intelectuais são vistos como os prenunciadores das grandes mudanças históricas e arautos da renovação nacional (VELLOSO, 2003, p. 156-157).

O nacionalismo desses autores se baseava em uma perspectiva política e social. No caso de Azevedo Amaral, evidenciamos, através de seus escritos nas suas passagens pela *Cultura Política* e *Novas Diretrizes*, seu esforço de construir tanto uma teoria acerca da visão de mundo do Estado Novo, quanto seu esforço de propagandear essa visão para as massas. Nacionalismo e autoritarismo não eram conceitos distintos para esses autores, eles estavam em uma relação sincrônica. Para Azevedo Amaral, o Estado autoritário era, por si só, essencialmente nacional. Nos seus escritos nas revistas *Cultura Política* e *Novas Diretrizes*, o Estado é adjetivado de "Estado nacional", isto é, Estado e a nação constituíam uma simbiose, uma união de um todo perfeito e indissolúvel.Essa união entre Estado e Nação só poderia ser de fato estabelecida a partir de uma perspectiva autoritária, pois obedeceria ao critério de "conservação da consciência nacional". Portanto, a estabilidade do país só seria alcançada mediante a criação de um Estado nacional autoritário.

Entretanto, a ideologia nacionalista do Estado Novo necessitava ser apresentada também a um público especializado e/ou erudito através de um refinamento discursivo e teórico que explicasse o funcionamento do regime. Azevedo Amaral buscou apresentá-la para ambos os públicos. Seu discurso na imprensa era claro e objetivo. Já nos livros continha um conjunto de teses que formavam uma teoria de Estado que explicava seu funcionamento e sua organização.

Seu livro, *Estado Autoritário e a realidade nacional*, é justamente essa apresentação a esse público erudito, tendo como objetivo principal traçar as linhas mestras do que seria o nacionalismo autoritário do Estado Novo. Foi através desse livro que ele se consagrou enquanto intelectual e enquanto ideólogo do regime. Esse livro tratou, em primeiro lugar, de mostrar os antecedentes e as circunstâncias que levaram ao decreto do Novo regime, em novembro de 1937. Em segundo lugar, tratou de mostrar a característica singular do nacionalismo autoritário brasileiro, na medida em que tentava diferenciá-lo das experiências totalitárias da Europa. Em terceiro lugar, procurou demonstrar o funcionamento do novo regime nos seus âmbitos político e econômico a partir de uma visão corporativista da sociedade. Vejamos a seguir como se deu essa construção.

2.3 Antiliberalismo como convicção

Apresentaremos daqui em diante um conjunto de "ideias comum" entre Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Alberto Torres, referentes à organização e funcionamento do Estado. Nesse item, dissertamos sobre a crítica antiliberal. Como já evidenciamos sumariamente nos itens anteriores, os pressupostos do liberalismo brasileiro na visão desses autores estavam muito distantes da realidade sócio-histórica do país, e, portanto, fazia-se necessário sua substituição através de outras formas de organização política.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, criou-se um sentimento, em muitos intelectuais, de que estava para chegar a era da vitória do liberalismo, tanto nos seus aspectos políticos, quanto econômicos. A derrota dos antigos impérios otomano, austro-húngaro e alemão pelos regimes liberais americano, inglês e francês foi vista com uma atmosfera de otimismo.

Entretanto, assiste-se no mesmo contexto a construção de possibilidades ao liberalismo. Rússia, Itália e Alemanha, cada uma a seu modo, construíam alternativas antiliberais que desafiavam seus pressupostos e valores, indo desde o totalitarismo, até o fascismo.

No Brasil, a retórica antiliberal foi uma tônica nos discursos dos intelectuais desde os anos de 1920. Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna são alguns dos vários intelectuais que se propuseram a construir alternativas ao regime político liberal, instituído oficialmente desde 1891.

Ambos os autores entendiam que havia uma crise mundial do liberalismo, conduzindo para uma crítica à ideia de uma civilização ocidental. O debate dentro do campo intelectual girava em torno de um conjunto de diagnósticos sobre a crise, bem como projetos que poderiam dar a solução para a crise de representação política que atravessava o país. No livro *O Problema Nacional Brasileiro,* Alberto Torres dizia:

> Atravessamos, neste momento, a crise mais séria da nossa história. Politicamente livres, com todos os atributos formais da soberania interna e da independência externa, depois de um passado que é o melhor atestado do bom senso e da excepcional probabilidade do nosso povo, encontramo-nos em situação melindrosa, perante a fatos da nossa economia e da vida mundial, que pões em equação o problema do nosso futuro(TORRES, 1982, p. 84).

Essa passagem evidencia o fato de que, mesmo independente politicamente, o Brasil não conseguia obter estabilidade política. O caos gerado pelo liberalismo só agravava o problema da representação política no Brasil. Alberto Torres foi o primeiro dos três que, já nos anos finais da década de 1910, conclamava os intelectuais a serem uma verdadeira força social com o objetivo comum de criar uma consciência nacional. Sua principal crítica se dava na forma como os intelectuais se apropriaram do pensamento liberal, na esperança de compreender sua realidade social. A solução desse problema estaria no estabelecimento de um Estado forte e centralizado, como vimos anteriormente.

Para o sociólogo Ricardo Luiz de Souza, seu antiliberalismo contestava os fundamentos do sistema negando a validade da representatividade baseada no sistema eleitoral e partidário, o que chamava de velho constitucionalismo inglês. Diante disso, propõe substituí-la por uma representação resultante do acordo íntimo e espontâneo entre as forças da opinião e seus órgãos[92].

Portanto, para Alberto Torres, a relação da sociedade com o Estado é de dependência. Ela depende da ação do Estado para se organizar, superando e resolvendo seus problemas. O Estado seria um espaço desvinculado de interesses e conflitos de poder (SOUZA, 2015). Este, sendo o tutor da sociedade, criaria um novo tipo de democracia – a democracia social – que substituiria a democracia política do liberalismo.

> A democracia social, sucedendo à democracia política, substitui-se o encargo de formar e apoiar o cidadão – tipo clássico do titular dos direitos políticos – pelo encargo de formar e apoiar o "homem", o "indivíduo", os sócios da nação contemporânea. Formar o homem nacional é o primeiro dever do Estado moderno. (TORRES, 1982a, p. 229)

Diferente de Alberto Torres, que moldou sua crítica ao liberalismo a partir de sua vivência no serviço público, o antiliberalismo de Oliveira Vianna parte de uma perspectiva sociológica que vê a dicotomia entre a formação econômica e social brasileira, e o modelo liberal de Estado.

---

[92]SOUZA, Ricardo Luiz de. **Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, n°13, jan./jun. 2015.

A sociedade brasileira, para Oliveira Vianna, era amórfica e sem espírito cívico, sua realidade social era, portanto, um espaço pouco propício para o desenvolvimento da democracia liberal,tal como acontecera nos Estados Unidos. Oliveira Vianna, assim como Alberto Torres, entendia que o país necessitava de um Estado centralizado e com um executivo forte,representando, assim, o melhor tipo de governo para a realidade brasileira. A democracia liberal,estruturada a partir dos partidos políticos, era incapaz de agregar os interesses do povo, servindo apenas para atender interesses de pequenos grupos oligárquicos no poder.

Segundo Ângela de Castro Gomes (2010), essa crítica tem suas raízes após a crise de 1929[93]. Segundo a autora, a ideia de igualdade liberal, fundada na equidade política do indivíduo-cidadão portado de opinião, vai ser contestada para se defender uma "desigualdade natural" dos seres humanos, que, justamente por isso, não podiam ser tratados da mesma forma pela lei.

> O modelo de cidadão liberal, até então definido como possível, mas no caso do Brasil inexistente, tornava-se uma completa ficção, bem como os procedimentos e as instituições a ele associados: eleições, voto, partidos políticos, parlamentos etc. (GOMES, 2010, p. 214).

No Brasil, a ideia de uma maior intervenção do Estado nos assuntos econômicos e sociais gerou uma divisão entre Brasil "real" e um Brasil "legal". Essa forma esquemática de "dois brasis", como vimos, aparece tanto em Azevedo Amaral, como em Oliveira Vianna.

Essa dicotomia em Oliveira Vianna trata justamente da questão da importação do modelo político liberal para o país. A ideia fundamental era de que a realidade brasileira e latino-americana, por terem um passado colonial, eram totalmente incongruentes com as diretrizes institucionais do liberalismo e sua forma de organização política.

Para Oliveira Vianna, a realidade brasileira fundamentava-se em padrões de autoridade tradicionais e personalizados, os quais nossa organização política-jurídica ignorava e desprezava, conduzindo o país a um caos político. Segundo Ângela de Castro Gomes (2010), Oliveira Vianna se insere em uma tradição de pensamento que analisa a realidade brasileira a partir de modelos dicotômicos, tais como: real x legal; insolidarismo x solidarismo; descentralização x centralização; privado x público; tradição x modernidade, etc.

---

[93] GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil**. In: A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América latina, volume II. Org. Denise Rollenberg e Samantha Quadrat. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 37-70.

Azevedo Amaral compartilhava das mesmas ideias de Oliveira Vianna em torno da crítica antiliberal. Os imperativos liberais, em especial a democracia representativa e sua fragmentação política, representavam os principais empecilhos para a criação de uma consciência nacional.

O liberalismo era visto como um produto importado que não se adequou às especificidades da realidade brasileira. Para Azevedo Amaral, o liberalismo só funcionaria na ambiência social da Inglaterra e em países anglosaxões por existir, segundo ele, uma unidade étnica, mas, sobretudo, uma mentalidade política em comum.

Os pressupostos da democracia liberal com partidos políticos, eleições, parlamento e legislativo estariam em consonância com aquela ambiência social. No Brasil, por não existir tais condições, não seria possível uma experiência liberal. O complexo processo da formação brasileira, que teve um passado colonial baseado em mistura das raças, impossibilitaria haver uma mentalidade em comum. O liberalismo é visto como uma figura caricata, na medida em que os ideais de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, advindos da Revolução Francesa, eram incongruentes com uma sociedade que ainda vivia em um contexto marcado pela colonização e escravismo.

Azevedo Amaral possuía um grande conhecimento da teoria liberal e de suas práticas, centrava sua crítica a partir das mesmas discussões que se passava nos países ocidentais acerca da crise do liberalismo clássico. A questão central era a demonstração de que existem governantes e governados; indivíduos mais e indivíduos menos interessados na atividade política, e, sobretudo, a ideia de que existem indivíduos capazes de apreender a totalidade social ao lado de uma maioria que não a compreende ou apenas tem uma percepção difusa e rarefeita.

Essa consciência das desigualdades inerentes à igualdade formal, pressuposta nos direitos políticos liberais, levou toda uma geração de intelectuais, tanto no Brasil, quanto em outros países, a duvidar da sua própria capacidade de entender o mundo de maneira objetiva e realista.

Para Azevedo Amaral, o problema central da teoria liberal se refere ao problema da representação política.O Estado Novo teria criado um novo conceito de representação democrática que se consolidou na constituição de 1937 e que o diferenciava das constituições de 1891 e 1934.

A democracia liberal aparece nestas apenas como um dispositivo retórico e demagógico, não tendo eficiência em suas práticas. O novo regime criou um novo conceito de

representação, na medida em que teria pensado a identificação total da sociedade com o Estado[94].

> Essa união indissolúvel entre a coletividade nacional e a organização estatal é que torna o conceito de representação a base fundamental, necessária e insubstituível do regime democrático. Onde o Estado não é a expressão orgânica da representação autêntica da Sociedade não há democracia. Ampliando a formula restrita dos primeiros democratas da Inglaterra medieval, que afirmavam não poder haver tributação sem representação, resumiremos o critério identificador do regime de que nos ocupamos dizendo que sem representação não há democracia (AMARAL, 1981, p. 111)

Partindo dessa perspectiva, a democracia liberal teria reduzido a ação do Estado a um instrumento especializado da sociedade. O Estado funcionaria como um aparelho cuja sua função principal seria estabelecer uma harmonia entre os interesses e as iniciativas individuais apenas no âmbito jurídico e policial. Assim, o Estado da teoria liberal se restringia a um órgão que ocupava, em relação à sociedade, uma posição secundária e subalterna.

Azevedo Amaral afirmava, portanto, que a tendência do pensamento político de sua época se inclinava no sentido de pensar uma maior coincidência entre o Estado e a sociedade.Entretanto, isso levou a certos extremismos que acabaram criando distorções nessa relação. Criou-se a ideia de um Estado totalitário que passou a atribuir ao Estado todas as funções da sociedade. Segundo Ângela de Castro Gomes (1982):

> A construção do projeto político do novo Estado Nacional pode ser analisada a partir da proposição de uma crítica dirigida tanto as formas de governos liberais quanto às experiências totalitárias, quer as comunistas, quer as fascistas. Estes dois tipos"clássicos" de Estado seriam ambos desumanos, apartados das reais necessidades vitais do homem em sua universalidade, e no caso do Brasil, também por sua especificidade histórico-cultural. O Estado liberal pecava porsua omissão, espectador que era dos conflitos sociais e das carências materiais e espirituais da população de um país. Racionalista e universalista, o Estado liberal tratava o homem como uma verdadeira abstração conceitual, transformando o seu mito do "cidadão soberano" na realidade terrível de um indivíduo que morre de fome (p. 124)

Criou-se dois extremos: de um lado, o Estado liberal, que funcionaria apenas como um regulador das atividades individuais, e, de outro, um Estado totalitário identificado com as ideologias comunistas e fascistas, que absorvia toda a realidade social. Tanto o Estado liberal, como o Estado totalitário corresponderiam a conceitos igualmente fictícios e utópicos da correlação entre a sociedade a organização estatal.

---

[94]AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional.** Brasília: Câmera dos Deputados: Ed.Univ. Brasilia, 1981.

> No caso do Estado baseado no princípio individualista, a teoria não leva em conta a existência da Sociedade como fato real e concreto, pois abstrai de uma série de fenômenos complexos que caracterizam o dinamismo social e cuja repercussão no funcionamento e no sentido da maquinaria estatal não pode deixar de ser considerada. O conceito do Estado totalitário é viciado pelo erro oposto, que consiste em eliminar a realidade irredutível representada pela personalidade humana, entre cujas manifestações se encontram atividade de caráter psicológico e de natureza material, sobre as quais o controle estatal não se justifica e, quando exercido sob a pressão de imperiosos motivos de interesse coletivo, deve ser muito moderado e discreto. (AMARAL, 1981, p. 112)

Para Azevedo Amaral, no Estado liberal, a população não podia ter contato com a organização estatal, senão por meio dos partidos políticos. Não havia no regime liberal-democrático a identificação da sociedade com os aparelhos de Estado. O sistema representativo fazia com que o Estado fosse um instrumento de poder a mando do partido que conseguiria vencer a eleição. Portanto, na ótica de Azevedo Amaral, a nação nunca poderia se identificar com o Estado porque era apenas um instrumento de um grupo social em que o partido vencedor seria o órgão máximo de sua expressão e representação política.

O Estado Novo,por sua vez, por ser um Estado nacional, comportaria todos os indivíduos e todos os grupos sociais que passariam a ser identificados como parte integrante e unida a organização estatal.

Entretanto, as alternativas ao modelo de Estado liberal, propostas tanto por Azevedo Amaral, quanto por Alberto Torres e Oliveira Vianna, convergiam para uma ideia de Estado nacional que buscava colocar as liberdades individuais, tanto de pensamento, como de ação, no âmbito do autoritarismo. O problema da representação política seria sanado a partir do pressuposto de que o Estado Nacional, apoiado no autoritarismo, representaria, de maneira objetiva, os interesses tanto privados, quanto públicos, a partir de uma nova relação entre sociedade e organização estatal.

2.4 A Ideologia de Estado e a democracia autoritária

Dando seguimento à argumentação, esse item discutirá duas "ideias comum" pensadas pelos intelectuais em questão a partir da crítica antiliberal. A necessidade de criar uma ideologia em prol do fortalecimento do Estado, bem como a busca de uma nova forma de representação política que se traduziu em uma democracia autoritária. Ideologia de Estado e democracia autoritária eram os elementos fundamentais para a organização do regime. Elas eram as alternativas ao Estado Liberal ausente esua democracia política que não se adequava ao meio brasileiro.

Segundo Bolívar Lamounier (1983)[95],esses intelectuais produziram uma série de livros de cunho ensaístico dotados de uma perspectiva histórico-sociológica que teciam suas análises na crítica do passado liberal brasileiro, buscando alternativas para substituí-lo. O objetivo central dos escritos desses intelectuais era persuadir, principalmente a elites políticas e culturais da época,acerca de um projeto ou modelo alternativo de organização político-institucional que se adequasse às especificidades do meio brasileiro.

Essa tradição de pensamento foi, na perspectiva de Lamounier (1983),responsável por produzir, a partir dos anos de 1930, o que ele chamou de "Ideologia de Estado", isto é, o Estado como órgão máximo da Nação. De acordo com o autor,a transformação do pensamento político desse período deve ser entendida como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado, como princípio tutelar da sociedade. A Ideologia de Estado se referia a um modelo que se ajustaria ao pensamento desses intelectuais, na medida em que poderia ser vista como uma construção intelectual que sintetizaria e daria uma direção prática àquelas ideias.

O termo Ideologia de Estado é usado para Lamounier (1983) para acentuar o contraste à outra ideologia, a do mercado, fundamentalmente do modelo liberal. No modelo

[95] LAMOUNIER, Bolivar**. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República**. In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização Brasileira. Tomo III. Vol.II. São Paulo: DIFEL, 1983.

liberal, o Estado é teorizado em função do mercado, como parte dele, ou como seu pressuposto. A Ideologia do Estado seria um modelo que ajudaria a apreender a questão crucial daquele momento,que era a respeito da organização do poder no país.

A Ideologia de Estado, de acordo com o autor,parte dos seguintes pressupostos fundamentais: predomínio do princípio "estatal" sobre o princípio de "mercado", visão orgânico-corporativa da sociedade, objetivismo tecnocrático, visão autoritária do conflito social, não organização da "sociedade civil", não mobilização política, elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política e o Estado enquanto o "leviatã benevolente". Assim, a Ideologia de Estado legitimaria a autoridade como princípio tutelar da sociedade. Essa ideologia fundamenta-se em uma visão orgânica da sociedade, de acordo com a qual a harmonia do todo depende da diferenciação e complementaridade funcionais de seus órgãos, grupos, classes e profissões. A mudança da sociedade exigiria, segundo esse princípio, a existência de um cérebro ou poder coordenador: o Estado.

Para Ângela de Castro Gomes (1982), o interesse público – que se contrapõe aos interesses regionais – o bem comum, passa a ser definido no campo das novas questões econômicas e sociais que exigiam a atenção e a intervenção do poder público. A autoridade liberal, estava, portanto, deslegitimada, na medida em que não conseguia identificar e nem resolver os problemas centrais do país.

Criou-se, a partir da crítica antiliberal,um novo ideal de democracia. Alberto Torres e Azevedo Amaral partem do pressuposto de que esse ideal de democracia não seria político, mas social, e só seria alcançado mediante práticas autoritárias.

Em Alberto Torres, esse elogio da autoridade se dá a partir da crítica do parlamentarismo inglês e no elogio do presidencialismo:

> O parlamentarismo é a antítese da organização, e do governo consciente e forte; é o regime da dispersão, da vacilação, da crise permanente.O Brasil carece de um governo consciente e forte, seguro de seus fins, donde sua vontade, enérgico e sem contraste. Este governo só o regime presidencial lhe pode dar (TORRES, 1982,p. 247).

Alberto Torres parte de uma orientação positivista que entende que o caminho do futuro da nação depende de uma racionalidade de Estado.

> Fundar o Estado, como órgão da vida social das nações, e fundar o órgão mundial de equilíbrio entre as nações, para, encerrando-se de vez o ciclo da evolução humana que veio, até ao presente, dirigido pelos impulsos da emotividade, encetar-se a evolução das sociedades, dirigida pelo sentimento e pela razão (TORRES, 1915, p. 40).

Azevedo Amaral, por sua vez, entende que o Estado Novo criou uma nova democracia social, na medida em que teria garantido as liberdades individuais. Essa nova democracia envolveria uma organização hierárquica da sociedade. Segundo ele:

> Supor que a democracia se baseie na igualdade real e prática das unidades componentes do corpo social é uma idéia não somente ilusória em contradição com a realidade objetiva, mas também irreconciliável com o conceito de uma organização nacional concretizada na existência do Estado (AMARAL, 1981, p.104).

Surge, assim, o conceito de democracia autoritária que redefinia a ideia de igualdade. Essa nova democracia adotaria um conceito de "igualdade de oportunidades" que seria distinta do conceito de "igualdade dos indivíduos", inerente à democracia política do liberalismo.

No regime liberal, os conceitos de liberdade e igualdade são inerentes aos seres humanos. A liberdade e a igualdade são pensadas como atributos desde o nascimento, quando os indivíduos são posicionados em uma mesma ordem natural. Nesse sentido, os homens, sendo livre e iguais, seriam também responsáveis por seus interesses individuais. Portanto, o conceito de liberdade assume no liberalismo um caráter privado, isto é, separado do âmbito público (GOMES,1982).

Azevedo Amaral se posicionava no espectro da ideologia de Estado, baseando suas críticas justamente nessa concepção de natureza humana que fundamenta o conceito de liberdade do liberalismo. A crítica aponta que o processo que elege igualdade política entre os indivíduos desvinculou-se de critério de justiça e, portanto, escondeu a existência das desigualdades naturais entre os homens.

Segundo Ângela de Castro Gomes (1982), essa nova perspectiva partia da constatação da inexistência de uma situação de igualdade de condições ou igualdade de oportunidades, no dizer de Azevedo Amaral. A grande falha do liberalismo com esse ideal de igualdade e não-intervencionismo foi esconder profundas desigualdades sociais. Segundo a autora:

> O que a experiência de mais um século de liberalismo comprava era justamente que a primazia da liberdade e da igualdade formal não resolvia os mais urgentes problemas do homem. Portanto, outro deveria ser o ideal da democracia moderna, da verdadeira democracia preocupada com a revalorização do homem, tanto em sentido material quanto espiritual (GOMES, 1982, p. 129).

Para esses intelectuais, a nova democracia se estabeleceria através do critério de "justiça social", entendido aqui no sentido de colocar todos os indivíduos em igualdade perante a nação. A nova democracia autoritária seria moderna e realista, e não se construiria através do universo político, mas pelo enfrentamento de uma nova gama de questões econômicas e sociais.

A democracia seria,então, a conquista do bem comum e do bem-estar do povo com a distribuição de justiça social. Assim, a nova democracia brasileira deixaria de ser puramente política para ser uma democracia social, econômica e antiliberal.

A democracia autoritária se inicia no momento em que se critica o conceito de igualdade natural e de liberdade do regime liberal. Trata-se de buscar novas soluções políticas em função do caráter, ideia e/ou sentimento nacional de cada povo, levando em consideração sua formação sócio-histórica. O sistema representativo fundado no sufrágio universal seria totalmente ineficiente e ilusório por ignorar questões de ordem sócio-históricas da formação brasileira.

Oliveira Vianna, em *Instituições Políticas Brasileiras*, adverte justamente ao fato de que o sufrágio universal do liberalismo é utópico em relação à realidade brasileira[96]. Para ele, assim como para Azevedo Amaral, o sufrágio universal depende da realidade sócio-histórica no qual é aplicado. Segundo ele, nunca tivemos em nossa história uma democracia igualitária, nossa tradição democrática sempre foi revestida de autoritarismo:

> Nós, na verdade, nunca tivemos governo praticamente democrático. Pelo menos nos ensina a nossa tradição histórica, fomos sempre governados- na Colônia e no Império – oligarquicamente. O nosso povo-massa, o povo da *grass root polítics*, realmente nunca governou: Sempre recebeu de cima, do alto - da Corte fluminense ou das metrópoles provinciais – a lei, o regulamento, o código, a ordem administrativa, a cédula eleitoral, a chapa partidária. No período colonial, os governantes vieram sempre de fora – salvo os das câmaras municipais; estes mesmos eram saídos – como vimos - de uma elite rica. No império não houve também democracia de massa: era uma elite titulada e rica, de base feudal, que – do Rio e dos centros metropolitanos provinciais – ditava o governo ao povo-massa até ao interior dos sertões. Só na República, tentamos a democracia do povo-massa pela constituição dos governos municipais, estaduais e central por eleição direta e pelo sufrágio universal. Mas o que se sabe e o que se viu: o absenteísmo eleitoral, que já estudei alhures, de a resposta cabal à utopia do nosso marginalismo político (VIANNA, 1999, p. 482).

Para Oliveira Vianna, a democracia liberal e o pressuposto do sufrágio universal pregavam a ideia de um eleitor idealizado, educado e com alguma instrução cívica. Ao contrário de Azevedo Amaral, que buscou legitimar essa nova democracia autoritária e a

[96] VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras.** Brasília: Senado Federal, 1999.

crítica do sufrágio universal na sua correlação com o analfabetismo da grande massa da população, Oliveira Vianna parte da distinção entre capacidade democrática e alfabetização.

Segundo ele, a questão do analfabetismo tem muito pouco a ver com a capacidade política de um povo. Para ele, o que se precisa fazer é preparar o povo não para dar uma "educação profissional", mas para agir civicamente para a democracia. O grande problema da "formação do eleitor" seria justamente o idealismo democrático igualitário em que se presumia a ideia de um eleitor já formado. Portanto, a grande questão para Oliveira Vianna era como fazer isso e como pensar uma democracia para o eleitor real brasileiro.

> Nunca tomamos por base do sistema democrático ou do sistema eleitoral o nosso eleitor real – filho do nosso meio e da nossa história, vivendo, encolhido e retraído, dentro do seu tradicional complexo de inferioridade, disperso e largado ai pelos sertões, pelos campos, pelos planaltos, pelos tabuleiros, pelas coxilhas, pelas cidades, povoados, arraias, aldeias, "currutelas", "patrimônios", fazendas, estâncias – como jeca, caipira, vaqueiro, camarada, colono, meeiro, peão, etc. Deste eleitor real, de carne e osso – preso pela tradição imemorial aos clãs dos coronéis, dos chefes de aldeias, dos senhores feudais dos municípios – e que forma a maioria do eleitorado nacional; deste eleitor de carne e osso ninguém cogita quando legisla; neste não se pensa: - este eleitor não existe para os nossos constitucionalistas, nem para nossos legisladores de códigos eleitorais! (VIANNA, 1999, p.487)

Wanderley Guilherme dos Santos considera que há um "autoritarismo instrumental" em Oliveira Vianna[97].O autoritarismo seria um instrumento transitório que teria como intuito instruir uma sociedade capaz de dar suporte às instituições liberais autênticas. Isso tem a ver com a questão apontada anteriormente, que se refere à distinção entre democracia e alfabetização:o povo precisaria ser educado para o civismo para poder conseguir participar de uma democracia liberal. Entretanto, necessitava passar por uma democracia autoritária transitória. Segundo Wanderley:

> Em 1920, Oliveira Vianna expressou pela primeira vez, tão clara e completamente quanto possível, o dilema do liberalismo no Brasil. O Brasil, continua, não possui uma sociedade liberal,mas, ao contrário, parental, clânica e autoritária. Em consequência, um sistema político liberal não apresentará desempenho apropriado, produzindo resultados opostos aos pretendidos pela doutrina. Além do mais, não há caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir do estágio em que encontra até torna-se liberal. Assim, concluiria Oliveira Vianna, O Brasil precisa de um sistema político autoritário cuja programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal. Em outras palavras, seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal. (SANTOS, 1978, p. 93)

[97] SANTOS, Wanderley. Guilherme. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

Azevedo Amaral, por sua vez, defendeu a ideia da eleição indireta, em que se escolhe um número limitado de sujeitos que irão eleger membros das assembleias políticas. Essa perspectiva estaria ao alcance da grande massa da população, que poderia escolher, através dos colégios eleitorais, os verdadeiros representantes do povo.

Nesse sentido,"O Estado Novo é essencialmente uma organização de tipo incontestavelmente democrático. A adoção do princípio autoritário como postulado básico da organização estatal não contradita a fisionomia democrática do regime" (AMARAL, 1981. p.106).A Ideologia de Estado pautada na perspectiva autoritária seria perfeitamente compatível com a democracia, pois não existiria antagonismo.

Essa nova democracia social adotada pelo Estado Novo possibilitaria a relação perfeita entre a sociedade e o Estado.

> O golpe de Estado de 10 de novembro, protegendo o Brasil contra os perigos imediatos que a demagogia estimulada pela campanha da sucessão presidencial ameaçava precipitar, salvou também o regime democrático, evidentemente o único compatível com as condições da realidade nacional e com os imperativos das tradições brasileiras. O estilo do Estado Novo define-se por duas características inconfundíveis. É democrático e é nacionalista. E somente corresponde à idéia nacional por ser democrático(AMARAL, 1981, p.107).

A Ideologia de Estado fundamentou-se a partir de um novo tipo de democracia. O autoritarismo se legitima e se apresenta enquanto "democracia social" através da crítica da "democracia política" do liberalismo. Para esses intelectuais, a Ideologia de Estado e sua nova democracia autoritária surgem como uma nova racionalidade política que faria a relação perfeita entre Estado e Nação. O nacionalismo autoritário se inicia a partir dessa nova racionalidade que coincidiria e se ajustaria com os antecedentes sócio-históricos do país.

O nacionalismo autoritário do Estado Novo conseguiu criar essa nova racionalidade política, na medida em que pregava seu ajustamento à realidade nacional. O Estado, a partir dessa perspectiva, se afastaria tanto do modelo individualista do liberalismo, quanto do modelo coletivista do totalitarismo. O Estado Novo teria encontrado o equilíbrio perfeito entre as duas perspectivas: individualista e coletivista.

Com a nova redefinição do conceito de liberdade, há nova demarcação da esfera dos direitos e dos interesses do indivíduo em obediência às injunções do bem coletivo. Cria-se uma esfera de liberdade para o indivíduo que não se sobreponha, entretanto, aos interesses do coletivo. Na ótica de Azevedo Amaral, o Estado Novo não restringiria nenhuma liberdade, mas mediaria as liberdades de cada um a partir da definição de certos parâmetros que não comprometessem a "eficiência" da organização nacional. Segundo ele:

> Para que se possa compreender claramente o sentido da liberdade assegurada ao indivíduo, na ordem política vigente no Brasil, é preciso examinar a própria essência do conceito que ocupamos [..] Em tais circunstâncias, que são precisamente as que nos deparam no regime atual, a liberdade individual tem forçosamente de coincidir com a capacidade de exprimir a sincronização da ação do indivíduo com o ritmo da vontade coletiva e com os interesses nacionais. A verdadeira liberdade, qual a entendemos em uma organização do tipo autoritária, pode ser definida como equivalente ao exercício normal e sadio das aptidões e faculdades do indivíduo dentro da órbita de atividade de todo o gênero que ele tem a desempenhar na realização de sua função social de elemento componente da entidade nacional, cujo órgão de expressão ativa é o Estado (AMARAL, 1981, p. 151).

A redefinição do conceito de liberdade estabelece uma nova relação entre Estado e Indivíduo. A vontade nacional expressa pela autoridade do Estado e a esfera da liberdade do indivíduo obedeceria a uma lógica de "harmonia" que tem como pressuposto não deixar que se crie "desvios" da ação individual em detrimento do interesse comum.Logo, o Estado teria que, em suas atribuições, evitar a ocorrência de desarmonias e conflitos entre o âmbito coletivo e individual. Individualismo e coletivismo só fazem sentido se estiverem dentro da esfera do bem público.

É justamente nesse ponto que se cria uma espécie de "solidariedade nacional". Em Azevedo Amaral, essa solidariedade, ao ser aplicada no âmbito político e principalmente econômico, levaria, em última instância, a uma lógica corporativa da sociedade.O corporativismo, como aludimos anteriormente, surge exatamente nesse ponto, ao pregar um reajustamento das liberdades individuais às injunções do sistema, cujo funcionamento depende da subordinação dos elementos que o compõe a certas condições pré-estabelecidas.

A nova democracia autoritária exigia a coordenação das iniciativas e das atitudes individuais sob o ritmo do bem comum da nação. É nesse momento que surge a ideia do corporativismo, pensado aqui como o produto final do nacionalismo autoritário do Estado Novo.

2.5 O corporativismo: a síntese do nacionalismo autoritário

Nesse item dissertamos sobre a lógica corporativista pensada por Azevedo Amaral e Oliveira Vianna. Consideramos que o corporativismo surge na mentalidade desses autores como a organização ideal de sociedade que faria a aliança entre o Estado, as elites e o restante da população. Para esses autores, o corporativismo é o resultado final pregado pela ideologia nacionalista do Estado Novo e também a forma ideal de organização e funcionamento do Estado. Alberto Torres, por sua vez, não chegou a conceituar o corporativismo, no entanto, suas ideias serviram de base para as futuras formulações teóricas sobre o mesmo[98].

O nacionalismo autoritário se baseou na crítica antiliberal e na criação de uma ideologia de Estado que o colocava como expressão máxima da Nação. Tal ideologia, como dissemos anteriormente, se legitimou e se fundamentou a partir de uma nova racionalidade política que se expressou no conceito de democracia autoritária. A nova democracia, por sua vez, teria como característica fundamental equacionar a relação entre o Estado e a sociedade.Em Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, ela seria uma "democracia social" que substituiria a "democracia política" do liberalismo, pois se encaixaria à realidade e à formação sócio-histórica do país. Evidentemente,como vimos, cada um pensou por uma perspectiva, seja enquanto "mudança",como Alberto Torres, "transição", em Oliveira Vianna, ou "eficiência", em Azevedo Amaral.

José Luis Bendicho Beired (2007)chamou essa nova democracia autoritária de "orgânica".Ela representava uma contraposição à democracia liberal, considerada "atomística" por levar em consideração apenas os interesses individuais. De acordo com o autor, o corporativismo surge como tema no campo intelectual dos anos trinta, como a resposta para a implementação dessa "democracia orgânica". Nessa concepção,a sociedade não é composta primordialmente de indivíduos, mas por grupos naturais cuja representação política deveria ser realizada por corporações. Esses grupos naturais deveriam ser organizados

[98] Ver: SOUZA, Francisco Martins. **Raízes teóricas do corporativismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1999.

em um número limitado de corporações não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas.

As corporações deveriam ser reconhecidas e licenciadas, quando não criadas pelo Estado, que também teria o direito de exercer determinado grau de controle sobre elas (BEIRED, 2007).

Para João Alberto Pinto da Costa (2013)[99], foi nesse período de 1937 a 1942que surgiu uma classe de "gestores" composta por civis, militares e intelectuais que elaboraram discursos e práticas ideológicas acerca do corporativismo. Na sua perspectiva, a *intelligentzia* brasileira daquele período poderia ser definida a partir de um "nacionalismo corporativista". Ainda segundo o autor, corporativismo foi a marca fundamental da perspectiva ideológica dos "gestores-tecnocratas" do período. Entre as décadas de 1920 e 1940, a institucionalidade teórica e prática do corporativismo foi uma marca ideológica que se consagrou como alternativa ao liberalismo e ao comunismo. Na sua perspectiva, o corporativismo foi uma alternativa à luta de classes imanente às sociedades de livre mercado e ao comunismo.

Ângela de Castro Gomes (2005)[100] parte da mesma perspectiva de Luis Bendicho Beired (2007) ao mostrar que o corporativismo estava intimamente ligado à nova democracia autoritária criada pelo Estado Novo. Segundo ela:

> A nova democracia não dispensava formas de representação adequadas às novas funções dos governos modernos, voltados para o interesse nacional. Tais funções eram, acima de tudo, de natureza técnica, donde a importância da criação de órgãos representativos da vida econômica do país, que podiam, como interlocutores válidos, exprimir a vontade geral/popular Os novos mecanismos representativos, portanto, teriam que ser órgãos técnicos e corporações que exprimissem as verdadeiras vivências dos vários grupos sociais, articulando-os e consultando-os a partir de sua experiência direta no mundo do trabalho, isto é, de seus interesses profissionais. (GOMES, 2005, p. 112)

O Estado, na sua lógica corporativa, juntamente com a ideologia de Estado, eram as duas pedras de toque na nova democracia autoritária (GOMES, 2005). Era uma tentativa de modernizar a política brasileira reinventando as fronteiras dicotômicas entre o público e o privado.

Na nossa perspectiva, a ideologia de Estado e a nova democracia autoritária, juntamente com o corporativismo, funcionavam como os fundamentos essenciais do

---

[99] PINTO, João Alberto da Costa. **O nacionalismo corporativista de Caio Prado Júnior.** Goiânia: Cânone Editorial, 2013.

[100] GOMES, Ângela de Castro. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005.

nacionalismo autoritário do Estado Novo. Criar uma nacionalidade juntamente com uma nova forma de representação política era o ideal comum para esses intelectuais.

A nova representação política deveria fazer a junção perfeita entre o Estado e a sociedade, levando em consideração as especificidades de sua formação sócio-histórica. Para isso, precisou-se criar uma ideologia de Estado que pregava o fortalecimento do executivo e do poder central, sendo o próprio Estado o mediador dos interesses e dos conflitos entre os grupos sociais.

Essa ideologia de Estado se concretizou a partir de um autoritarismo revestido de uma "democracia social". Essa nova democracia autoritária se estabeleceu, por sua vez, através de um projeto corporativista de sociedade.

Luis Bendicho Beired (2007) apresenta um panorama bastante pertinente de diferenças teóricas do corporativismo brasileiro que estavam relacionados aos pólos ideológicos do campo intelectual discutidos anteriormente: católico, fascista e autoritário.

A corrente católica defendia a criação de um Estado "ético corporativo" apoiada nos princípios da moral católica. O Estado deveria se apoiar na representação de grupos naturais como a família, associação profissional, escola e igreja. Esses grupos seriam os depositários concretos da soberania política emanada do criador. Essa perspectiva procurava manter o "Estado cristão" distante tanto do liberalismo, quanto do totalitarismo, pois, nas duas situações, a origem do poder divino, bem como o papel dos grupos naturais não eram reconhecidos.

A corrente fascista, representada principalmente pelos integralistas, partia de outros pressupostos.De acordo com o autor, os integralistas negavam o princípio da soberania popular mediante a ressignificação do conceito de democracia ao reafirmarem uma "democracia concreta" que permitisse a integração orgânica da sociedade nos assuntos públicos. Ao contrário da democracia liberal, que se apoiava em um homem cívico, a democracia concreta ou integral do integralismo enfocava o homem na sua totalidade: ser biológico, político, econômico, cultural e religioso (BEIRED, 2007).

O corporativismo, na perspectiva autoritária, teve, em Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, sua maior expressão. Ambos se afastaram tanto da concepção espiritualista, quanto fascista, pois a criação de uma nova representação política advinha fundamentalmente em função da desarticulação entre a política e a sociedade brasileira.

Oliveira Vianna produziu, ao longo dos anos de 1930 e 1940, textos que procuraram demonstrar a lógica de uma sociedade baseada no corporativismo. Para ele, uma nova organização corporativa era a melhor forma institucional de estabilizar a ordem político-social

e promover o desenvolvimento econômico do país, cujo paradigma era o mundo urbano-industrial. Esse corporativismo envolvia,assim, indissociavelmente, uma teoria do Estado e um modelo de organização sindical como pontos de partida para a organização da própria sociedade (GOMES, 2005).

Segundo Luis Bendicho Beired (2007), Oliveira Vianna pensou uma democracia que significava um regime de "opinião pública organizada", algo inalcançável no Brasil pelos meios tradicionais defendidos pelos políticos e intelectuais liberais, uma vez que, no país, a maior parte do eleitorado era rural e, portanto, vítima da ignorância e do poder dos chefes políticos locais. Para o autor, Oliveira Vianna buscava inspiração no que denominava "idealismo orgânico" em contraposição ao "idealismo utópico" da doutrina liberal para a consecução de um país moderno nas suas várias dimensões.

Ângela de Castro Gomes (2005)enfatiza que a base desse modelo corporativista se dava na ampliação da participação do povo, organizado em associações profissionais, que respondia ao problema da incorporação de novos atores à esfera pública, o que era, segundo Oliveira Vianna, inviável segundo as práticas liberais, parcialmente institucionalizadas e incompatíveis com a realidade nacional.

Nesse sentido, tais associações precisavam ser estimuladas e reconhecidas legalmente pelo Estado para exercerem funções efetivas de canalização e vocalização dos interesses de um determinado grupo social. Segundo Luis Bendicho Beired (2007), Oliveira Vianna:

> Considerava que o parlamento e os políticos mostravam-se incapazes de lidar com as exigências administrativas e técnicas dos governos contemporâneos, o que seria superado pela criação de conselhos técnicos. Integrados por representantes das classes produtoras, os conselhos seriam a principal instância governamental investida de competência para lidar com as novas demandas do mundo. Expressão da sociedade organizada em corporações, os conselhos assumiriam de modo crescente as funções dos parlamentos políticos, condenados a um papel residual no futuro. Tais idéias, desenvolvidas entre os anos dez e vinte, seriam complementadas no livro Problemas de Direito Corporativo (1938), segundo o qual o Estado deveria delegar poderes legislativos não apenas aos conselhos técnicos, mas também às organizações sindicais e aos tribunais do trabalho. A ampliação da perspectiva inicial refletia o papel de Oliveira Vianna como principal mentor da legislação trabalhista, e evidenciava o quãorestrita era a sua concepção de participação da sociedade nos assuntos públicos (BEIRED, 2007, p. 145).

A nova democracia autoritária negava o dissenso; o espaço público era definido como uma área de canalização de interesses privados que se exprimiam organizadamente sob a tutela do Estado. Segundo Ângela de Castro Gomes (2005), não se tratava de eliminar a

diversidade de interesses da realidade social, mas sim a premissa de suas contradições pela afirmação do papel diretivo do Estado.

> Assim, o modelo corporativista proposto pode ser entendido como bifronte –estatista e privatista–, embora claramente controlado (e não apenas presidido) pelo Estado que, autoritário, impunha a eliminação da competição política entre os atores que dele participavam. O alto grau de subordinação ao Estado e o baixo grau de reconhecimento do confronto entre os interesses demarcam não só a proposta dos ideólogos autoritários, como igualmente a experiência histórica do período, mesmo não havendo inteira coincidência entre ambas. De qualquer forma, é fundamental reter a complexidade do novo arranjo institucional, articulando o público e o privado em uma fórmula que procurava solucionar a tensão constitutiva das relações entre Estado e sociedade no Brasil; entre capital e trabalho (GOMES, 2005, p. 114).

O Estado deveria criar a nacionalidade realizando sua vocação histórica: ser um país industrializado sob liderança de um Estado forte e centralizado, cuja preocupação principal deveria ser o desenvolvimento da economia (BEIRED, 2007).

Para Azevedo Amaral, o Estado deveria atuar na economia e na vida social do país, corrigindo e reajustando os interesses privados e públicos. O Estado, enquanto mediador, deveria reajustar as situações e demandas em prol do interesse coletivo, criando um "equilíbrio de interesses",em que nenhum grupo sairia prejudicado. "O Estado sendo a expressão orgânica da nação, está investido de autoridade absoluta para coordenar, ajustar e equilibrar as correntes de qualquer natureza que se justaponha no jogo do dinamismo social"(AMARAL, 1981, p. 112)

O corporativismo, para Azevedo Amaral, não se veicularia a nenhuma doutrina política e nem corresponderia a nenhuma forma particular de organização. O corporativismo é a noção da subordinação dos interesses e pontos de vistas individuais a um sentido coletivo, o da nação.

Azevedo Amaral traduziu, no mesmo ano de 1938, em que publica o *Estado autoritário e a Realidade Nacional,* o livro *O século do corporativismo*, de Michel Manoilesco. Foi desse teórico que Azevedo Amaral, bem como Oliveira Vianna, se basearam para pensar a ideia do corporativismo.

O livro de teoria política de Michael Manoilesco se baseava na análise internacional e fazia um diagnóstico sobre as questões que abalavam o mundo contemporâneo, principalmente no que se refere às questões econômicas. O século XX seria o século do corporativismo, pois as corporações estavam se tornando as principais fontes do poder do Estado, o órgão "originário da soberania do povo", elemento central da nova democracia

autoritária. Precisava-se conhecer, portanto, a "realidade nacional" que seria "reorganizada" em face às transformações mundiais na política, na sociedade e na economia. Para Azevedo Amaral, o Brasil conheceu sua "autentica revolução"; o momento era propício e estratégico para uma "reorganização estrutural" da sociedade e do Estado, que se fariam a partir de uma nova forma de representação política, adotando as diretrizes do corporativismo pregadas do Michael Manoilesco.Azevedo Amaral se inspirava na obra de Manoilesco buscando contextualizar a forma como o corporativismo seria instalado no Brasil, tendo a preocupação de diferenciar o Estado Novo e a democracia autoritária dos regimes totalitários e fascistas.

Essa distinção não era fácil de se fazer naquela conjuntura. Os Estados totalitários podiam ser admirados pelo que traziam de modernização às suas nações,mas, por outro lado, eram criticados em função da total supressão de áreas de liberdade, que se expressavam em duas situações, entendidas como inegociáveis para Azevedo Amaral: a liberdade de iniciativa no campo da economia, o que remetia aos postulados do liberalismo econômico, e a liberdade de cunho cultural, como a religiosa e artística, desde que, evidentemente, não se ferisse a "solidariedade nacional", que devia ser garantida pelo Estado.

Apesar de Azevedo Amaral ter feito a tradução do livro de Michael Manoilesco e ter se inspirado em muitas de suas ideias acerca do corporativismo, ele não se aprofundou de maneira mais enfática na arquitetura do corporativismo tal como Oliveira Vianna.

Segundo Evaldo Vieira (2010), Michael Manoilesco demonstrou uma perspectiva integral do corporativismo[101]. O Estado em si mesmo é corporação com duas categorias de funções: particulares (em que é uma corporação propriamente dita) e de coordenação (que é uma super corporação). A origem dessas duas funções se encontra em outro ponto: a nação. O Estado, sendo uma corporação, tem seu direito sustentado e legitimado nas corporações e em seus membros.

De acordo com o autor, o conceito de corporativismo puro e integral de Michael Manoilesco atribui a máxima presença estatal, principalmente nas questões da fiscalização das corporações. Nesse sentido, o corporativismo de Manoilesco e a ideia de um partido único, tendeu a criar e a legitimar um Estado totalitário do qual Azevedo Amaral e Oliveira Vianna eram críticos.

Em seus estudos sobre a obra de Oliveira Vianna, Evado Vieira (2010) aponta que ele tomava os textos de Manoilesco para ter a oportunidade de legitimar e justificar a ideia do

[101] VIEIRA, Evaldo. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil: (Oliveira Vianna & Companhia).** 3. ed São Paulo: Cortez, 2010.

corporativismo. Era uma leitura orientada, em que uma parte é assumida e defendida, enquanto o resto é relegado ao esquecimento.

> Esta ideia-força (**o corporativismo**) é, sem dúvida, imperativa e de inevitável realização futura; mas, se a interpretarmos sem ortodoxismo, esta ideia não nos poderá levar a uma organização imediata e integral da nossa vida econômica dentro das formas do padrão corporativo, estabelecidas pelos ortodoxistas do sistema, como Manoilesco e Costamagna. Nem seria possível, nem prudente, meter desde logo, e na sua totalidade, o povo brasileiro dentro de uma estrutura corporativa. (VIANNA apud VIEIRA, 2010, p.96-97. Grifo nosso)

Azevedo Amaral e Oliveira Vianna buscaram pensar uma alternativa ao problema da representação política no Brasil. Ambos apostavam em um modelo de Estado que adequaria suas instituições e formas de fazer política à realidade brasileira.

O nacionalismo autoritário foi sintetizado no corporativismo. Ambos os autores partiam das mesmas premissas, com os mesmos referenciais teóricos, mas com leituras e posicionamentos distintos. Ambos se esforçavam em demonstrar que o nacionalismo autoritário do Estado Novo era diferente dos regimes totalitários e fascistas do continente europeu, bem como a melhor alternativa ao regime liberal.

Alberto Torres, por sua vez, não chegou a desenvolver conceitos ou projetar categorias inerentes ao corporativismo, pois se encontrava em um contexto anterior a essas discussões. No entanto, é uma matriz primordial do pensamento nacionalista brasileiro e das futuras discussões em torno do corporativismo. Seus escritos antecederam toda uma gama de discussões sobre o problema da representação política e da ausência de um projeto nacionalista.

O corporativismo brasileiro, enquanto base fundamental do nacionalismo autoritário, apresentava muitas contradições, como aludimos no primeiro capítulo. Segundo Ângela de Castro Gomes (2005), as relações estabelecidas entre a organização corporativa e a autoridade presidencial eram bastante complicadas e, muitas vezes, contraditórias.

As corporações eram concebidas como órgãos com poder de representação, sendo capazes de traduzir o interesse nacional por sua amplitude, realismo e presença em várias instâncias governamentais. Contudo, essa estrutura corporativa só representava o interesse geral, na medida em que abarcava seus membros devidamente articulados e controlados pelo poder público(GOMES, 2005).

De acordo com a autora, a forma de expressão política do interesse nacional, traduzida pelos sindicatos corporativos, surgia através do Estado, que se personificava através da figura do presidente. A autoridade máxima do Estado e do poder público era sintetizada em

uma pessoa: o presidente da república. Essa nova "engenharia estatal" se apresentava e se constituía a partir da criação de um mito político encarnada na figura de "chefe da nação", Getúlio Vargas.

O mito, em seu valor prático, tinha o poder mobilizador que dependia tanto dos elementos irracionais que incorporava, quanto das relações que estabelecia com as experiências imediatas das massas a que se destinava (GOMES, 2005).

> As massas encontram no mito da personalidade, que é constituído de elementos de sua experiência imediata, um poder de expressão simbólica maior do que nos mitos em cuja composição entram elementos abstratos ou obtidos mediante um processo mais ou menos intelectual de inferências ou ilações. Daí a antinomia, de aparência irracional, de ser o regime de massas o clima ideal da personalidade, a política das massas a mais pessoal das políticas, e não ser possível nenhuma participação ativa das massas na política da qual não resulte a aparição de César (GOMES, 2005. p. 115).

O corporativismo, enquanto síntese final do nacionalismo autoritário, tinha como objetivo fazer a reunião perfeita entre as elites e as massas por meio do Estado e do presidente. Elites e massas finalmente seriam reunidas numa comunicação direta e afetiva, sem intermediários.O corporativismo finalmente resolveria o problema da representação política que vivia do país. Desse fato advinha a capacidade incomparável de Getúlio Vargas de se comunicar com todo o povo, que via nele o chefe-guia e o amigo-pai, que vibrava no mesmo compasso de sua família (GOMES, 2005).

O campo intelectual dos anos trinta era bastante heterogêneo e diversificado. Azevedo Amaral e Oliveira Vianna faziam parte de um pólo ideológico desse campo,se posicionando entre os "pensadores autoritários", que buscavam legitimar um projeto político-ideológico a partir do discurso nacionalista.Foi através da ideologia nacionalista que se fundamentou toda uma gama de discussões, ideias e projetos políticos, econômicos, sociais ou culturais, que propunham repensar sobre o problema da governabilidade e da representação política brasileira.

A hipótese que procuramos demonstrar é que o nacionalismo autoritário, principalmente na perspectiva de Azevedo Amaral, se tornou um conceito último em que gravitavam questões centrais e primordiais daquela conjuntura. Esse nacionalismo partia da crítica antiliberal, ao mesmo tempo em que pregava uma ideologia de Estado.A democracia autoritária, que teve como produto final o corporativismo,se fundamentava nesse discurso nacionalista.

Na nossa análise, nacionalismo, autoritarismo e corporativismo eram as questões-chave do campo intelectual das primeiras décadas do século XX. Eles não eram conceitos estanques; ao contrário, se interligavam de muitas maneiras. Para Azevedo Amaral e seuspares, todas essas questões se resumiam em um ideal: criar uma nova representação política que adequasse suas instituições à realidade e à formação sócio-histórica do país.

Esses intelectuais tiveram um papel fundamental no corpo social, principalmente após o movimento da Revolução de 30. Como vimos, várias questões foram pensadas nesse sentido, como a preocupação com o controle das massas, para que se evitasse a eclosão de movimentos oposicionistas ao regime, a crítica ao regime liberal, que já estava em curso na Europa, a necessidade de se pensar uma forma de governo forte e centralizado que pudesse sincronizar a política a realidade nacional do país naquela conjuntura, a necessidade de se criar um pacto político entre o governo e o corpo social por via de uma democracia autoritária e da lógica do corporativismo, que tinham como objetivo o "bem comum" da nação, além de se pensar um série de projetos, como a criação de um novo sujeito, o "homem brasileiro", e adequá-lo à nova realidade nacional que estava sendo construída.

Neste sentido, o controle social se fez através de uma ideologia de Estado forte comandado por um líder carismático que foi capaz de conduzir as massas à ordem. No caso dos países europeus, essa política assumiu diferentes facetas, cada um com sua especificidade inerente à realidade do país, como o regime fascista na Itália, o nazismo na Alemanha, o salazarismo em Portugal e o franquismo na Espanha, que foram constituídos nessa época.

O Estado Novo idealizado e mitificado por esses intelectuais passou a submeter todo o corpo social ao seu domínio, passando a ditar o que deve ou não fazer o indivíduo em seu âmbito privado ou público.O corporativismo faria a aliança entre as elites com o Estado e com o operariado através do discurso do bem da nação, que acabou levando o país a um regime ditatorial.

2.6 Da legitimação do "Estado-Ordem" à legalização do autoritarismo

O nacionalismo autoritário, produzido por Azevedo Amaral e seus pares, acabou se traduzindo, em última instância, em um "Estado-Ordem". O objetivo desse item é apresentar como esse "Estado-Ordem" legalizou certas práticas autoritárias. Não cabe no espaço desse trabalho apontar todas as questões que envolviam a legalização de tais práticas durante o período. Buscamos apenas evidenciar uma parte desses processos de repressão, censura e perseguição política por parte do Estado. Sentimos a necessidade de apontar, mesmo que sumariamente, como esses processos se deram na imprensa e nos meios de comunicação que Azevedo Amaral atuava, que, enquanto colaborador do Estado, estava na outra margem desse processo.

Os discursos nacionalistas fundamentados no autoritarismo garantiam a base de legitimação do Estado Novo. Criava-se um culto ao "Estado-Ordem" que garantiria o progresso e a modernização. O Estado nacional era enxergado a partir da personificação de Getúlio Vargas. Esse mesmo Estado era visto através do prisma de uma "autêntica democracia, isto é, uma "democracia autoritária".

Segundo Adalberto Paranhos (2007)[102], a democracia não se definia, para os intelectuais autoritários, pelos seus meios, mas, sim, pelos seus fins. Nesses termos, Azevedo Amaral dizia que a representação era um postulado fundamental da prática democrática, e que, no caso brasileiro, essa representação se resumia no requisito fundamental do regime democrático, da identificação total do Estado com a Nação.

Sem os partidos políticos da "era liberal" brasileira, a nova representação política,concebida como um dado da situação, poderia, de uma forma mais concreta, expressar-se na coparticipação na direção do Estado, ou seja, um sistema de representação política baseado no corporativismo (PARANHOS, 2007). Para Azevedo Amaral:

> A submissão dócil à autoridade do Estado não repugna, nem pode repugnar, os indivíduos normais, que intuitivamente compreendem que um povo, para se transformar em uma nacionalidade, precisa organizar-se em uma estrutura hierárquica, cuja solidez e funcionamento eficiente exigem a atuação de uma autoridade capaz de tornar-se a força coordenadora e orientadora dos elementos que se justapõem na sociedade. (AMARAL, 1981, p. 155).

[102] PARANHOS, A. **O Roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil.** São Paulo: Editempo, 2007.

Era, portanto, em nome da supremacia do "bem público", do "interesse coletivo", que se condicionaria a ação do "Estado nacional autoritário", justificado e legitimado a partir do discurso de um "partido único" (PARANHOS, 2007).

> O único partido admissível no atual regime é o partido do Estado e, como este se acha identificado com a coletividade nacional, este partido é constituído pela própria Nação. [...] Se a Nação e a organização estatal formam um todo indissolúvel e se o Estado é o órgão da expressão da consciência e da vontade do corpo nacional, é claro que dele deve partir a direção política. Mas, no Estado autoritário, o eixo da sua organização estrutural e o foco da irradiação do seu dinamismo é o próprio chefe da Nação (AMARAL apud PARANHOS, 2007, p. 70)

A edificação de um "Estado- Ordem", portanto, relacionava-se, necessariamente, com a concepção de chefe, transformada em uma categoria fundamental da política, centrada na "concretude" do chefe da nação e em sua pretensa unidade de comando (PARANHOS, 2007).

Segundo Adalberto Paranhos (2007), a vontade política do chefe de Estado funcionaria como elemento da "uniformidade política" e centro de coesão da "unidade nacional". O "clima de ordem" se irradiaria do próprio Estado, seu centro de propulsão. Essa nova ordem era evocada como um alicerce de uma nova organização racional do Estado. Para o autor, o "coroamento da construção desse "Estado-Ordem", baseado, por um lado, na intuição/razão e seu chefe e, por outro, na competência técnica/racional, despontava o Estado Corporativo" (PARANHOS, 2007, p. 74).

O Estado Novo foi pensado e imaginado, portanto, pelos intelectuais da vertente autoritária, não apenas como uma solução realista, mas como a única solução realista possível e necessária. Seu centro de sustentação estava, portanto, corporificado na figura de Getúlio Vargas, um civil que, juntamente comas Forças Armadas do Exército e uma política de massas, conduziu o país a uma ditadura.

Em um artigo publicado em janeiro de 1941 pela revista *Novas Diretrizes*, intitulado "A nacionalização da imprensa", Azevedo Amaral dizia:

> Um dos atos de maior alcance que se integra a política nacionalista desenvolvida pelo presidente Getúlio Vargas durante o último decênio e levada a suas consequências lógicas, depois do golpe construtivo de 10 de novembro é por certo a nacionalização da imprensa. A necessidade de nacionalizar o jornalismo de modo a dar-lhe uma fisionomia isenta dos traços de influência estrangeira, é hoje, universalmente conhecida[103].

[103] AMARAL, Azevedo. "A nacionalização da imprensa". **Novas Diretrizes.** Ano 4, n° 27. janeiro de 1941.p. 9.

Na medida em que se procurava, de todos os meios, seja pela imprensa ou por outros setores, aumentar e divulgar a ideologia nacionalista do regime, houve, no mesmo sentido, um aumento do autoritarismo. Dito de outra forma, o aumento da ideologia nacionalista levava à amplificação de práticas autoritárias.Em outro trecho de mesmo artigo, Azevedo Amaral argumentava:

> Estas considerações são de inexcedível oportunidade neste momento e estamos cumprindo o nosso dever de cidadão e de publicista, chamando a atenção do presidente da república para o fato de que sua nobre e patriótica obra de nacionalização da imprensa está sendo gravemente comprometida, em escala muito maior de que se pode pensar, por manobras tendenciosas, praticadas à sombra de sentimentos de hospitalidade. Nos últimos meses, o Rio de Janeiro, como provavelmente outras cidades brasileiras, está sendo invadida por uma onda que se avoluma com a chegada de cada transatlântico e que é formada pelo aluviãode refugiados vindo da Europa[104].

Durante esse ano, houve diversos editoriais publicados pela *Novas Diretrizes* em que se buscava propagandear, de maneira incisiva, uma nacionalização de todos os setores da sociedade. Evidentemente, isso estava ligado aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e ao perigo de infiltração das ideologias externas como o comunismo.Em outro trecho do mesmo artigo, Azevedo Amaral dizia:

> A simples presença desses refugiados, que paradoxalmente importamos para reforçar as fileiras desorganizadas do comunismo indígena, já seria mal de extrema gravidade. Entretanto, o perigo se torna imensamente maior, porque esses indesejáveis foragidos do seu país para evitar as conseqüências da parte que desempenham na catástrofe de sua pátria, estão se infiltrando no jornalismo brasileiro como colaboradores, e ao se julgar por certas manifestações, até como mentores intelectuais dos nossos homens de imprensa[105].

A natureza desse "Estado-Ordem", apresentado por Azevedo Amaral e por seus pares na imprensa e nos meios intelectuais, era, portanto,autoritária, modernizante, racional e pragmática, ou, como definiu Graciliano Ramos em *Cadérnos do Cárcere*, o Estado Novo era, no máximo, "nosso pequeno fascismo tupinambá".Nessa obra, Graciliano Ramos conta suas memórias e seus traumas e os de tantas outras pessoas que estiveram presas durante o Estado Novo[106]. Graciliano foi preso em março de 1936, acusado de ligações com o Partido

[104] AMARAL, Azevedo. "A nacionalização da imprensa". **Novas Diretrizes.** Ano 4, n° 27. janeiro de 1941.p. 10.
[105] AMARAL, Azevedo. "A nacionalização da imprensa". **Novas Diretrizes.** Ano 4, n° 27. janeiro de 1941. p. 11.
[106] RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere.** 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Comunista.*Cadernos do Cárcere* foi um livro escrito dez anos após os acontecimentos na prisão.

> Restarme-ia alegar que o DIP, a polícia, enfim, os hábitos de um decênio de arrocho, me impediram o trabalho. Isto, porém, seria injustiça. Nunca tivemos censura prévia em obra de arte. Efetivamente se queimaram alguns livros, mas foram raríssimos esses autos de fé. Em geral a reação se limitou a suprimir ataques diretos, palavras de ordem, tiradas demagógicas, e disto escasso prejuízo veio à produção literária. Certos escritores se desculpam de não haverem forjado coisas excelentes por falta de liberdade -talvez ingênuo recurso de justificar inépcia ou preguiça. Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei,ainda nos podemos mexer. Não será impossível acharmos nas livrarias li belos terríveis contra a república novíssima, às vezes com louvores dos sustentáculos dela, indulgentes ou cegos. Não caluniemos o nosso pequenino fascismo tupinambá: se o fizermos, perderemos qualquer vestígio de autoridade e, quando formos verazes, ninguém nos dará crédito. Defato,ele não nos impediu escrever. Apenas nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício (RAMOS, 1998, p. 10).

Segundo Lilian Scharcz (2015)[107], o projeto de uma sociedade autoritariamente controlada pelo Estado envolvia, é claro, o estabelecimento de um sistema repressivo capaz de manter sob controle qualquer atividade oposicionista.O DIP funcionava como um sistemático aparelho repressivo e era peça fundamental de desmobilização e supressão do dissenso.

O DIP, a partir de suas revistas como a *Cultura Política,* não só se encarregou de criar e propagandear uma nova visão de mundo pautado no nacionalismo autoritário, mas interferiu em todas as áreas da cultura brasileira, censurando diversas formas de manifestação artística e cultural, instrumentalizando compositores, jornalistas, escritores e artistas.

Como aponta Maria Helena Capelato (1999), o poder político, nesses casos, conjugava o monopólio da força física e da força simbólica. Tentava suprimir dos imaginários sociais toda a representação do passado, presente e futuro coletivos que fosse distinta daquela que atestasse a sua legitimidade e caucionasse seu controle sobre o conjunto da vida coletiva.

O controle da cultura era feito através do estabelecimento de regras à sociedade que eram legitimadas em nome da justiça, da ordem e da segurança nacional. Maria Luiza Tucci Carneiro (1999)[108] chamou esse processo de "saneamento ideológico". Segundo a autora, como partidários do proibicionismo, as autoridades policiais procuraram hierarquizar as ideias submetendo-as diariamente a um processo seletivo no intuito de purificar a sociedade.

---

[107] SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

[108]CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional** In:Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Págs. 327- 341.

Definiam os limites entre o lícito e o ilícito. Esse ato de saneamento ideológico processou-se com o objetivo de impedir a circulação de ideias rotuladas de perigosas.Como tais, deveriam ser cerceadas por serem “bandidas”, ou seja, por agirem e tramarem contra a ordem imposta.O Dops, Delegacia da Ordem Política e Social criado em 1924, foi bastante utilizado durante o Estado Novo. Sua função principal era homogeneizar o pensamento, pois entendia-se que, na medida em que se diminuísse os riscos de contestação e dissenso, aumentava-se a construção do consenso. Sua ação diária era calcada em constantes relatórios de vigilância domiciliar, busca e apreensão de provas comprometedoras e constantes prisões acompanhadas de intensos interrogatórios registrados como meros “termos de declaração”, perseguindo um único objetivo: dominar pela força, definindo as fronteiras entre o lícito e o ilícito (CARNEIRO, 1999).

Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro (1999), o Dops, durante todo o seu período de atuação, foi responsável, juntamente com o DIP e o Ministério da Educação e Saúde, por atos de saneamento ideológico processados em diferentes categorias. Alimentavam-se atitudes de delação, consideradas por muitos como um “ato de fé”, crentes de estarem servindo à nação em nome da segurança nacional.

Tanto o DIP, quanto o Dops funcionaram como engrenagens reguladoras das relações entre o Estado e o povo,verdadeiras máquinas de filtrar a realidade, deformando fatos e construindo falsas imagens. Romper o cerceamento censório era uma das metas dos intelectuais ativistas que, através de seus livros e ideias, tentaram minar o projeto de hegemonia cultural e dominação política sustentada pelo Estado (CARNEIRO, 1999).

Existia, portanto, nesse campo intelectual, um conjunto de discursos em torno da nação que serviram para legitimar novas racionalidades políticas a partir dos anos de 1937. Essas novas racionalidades eram a própria organização política e institucional do Estado. Os discursos nacionalistas eram voltados para a ação política e para o desejo de transformação. Eles eram um núcleo comum que assegurava a implementação de um certo projeto político-ideológico centrado em uma democracia autoritária e uma lógica corporativa de sociedade.

O corpo das ideias nacionalistas formuladas nesse campo intelectual das primeiras décadas do século XX é um instrumento para se compreender a realidade política daquele momento. Esses discursos eram um recurso de poder fundamental para a construção daquela realidade.

Como aponta Ângela de Castro Gomes (1982), o processo de construção da nacionalidade priorizou o princípio da autoridade, rejeitando os valores liberais de fictícia liberdade e igualdade que conduziram o país ao esquecimento e à desordem. Para a autora, a

ideia de que o desenvolvimento econômico e social do país não era compatível com a experiência da liberdade e da igualdade liberais; a ideia de um novo tipo de cidadania, que não se fazia por representação eleitoral, e sim por pertencimento profissional; de uma sociedade hierarquizada e integrada pelo Estado/Nação; de um líder político que simbolizava a "pessoa coletiva" que é o povo desta nação; enfim, a ideia de um Estado autoritário que se quer democrático, com a expressão "natural" das necessidades do país, foi de forma sistemática e articulada pelo Estado Novo.

O discurso nacionalista de Azevedo Amaral estava inserido em um campo de discussões no qual essas questões eram debatidas e teorizadas. A história intelectual que esse trabalho procurou fazer priorizou o surgimento de suas ideias a partir de importantes movimentos políticos como a Revolução de 30, analisando sua trajetória em escritos, livros e revistas importantes, como a *Cultura Política* e a *Novas Diretrizes*. Tratou-se de promover o diálogo relacionando seus discursos, projetos e expectativas com os de outros intelectuais,como Alberto Torres e Oliveira Vianna.

A intelectualidade do período, isto é, os sujeitos históricos,foram fundamentais para estruturar a forma como o Estado agiria sobre o corpo social do país. Ajudaram a construir, ao lado do Estado, um tipo ideal de nação, de civilidade, de cidadão, de cultura e de sociedade. A questão fundamental era justamente pensar uma forma de governo que se adequaria à realidade nacional. Portanto, pensar a função social desses intelectuais é uma alternativa para se analisar questões imbricadas sobre a atuação do Estado sobre o corpo social do país durante o Estado Novo.

Por fim, indica-se um caráter multifacetado da política do Estado Novo, embora o regime fosse apresentado por Azevedo Amaral, seus pares e pela propaganda política da época como um organismo homogêneo capaz de sucumbir aos anseios individualistas e dos grupos. Ao contrário, tratou-se de um período que foi palco de interesses e conflitos, que, embora tenha inovado em muitos aspectos, deu continuidade a procedimentos arraigados na tradição política brasileira, como é o caso da valorização das elites e da exclusão das massas no jogo político, assim, a questão da representação política, não solucionada naquele contexto, e que ainda persiste sob outras roupagens nos dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve dois objetivos complementares: apresentar a importância que a ideologia nacionalista teve no processo de legitimação e afirmação do Estado Novo e mostrar, a partir dela, outra perspectiva de análise em relação ao estudo da trajetória intelectual de Azevedo Amaral. Procuramos destacar a produção, difusão e circulação das ideias nacionalistas nesse período, mostrando a importância que os intelectuais tiveram na montagem desse projeto político-ideológico do Estado Novo.

Em um primeiro momento, esse trabalho evidenciou, através da trajetória intelectual de Azevedo Amaral na imprensa, como foi construído o processo de legitimação da ideologia nacionalista do Estado Novo. Para isso, utilizamos como fonte principal suas passagens nas revistas *Cultura Política* e *Novas Diretrizes*. Como vimos, eram duas revistas que tinham o mesmo propósito: fazer a propaganda da ideologia nacionalista do Estado Novo. Buscamos mostrar como Azevedo Amaral atuava nesses veículos, bem como apontar algumas temáticas e diferenças de orientação em relação a elas.

Em um segundo momento, esse estudo focou na produção e circulação das ideias nacionalistas em campo intelectual situado nas três primeiras décadas do século XX. O objetivo foi mostrar um segundo aspecto da ideologia nacionalista que necessitava criar um corpo de ideias e teses que explicavam o funcionamento e a organização do novo regime. Tratamos de relacionar as ideias de Azevedo Amaral com Aberto Torres e Oliveira Vianna, objetivando evidenciar como esses intelectuais, posicionados no pólo ideológico dos "pensadores autoritários", elaboraram um conjunto de teses que formavam uma teoria de Estado acerca do funcionamento do Estado Novo.

Para esses intelectuais, o início do século se apresentou como um momento crítico do processo histórico brasileiro. Nesse sentido, era necessário pensar novas condições de possibilidade de uma "afirmação nacional". A Revolução de 30 é pensada como uma espécie de início de uma consciência de nacionalidade. Para construir uma identidade nacional, seria pertinente, antes de tudo, fazer um estudo pragmático do Brasil, de seus traços essenciais e de sua configuração social, moral e política. Tais estudos eram importantes porque explicitavam as deficiências que deveriam ser superadas pelo novo governo e, ao mesmo tempo,

mostravam que tipo de organização se encaixaria na realidade sócio-histórica no Brasil, capaz de resolver o problema da representação política deixada pela era liberal. Como vimos, para esses intelectuais, o tipo de organização ideal que se encaixaria nessas condições sócio-históricas da formação brasileira era um Estado forte e centralizado na figura do presidente.

A intenção desse estudo foi explorar e explicitar a singularidade de seu pensamento acerca das questões políticas daquele contexto marcado por intensas disputas, negociações, interesses e relações de poder advindos dos processos encadeados pelos eventos da Revolução de 30 e pela instauração do Estado Novo, em 1937. Tratou-se de pensar a forma como Azevedo Amaral circulava, interagia e se relacionava no interior desse campo marcado por intensos debates acerca da configuração política que se criava antes e após esses eventos, em que ganhava destaque questões tais como: modernização, nacionalismo, autoritarismo, integralismo, fascismo, comunismo, corporativismo, eugenia, dentre outras que marcaram aquele contexto histórico.

Acreditamos que esse estudo traz como resultado algumas problemáticas que deverão ser aprofundadas em pesquisas futuras.

Em primeiro lugar, aponta que muitas questões como o autoritarismo, nacionalismo, corporativismo estavam em relação. As pesquisas sobre o período tendem, evidentemente através de recortes temporais e conceituais, a tratar tais conceitos de forma separada. Acreditamos que os estudos que busquem analisar essas relações podem acrescentar uma visão panorâmica dos processos políticos daquele contexto. Buscamos fazer isso pensando através da ideologia nacionalista, que acreditamos englobar todas essas questões.

Em segundo lugar, esse estudo apontou para a importância que os discursos nacionalistas desses intelectuais tiveram na montagem do projeto político-ideológico do Estado Novo. Eles funcionavam como uma base fundamental que convergia aos processos de legitimação das ações políticas. Nesse sentido, há uma relação sincrônica entre os discursos nacionalistas e a legitimação da ação política.

Em terceiro lugar, evidenciou-se que, na medida que se tem um aumento da divulgação desses discursos por meio da ideologia nacionalista do período, se tem um aumento dos processos ligados ao autoritarismo. Exemplificamos isso no âmbito da imprensa, apresentando como fonte os discursos divulgados por Azevedo Amaral.

Evidentemente, essas questões são apontamentos iniciais e que carecem de mais pesquisa e aprofundamento. Acreditamos que esse trabalho terá cumprido seu objetivo se o leitor tiver obtido um maior esclarecimento das questões que permearam aquele contexto histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional.** Brasília: Câmera dos Deputados: Ed. Univ. Brasilia, 1981.

AMARAL, Azevedo. **Getúlio Vargas: Estadista.** Rio de Janeiro:Irmãos Pongetti,1941.

CULTURA POLÍTICA. Rio de Janeiro, s.ed., 1941 – 1945. (Revista Mensal de Estudos Brasileiros.)

NOVASDIRETRIZES. Rio de Janeiro. s.ed., 1938/1942

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro:** introdução a um programa de organização nacional. 4a ed. –Brasília: Ed. Nacional: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

VIANNA, Oliveira. **A Nação e o Estado.**Insight inteligencia,Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. 63, p. 92-94., 2013.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras.** Brasília: Senado Federal, 1999.

REFERÊNCIAS GERAIS

ABREU, L. A. **A construção da nação no Brasil: Conservadorismo e Autoritarismo político**.Disponívelem:http://www.pucsp.br/cehal/downloads/textos/textos_congresso/23_07_2010_Ponencia_Luciano_Aronne_de_Abreu.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

BORGES, Vavy. Pacheco. **História, Literatura e Memórias: o autoritarismo Republicano em três obras literárias**. Veredas da Histórias. Ano III, ed.1, 2010.

BORGES, V. P. **Anos trinta e política: História e Historiografia, Historiografia brasileira em perspectiva**, Marcos Cezar Freitas (Org.), 7.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

BOURDIEU, P. **Algumas propriedades dos campos**. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões** de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo.** In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **O campo intelectual: um mundo à parte.** In: BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador.** Trad. João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Pág. 191.

BULHÕES, Tatiana da Silva. **Integralismo em foco**: imagens e propaganda política. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

BRAGA, V. L. **Os intelectuais estadonovistas e a construção do Estado Nacional**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a11.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

BRAGA, L. **A Formação da classe trabalhadora para o capital e o projeto de hegemonia burguesa industrial no Brasil. (1930 – 1960)**. In: Antítese: Marxismo e Cultura socialista, vol. 2. Goiânia, 2006.

BREUILLY, John. BALAKRISHNAN, Gopal (Coautor).**Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CANDIDO, Antônio. **A revolução de 30 e a cultura**. Porto Alegre, 1980. Págs. (26-27)

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In: O tempo do nacional-estatismo: Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Org. Jorge Ferreira e Lúcilia Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Págs.109-143.

CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda Política e controle dos meios de comunicação.** In:Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Pags 167- 178.

CARVALHO, J. M. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional** In:Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Págs. 327- 341.

CARONE, Edgard. **O tenentismo:acontecimentos-personagens-programas.** Rio de Janeiro: Difel, 1975.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo:** ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, c1999.TRINDADE, Helgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na decada de 30. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 13.ed. São Paulo: Ática, 2009. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHRISTOFOLETTI, R. **A face intelectualizada do Novo Verde**: a enciclopedia do integralismo como suporte de auto-afirmacao.**Dimensoes,** Vitoria, ES, n. 13, p. 187-195., jul./dez. 2001.

DÁVILA, Jerry. **Diploma da brancura: política social e racial no Brasil (1937- 1945).** Trad. Cláudia Sant'Ana Martins, São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2ª Edição. Editora: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930**.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: História e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **Azevedo Amaral e a revista Novas Diretrizes: Um projeto de modernização autoritária do Brasil,** publicado na ocasião do IX encontro nacional da ABCP, no ano de 2014. Pág.

FERREIRA, Marieta de Moraes, PINTO, Sá Surama Conde. **A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 30,** IN**.** O Brasil Republicano, O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

FORJAZ, Maria Cecilia Spina. **Tenentismo e aliança liberal: (1927-1930).** São Paulo: Polis, 1978.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza.** Chapecó. Argos, 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (Coautor). **Ideologia e mobilização popular.** 2a ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra : CEDEC,1985.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**: a legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas. São Paulo. Ed. Loyola, 1982.

GOMES, A. C. **Estado Novo, ideologia e poder**. Rio de Janeiro, ed: Zahar, 1982.

GOMES, A. C. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil***:* **O legado Vargas**. São Paulo: REVISTA USP, n. 65, p. 105-119, março/maio 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro.**Historia e historiadores : a política cultural do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

GOMES, Angela de Castro. **Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil**. In: A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América latina, volume II. Org. Denise Rollenberg e Samantha Quadrat. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Págs. 37-70.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

JUNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. **Tenentismo e crises políticas na Primeira República.** IN. Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

LAMONIER, Bolívar. **Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República**. **Uma interpretação**. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, 2 v. P. 343-374.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papirus, 1986.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das letras. 2001.

MOTTA, M. A. R. **A geração de 1870 e a invenção simbólica do Brasil.In:** ANAIS DO XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: 2013, p. 1-18.

NEVES, M. S.**Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In:**O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930.Org.: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado – 3° ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2008.

OLIVEIRA, Lippi Lúcia. **O pensamento de Azevedo Amaral.** In: Ideologia e Poder. Org. Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso, Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Págs 48 – 62.

OLIVEIRA, Lippi Lúcia.**A Questão nacional na Primeira República**.São Paulo: Brasiliense,1990.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5 ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARANHOS, A. **O Roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil.** São Paulo: Editempo, 2007.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Duarte Pacheco.**1924:o diário da Revolução** : os 23 dias que abalaram São Paulo. São Paulo: Fundação Energia e Saneamento : Imprensa Oficial, 2010.

PINTO, João Alberto da Costa. **O nacionalismo corporativista de Caio Prado Júnior**. Goiânia: Cânone Editorial, 2013. PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Editempo, 2007.

PIVA, Luiz Guilherme.**Ladrilhadores e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte** (1920-1940).São Paulo; Ed.34, 2000.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere.** 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil 2: De calmon a Bomfim: A favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ed.ampl. Rio de Janeiro: Editor FGV, 2007.

RICOEUR, Paul. **Lectures On Ideology and Utopia**. New York: Columbia University Press, 1986.

ROLLENBERG, D., et al. Apresentação. In: **A construção social dos regimes autoritários:** Brasil e América Latina.V. II, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

SALLES, C.**Da Geração de 1870 ao modernismo**: Um tempo de descoberta da nação brasileira. *Revista Teoria e Sociedade*, número especial, maio de 2004, p. 116 – 140.

SANTA ROSA, Virginio. **O que foi o tenentismo?.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SANTA ROSA, Virginio,. **O sentido do tenentismo.** 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SANTOS,M. V. M.; MADEIRA, M. A. **Leituras brasileiras:** Itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SANTOS, Wanderley. Guilherme. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SENA, Davis Ribeiro de. **Revolução de Trinta: a ação tenentista garantiu a vitoria**.Defesa nacional,Rio de Janeiro, RJ, v. 93, n. 809, p. 57-62., 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da historia intelectual:**entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2002.

SOUZA, Francisco Martins. **Raízes teóricas do corporativismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1999.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, n°13, jan/jun 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Orientações do pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Vecchi,1942.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Do tenentismo ao Estado Novo:** memórias de um soldado. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: Uma biografia**. 1° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, R. L. **Os Caminhos da Modernidade em Azevedo Amaral.** SociedadeeCultura. Goiânia: UFGO, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2005.

VELLOSO, M. P.O modernismo e a questão nacional. In: **O tempo do liberalismo excludente:** da Proclamação da República à Revolução de 1930, Org.: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado – 3° ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Uma configuração do campo intelectual.** In: Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro. ed: Zahar editores, 1982, Págs 71-100.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. IN: O Tempo do nacional-estatismo: do inicio da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Org:

Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Págs 145- 181.

VELLOSO, Mônica Pimenta**. O modernismo e a questão nacional.** In: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930, Org.: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado – 3° ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VIANNA,Oliveira. **Problemas de Direito Corporativo**, rio de Janeiro, José Olympio,

VIEIRA, E. A. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil (Oliveira Vianna & Companhia)** 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo (org.). **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná** (1886-1964). Curitiba: Editora da UFPR, 2007. Pág. 379

WEILER, Michael. **Ideologia, Retórica e Argumentação**. Tradução de Paulo Roberto Gonçalves Segundo e Winola Weiss Pires Cunha. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados emDiscurso e Argumentação, Ilhéus, n. 7, p. 264-287, dez.2014.